O IMPERIALISMO ETAPA SUPERIOR DO CAPITALISMO

Apresentação

POR QUE VOLTAR A LÊNIN? IMPERIALISMO, BARBÁRIE E REVOLUÇÃO

Plínio de Arruda Sampaio Júnior

UNICAMP
Faculdade de Educação
SÉRIE
NAVEGANDO publicações
Coord. José Claudinei Lombardi

V. I. Lênin

O IMPERIALISMO, ETAPA SUPERIOR DO CAPITALISMO

Apresentação

Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução

Plínio de Arruda Sampaio Júnior

O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo

Edição Eletrônica (e-book) com apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

Autor

Vladimir Ilitch Lênin

Apresentação

Por que Voltar a Lênin? Imperialismo, Barbárie e Revolução.

Plínio de Arruda Sampaio Júnior

Capa

Criação usando elementos do pôster soviético *O Camarada Lênin Varre a Escória da Terra*, de Mikhail Cheremnykh e Viktor Deni, novembro de 1920.

Fátima Ferreira da Silva
Gustavo Bolliger Simões

Diagramação e Composição

Fátima Ferreira da Silva
fatima@letraseimagens.com.br

Gustavo Bolliger Simões
gustavo@letraseimagens.com.br

Série

Coordenador José Claudinei Lombardi

www.navegandopublicacoes.net
navegandopubl@gmail.com

Produção Editorial

Campinas
Brasil
2011

Elaboração da ficha catalográfica
Gildenir Carolino Santos
(Bibliotecário)

Impressão e acabamento
Fátima Ap. Ferreira da Silva
Faculdade de Educação/UNICAMP

Apresentação da obra
Plínio de Arruda Sampaio Júnior

Série
Navegando publicações

Tiragem
Versão eletrônica

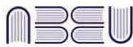
Capa
Gustavo Bolliger Simões

Catalogação na Publicação (CIP) elaborada por
Gildenir Carolino Santos – CRB-8ª/5447

Lênin, Vladimir Ilitch, 1870-1924.
L547i O imperialismo: etapa superior do capitalismo / Vladimir Ilitch Lênin; apresentação: Plínio de Arruda Sampaio Júnior. – Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.
(Navegando publicações)
ISBN: 978-7713-130-0
Apresentação: Por que voltar a Lênin?: imperialismo, barbárie e revolução / Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

1. Lênin, Vladimir Ilitich, 1870-1924. 2. Imperialismo. 3. Capitalismo. 4. Sociologia educacional. 4. Revoluções. I. Sampaio Júnior, Plínio de Arruda. II. Título. III. Série.
11-0098 CDD – 320.5322

Índices para catálogo sistemático

Imperialismo	-	335.43
Capitalismo	-	330.122
Sociologia educacional	-	370.193
Revoluções	-	940

Publicação filiada a Associação Brasileira das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Apresentação

Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução

Plínio de Arruda Sampaio Júnior[1]

1. Introdução

Não poderia ser mais oportuna a reedição do estudo seminal de Vladimir Ilich Lênin, *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*. Sua publicação atende a uma dupla necessidade: resgatar a reflexão sobre o imperialismo como modo de funcionamento do sistema capitalista mundial e recuperar o pensamento de Lênin como rico manancial de conhecimento sobre a ciência da luta de classes e a arte da revolução na era do imperialismo - dois assuntos tabus, banidos do debate público após o

[1] **Plínio de Arruda Sampaio Júnior**, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP. Agradeço o generoso apoio de Marlene Petros Angelides na revisão da redação.

longo ciclo de ditaduras militares, a derrocada do "socialismo real" e a avassaladora ofensiva neoliberal.

A oportunidade de retomar o estudo sobre o imperialismo decorre do fato de que, ao contrário do propalado pelas visões apologéticas, que comemoraram o colapso da União Soviética, o fim da guerra fria e a crise do movimento socialista, a supremacia ilimitada do capitalismo não inaugurou um período de prosperidade, democracia e paz, mas uma época marcada pela instabilidade econômica, pela intensificação das tendências autocráticas do regime burguês, pela ausência de qualquer limite à guerra econômica entre as megaempresas multinacionais que disputam o controle do mercado mundial e pela revitalização de formas explícitas de colonialismo e neocolonialismo que acompanham a terceira divisão do mundo pelas grandes potências imperialistas. O acirramento dos antagonismos do modo de produção capitalista prenuncia um futuro de grandes turbulências sociais, dramáticas comoções políticas e catastróficos desastres ecológicos. Em seu livro *Socialismo o Barbarie*, o filósofo István Mészáros alertou para a gravidade do momento histórico gerado pelo capitalismo sem travas: "[...] no es exagerado decir – [...] – que hemos entrado en *la fase más peligrosa del imperialismo en la historia*. Porque lo que está en juego ahora no es el control de una parte del planeta, no importa cuán grande, o poner en desventaja a algunos rivales, aunque permitiéndoles acciones independientes, sino el control de su *totalidad* por una superpotencia hegemónica, económica y militar, con todos los medios – aún los más autoritarios y, de ser necesario, los militares más violentos – a su disposición. Esto es lo que requiere la racionalidad esencial del capital desarrollado globalmente, en su vano intento de poner bajo control

sus irreconciliables antagonismos. El problema es que, sin embargo, esta racionalidad – [...] – es al mismo tiempo la forma más extrema de irracionalidad de la historia, incluida la concepción nazi de dominación mundial, en lo que atañe a las condiciones necesarias para la supervivencia de la humanidad".[2]

Para os povos que fazem parte da periferia do sistema capitalista mundial, os novos tempos tornaram-se particularmente sombrios. As janelas de oportunidades que seriam abertas pela participação na ordem global revelaram-se verdadeiras armadilhas. As políticas de liberalização da economia desarticularam os centros internos de decisões, deixando a região à mercê dos capitais internacionais. As promessas de que as ondas de inovação tecnológica e os movimentos de internacionalização de capital permitiriam uma aceleração do crescimento e uma socialização dos novos métodos de produção e dos novos bens de consumo não foram cumpridas. A difusão desigual do progresso técnico acentuou as assimetrias na divisão internacional do trabalho e exacerbou as características predatórias do capital, revitalizando formas de superexploração do trabalho e de depredação do meio ambiente que se imaginavam superadas. Submetidas à ferocidade da concorrência global e ao despotismo das potências imperialistas, as sociedades que fazem parte da periferia do sistema capitalista tornaram-se presas de um processo de reversão neocolonial que coloca em questão a sua própria sobrevivência como Estado nacional capaz de controlar minimamente as taras do capital. Não é que o Estado tenha se enfraquecido. Quando é para defender e impulsionar os interesses do grande capital, o poder estatal se revela mais forte do que nunca.

---

[2] Mészáros,I. *El Siglo XXI ¿Socialismo o Barbarie?.* Buenos Aires, Ediciones Herramienta, 2003, p. 45.

O que ficou definitivamente comprometido é o caráter público do Estado, sua atuação em função de interesses que, de alguma forma, contemplem as necessidades do conjunto da população. Por essa razão, na periferia da economia mundial o descontrole da sociedade nacional sobre o desenvolvimento capitalista foi levado ao paroxismo.

Campo de operação de conglomerados internacionais e zona exclusiva de influência dos Estados Unidos – a potência plenipotenciária da era global -, o novo contexto histórico afetou a América Latina em todas as dimensões de sua vida econômica, sociocultural e política. O verniz de modernidade decorrente da incorporação das novas ondas de progresso técnico veio acompanhado de uma sistemática deterioração das condições de vida da maioria da população. O aumento assustador do desemprego, a acelerada precarização das relações de trabalho, o surpreendente retorno de formas de trabalho escravo que se imaginavam superadas, a emigração em massa da força de trabalho em busca de melhores condições de vida, a crise da industrialização nas economias que haviam logrado avançar no processo de substituição de importações, o avanço do agronegócio sobre as terras dos pequenos e médios agricultores e sobre as áreas virgens do que ainda sobrou de floresta, a falta de moradia e a deterioração das condições de vida nas grandes e médias cidades, a escalada da violência urbana e rural que vitima milhares de pessoas todos os anos e provoca grandes deslocamentos populacionais, a ausência de recursos para financiar serviços públicos mais elementares, ao mesmo tempo em que volumes gigantescos da receita tributária são canalizados para o pagamento da dívida pública, o retorno de epidemias e endemias que já eram dadas como erradicadas, o

atropelo das populações indígenas e de seu modo de vida, a escalada sem precedentes da depredação do meio ambiente, a corrupção em proporção amazônica que gangrena os aparelhos de Estado em todas suas dimensões, a assinatura de pactos internacionais espúrios que violentam abertamente a soberania nacional, a chocante tutela da comunidade econômica e financeira internacional sobre as decisões estratégicas do Estado Nacional, a proliferação de bases militares norte-americanas em todos os pontos do Continente, a descrença nas instituições e a crise política monumental - latente em algumas regiões, em franca ebulição em outras -, a profunda crise da identidade nacional, que coloca em questão a própria noção de sociedade nacional, todos estes processos são fenômenos pura e simplesmente incompreensíveis sem uma reflexão sistemática sobre o imperialismo de nosso tempo e sua forma específica de funcionamento na América Latina.

Quem observa a história recente da América Latina constata facilmente que não faltaram energia nem disposição de luta para resistir à nova onda de saque e pilhagem que se abateu sobre o Continente. Nos sombrios anos noventa, os ares de rebelião sopraram por todos os lados. A intensidade e a diversidade das lutas políticas que marcaram o passado recente transformaram a América Latina em um verdadeiro laboratório de luta de classes. Visto em conjunto, o panorama das lutas sociais dá a impressão de que a região é um vulcão preste a entrar em erupção. Não é aqui o lugar de fazer um balanço crítico das experiências de luta das últimas décadas, mas não é exagero afirmar que, no desespero de enfrentar uma situação particularmente adversa, as classes subalternas dispararam para todos os lados. Houve iniciativas radicais, ultrarradicais, moderadas e ultra moderadas; ações que ficaram

circunscritas aos marcos institucionais, as que recorreram ao expediente da desobediência civil e ainda as que desafiaram abertamente a ordem legal; movimentos de massa, que mobilizaram milhões de pessoas, processos que priorizaram a ocupação dos aparelhos de Estado e a conquista do poder institucional pela via eleitoral e operações vanguardistas protagonizadas por pequenos grupos armados; processos políticos que colocaram explicitamente o objetivo da conquista do poder do Estado e outros que procuraram mudar a situação pela construção de um difuso contrapoder popular; ações de caráter meramente defensivo e as que desafiaram abertamente a ordem estabelecida; organizações políticas de inspiração desenvolvimentista, nacionalista, comunista, anarquista e indigenista; movimentos imediatistas e outros com perspectivas milenaristas; processos políticos que eclodiram de maneira espontânea e outros que resultaram de um longo acúmulo de forças; ações ousadas e convencionais, atitudes intransigentes e rendições incondicionais; sacrifícios heroicos e vergonhosas traições.

A ordem burguesa mobilizou todos os expedientes imagináveis para neutralizar a reação popular. O que não pôde ser isolado ou cooptado foi pura e simplesmente esmagado. O inventário das vítimas daria uma história sem fim. O incomensurável sacrifício humano despendido na luta contra a nova investida do imperialismo não foi suficiente, no entanto, para deter o avanço da barbárie e abrir novos horizontes para a América Latina. O estado de rebelião permanente não se traduziu em transformações efetivas que mudassem qualitativamente o curso dos acontecimentos. O caso argentino é emblemático. Após derrubar quatro presidentes em poucas semanas, a insurreição popular que começou com a palavra de ordem ultrarradical de negação absoluta do poder instituído -

"que se vallan todos" - terminou com a retomada de políticas neoliberais muito bem comportadas e a restauração dos métodos e dos personagens do velho peronismo. Nesse contexto, a Venezuela – a situação mais radicalizada da América Latina – aparece como uma exceção. A força tectônica que move a revolução bolivariana abre brechas que, se bem aproveitadas, podem quebrar os obstáculos que bloqueiam a mudança e desencadear uma dinâmica de transformação irreversível. Até o momento, entretanto, o desfecho do processo encontra-se indeterminado, pois as forças contrarrevolucionárias, ainda que desarticuladas e desmoralizadas, não foram liquidadas. Ainda incipientes e, em certo sentido, indefinidas, as situações da Bolívia e do Equador se aproximam da situação venezuelana. A tragédia colombiana, em que as formas mais radicalizadas de revolução e contrarrevolução se manifestam em sua plenitude, é um caso à parte que, paradoxalmente, sintetiza todo o terrível impasse latino-americano e parece prefigurar o seu destino.

Ainda que todo o sacrifício humano para barrar a ofensiva imperialista no Continente não tenha sido em vão, pois foi indispensável para diminuir o impacto destrutivo das políticas neoliberais e alimentar um precioso aprendizado político que, se devidamente digerido, poderá ser fundamental em embates futuros, a verdade é que o imperialismo demonstrou uma surpreendente capacidade de contornar os obstáculos que se lhe antepunham, neutralizar as iniciativas que pudessem subverter a ordem e impor o desiderato do padrão de acumulação neoliberal-periférico às sociedades latino-americanas. Quando posta em perspectiva de longa duração, a impotência para deter a nova ofensiva do imperialismo reproduz uma sequência de oportunidades perdidas

que mantém a América Latina presa ao círculo de ferro do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento.

Como não faltaram momentos de crises políticas profundas, que abriam oportunidades reais para a mudança, nem disposição de luta e sacrifício para enfrentar a nova ofensiva contra a dignidade dos povos, talvez o impasse latino-americano esteja associado à falta de instrumentos políticos adequados para enfrentar a situação, carência que fez com que os esforços despendidos ficassem aquém do necessário para fazer face à força do adversário, perdendo-se em processos estéreis ou, pior, em equívocos recorrentes que redundaram em graves derrotas. Esta é a hipótese de um dos maiores sociólogos latino-americanos – Florestan Fernandes. Infelizmente, ao que parece, seu balanço sobre o estado da luta de classes na região no final da década de setenta não foi ultrapassado: "O diagnóstico correto, embora terrível para todos nós, é que nunca fizemos o que deveríamos ter feito". E mais: "[...] ainda não sabemos quais são os caminhos que nos levarão à desagregação do nosso capitalismo selvagem e a soluções socialistas apropriadas à presente situação histórica".[3]

É o abismo entre a evidente necessidade de profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais e a patente incapacidade para realizá-las que reclama o pensamento de Lênin – a principal referência teórica do marxismo revolucionário do século XX. Após a falência do chamado "socialismo real", pode parecer extemporâneo insistir na reivindicação de ideias que se imaginavam despedidas pela História. E, no entanto, poucas reflexões podem ser mais providenciais para oxigenar o debate político de uma geração

[3] Fernandes, F., Apresentação do livro de V. I. Lênin, *Que Fazer*?, São Paulo, Hucitec, 1978, pp. XII e XIV.

de militantes criados na tradição do anarquismo, do basismo, do corporativismo, do parlamentarismo, bem como na escola de um stalinismo mais ou menos dissimulado. Não se trata de imaginar o pensamento de Lênin como uma panaceia capaz de dar respostas aos complexos problemas da luta de classes contemporânea, mas de recuperar uma reflexão que constitui patrimônio inestimável do movimento socialista revolucionário.[4]

Esta introdução foi escrita para os militantes socialistas que estão conscientes da insuficiência de seus instrumentos políticos, que não conhecem o pensamento de Lênin e que sentem curiosidade de conhecê-lo. Não se pretende ir além do próprio Lênin e, muito menos, ditar a essência de sua "verdade", iniciativa que seria destituída de qualquer sentido construtivo e que contrariaria todos os princípios de seu método de trabalho. Que cada um faça sua própria leitura de Lênin e a discuta no local apropriado - as organizações de luta dos trabalhadores. Nossa finalidade se restringe a sistematizar os elementos fundamentais do sistema teórico que organiza a reflexão de Lênin sobre os dilemas da revolução na era do imperialismo. O objetivo é oferecer uma visão de conjunto da relação entre o seu pensamento e a sua teoria do imperialismo. Ao explicitar as questões fundamentais levantadas por Lênin, pôr em evidência a coerência de seu método e explicitar a sua extraordinária

---

[4] A propósito da infalibilidade de Lênin, um mito construído pelo stalinismo, que, na realidade, tinha a finalidade de defender a infalibilidade do próprio Stálin, supostamente o "verdadeiro" portador das verdades do leninismo, convém lembrar as palavras do próprio Lênin: "O homem inteligente não é aquele que não comete falta alguma. Tais indivíduos não existem nem podem existir. O homem inteligente é aquele que não comete faltas demasiado graves e sabe corrigi-las rapidamente, com facilidade", apud, Lukács, G., *O Pensamento de Lênin*, p. 130.

importância prática, pretendemos apenas instigar o estudo de um gigante do socialismo revolucionário que precisa ser conhecido.

O estudo introdutório foi organizado de forma a evidenciar como Lênin combina método, teoria e investigação histórica para desnudar os vínculos entre imperialismo, barbárie e revolução. A exposição será desdobrada em três movimentos. Na próxima seção, "Em busca da totalidade", apresentaremos um resumo sintético do pensamento dialético de Lênin, enfatizando a importância central da noção de "totalidade" como elemento-chave de seu método de "análise concreta de uma situação concreta". Na terceira parte, "A teoria do imperialismo de Lênin", explicitaremos o método e a teoria utilizados por Lênin para analisar a economia mundial em seu conjunto, mostrando as razões que o levaram a definir o capitalismo monopolista como um regime de transição do capitalismo ao socialismo. Na quarta seção, "O pensamento de Lênin em seu movimento concreto", examinaremos a evolução de seu pensamento, sistematizando os principais aspectos de sua teoria da revolução, de sua teoria do partido e de sua teoria da transição. Nesta oportunidade, apresentaremos a interpretação de Lênin sobre o imperialismo de seu tempo, definindo as relações concretas entre imperialismo, barbárie e revolução no início do século XX. Por fim, na última seção, "Observações finais", realizaremos um resumo sintético do método de Lênin e de suas principais conclusões, destacando a importância de sua contribuição para a compreensão da fase superior do imperialismo e para a luta pelo socialismo em nosso tempo.

2. Em busca da totalidade

O pensamento de Lênin é fruto de um esforço sistemático para tirar conclusões práticas da máxima de Marx, segundo a qual “os filósofos até agora interpretaram o mundo, mas se trata é de transformá-lo”, e de seu necessário corolário: “a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas”. Sua intenção é levar a ruptura com a atitude contemplativa do mundo às últimas consequências, fundindo materialismo histórico e luta revolucionária. O desafio consiste em converter a força potencial do proletariado – a classe social que representa a antítese da burguesia – em força política real com poder de impulsionar a revolução socialista. O nó da questão reside em constituir a classe operária como sujeito histórico capaz de negar o capitalismo e afirmar o seu contrário – o comunismo.

No âmbito do pensamento marxista, a reflexão de Lênin representa uma ruptura com o materialismo evolucionista, determinista e mecanicista que dominava a social-democracia europeia no início do século XX e que tinha em Bernstein, Kautsky e Plekhanov suas principais referências. Preocupado em recuperar o papel estratégico da ação política como elemento decisivo da História, Lênin retoma o problema clássico do materialismo dialético sobre a necessária unidade entre Teoria e Prática, cuja essência consiste em colocar a política como elo entre a reflexão e a ação. Com tal procedimento, Lênin integra organicamente a luta de classes como elemento vital do materialismo histórico e restitui o papel central da classe operária como alfa e ômega da práxis revolucionária. Sua visão pode ser sintetizada na ideia de que, assim como não existe movimento revolucionário sem teoria

revolucionária – sua máxima clássica -, não existe teoria revolucionária sem movimento revolucionário – a premissa fundamental de sua epistemologia.[5]

O esforço para converter o materialismo histórico em uma "álgebra da revolução", que equaciona os desafios da revolução socialista e o modo de enfrentá-los, consubstancializou-se na operacionalização de um método de interpretação da realidade voltado para a obtenção de conhecimentos reais sobre as tendências efetivas da luta de classes e seus possíveis desdobramentos. Lênin sintetizou a quinta-essência de sua metodologia da seguinte maneira: "a análise concreta de uma situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo". A impressionante consistência de seu pensamento e a inabalável coerência de sua ação política foram determinadas pela fidelidade ao método, cuja essência reside em subordinar toda a interpretação do movimento histórico aos ditames da luta de classes. "Não se pode compreender a vitalidade desse pensamento, diretamente inserido na história em processo," – afirma Florestan Fernandes - "se não se tem em mente que ele não existiria como tal sem o movimento socialista, que lhe deu ao mesmo tempo realidade histórica e sentido político revolucionário. Ele definiu o seu módulo político, determinando tanto o seu conteúdo quanto sua

---

[5] A questão da relação entre a teoria e a prática é um tema permanente de debate entre os discípulos de Marx. A posição de Lênin pode ser aprofundada em Lukács, L., *O pensamento de Lênin.* Lisboa. Publicações Dom Quixote,1975; Lefebvre, H., *Pour Connaître la Pensée de Lénine*. Paris, Bordas, 1957; Liebman M., Le Léninisme sous Lénine, 2V., Paris, Éditions du Seuil, 1967; Vázquez, A.S., *Filosofia da Práxis*. São Paulo, Expressão Popular/Clacso,2007; Arato, A., A Antinomia do Marxismo Clássico: Marxismo e Filosofia, *in* Hobsbawm, E.J., *História do Marxismo,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; e Gruppi, L., *O pensamento de Lênin.* Rio de Janeiro, Graal,1979.

orientação revolucionários, e explicando simultaneamente seja sua continuidade e oscilações, seja suas debilidades e sua força terrível".[6]

A compreensão da realidade como síntese de múltiplas determinações leva Lênin a recuperar as consequências revolucionárias da "totalidade" como categoria basilar do legado de Marx e Engels. É esta perspectiva que lhe permite integrar os problemas da acumulação de capital e da luta de classes como fenômenos que se condicionam reciprocamente. A visão do movimento histórico como um todo contraditório em permanente transformação implica a concepção da transição do capitalismo para o socialismo como resultado de uma luta de vida ou morte entre o proletariado e a burguesia. O papel estratégico da classe operária como sujeito histórico resulta de sua capacidade ímpar de desnudar a natureza antagônica da relação capital-trabalho e de conscientizar-se da necessidade inescapável de sua superação. Nisto, Lênin segue o que havia sido estabelecido por Marx: "Se os autores socialistas atribuem ao proletariado esse papel histórico mundial, não é [...] porque tenham os proletários por deuses, antes pelo contrário, é porque a abstração de toda a humanidade, mesmo da aparência de humanidade, está praticamente consumada no proletariado plenamente desenvolvido, uma vez que nas condições de vida do proletariado estão resumidas ao seu paroxismo mais desumano todas as condições de vida da sociedade atual, uma vez que nele o homem se perdeu a si próprio, mas ao mesmo tempo não só adquiriu a consciência teórica desta perda como foi imediatamente constrangido pela miséria inelutável já desvelada, absolutamente imperiosa – expressão prática da necessidade – à revolta contra esta

---

[6] Fernandes, F. Introdução. *In*: Lenin, V.I., *Lênin: Política*. São Paulo. Ática, 1978, p. 34.

desumanidade; e é por isso que o proletariado pode e deve emancipar-se. Não pode, contudo, emancipar-se sem suprimir as suas próprias condições de vida. Não pode, contudo, suprimir as suas próprias condições de vida sem suprimir todas as condições de vida da sociedade atual, que se condensam na sua situação".[7]

Refratário a concepções fatalistas, que derivam o curso dos acontecimentos de leis inflexíveis que ditam a trajetória inexorável da história, tornando-a uma sequência predeterminada de etapas, e contrário a todas as formas de voluntarismo político, que descolam o futuro da sociedade das contradições do presente, deixando-o totalmente indeterminado, Lênin resgata a dialética como categoria que aponta o devir da sociedade, vinculando o campo de oportunidades de cada formação social às contradições que impulsionam seu movimento histórico. Ao identificar nos fatos concretos as evidências que apontam o germe do novo no ventre do velho, definindo os desajustes estruturais que abrem espaço para a aceleração histórica e as rupturas cruciais que superam as contradições, Lênin transforma o materialismo histórico em uma poderosa arma de interpretação da realidade que indica os passos decisivos que levam à revolução socialista. "Se considerarmos o conjunto do pensamento de Lênin," – afirma Gruppi - "veremos que a atenção se volta sempre para a dialética: dialética dos processos reais, modo pelo qual se manifesta neles a contradição, relação entre todos os elementos que a constituem, conexão entre situação objetiva e iniciativa política. A política só é plenamente tal, só atinge uma fundamentação científica própria, se for guiada pela teoria, pelo conhecimento das leis que governam o desenvolvimento histórico e das categorias que devem ser aplicadas à análise das situações

[7] Marx, K.; Engels, F. *Sagrada Família*. Centauro Ed., 2001.

concretas. Mas, precisamente por isso, a política – fundada pela teoria – por sua vez funda essa teoria, a verifica, exige seu desenvolvimento, num constante reexame crítico. A política representa a unidade entre a teoria e a ação, a mediação entre elas".[8]

Fundador do partido bolchevique, arquiteto da revolução russa e líder máximo do primeiro Estado operário, Lênin condiciona o aproveitamento das oportunidades históricas à presença efetiva do proletariado como sujeito histórico dotado de consciência de classe, tirocínio político e poder de ação para enfrentar a burguesia. Seu raciocínio é prático. Sem força e inteligência para disputar o poder, a classe operária simplesmente não tem meios objetivos e subjetivos para vencer a burguesia. No seu dizer: "Sería erróneo creer que las clases revolucionarias siempre tienen la fuerza suficiente para realizar la transformación en el momento en que las condiciones del desarrollo socioeconómico han hecho que la necesidad de esa transformación éste totalmente madura. Esto no es así; la sociedad no está arreglada de una manera tan racional y tan "conveniente" para sus elementos progresistas. La necesidad de una transformación puede estar madura, pero la fuerza de los creadores revolucionarios de dicha transformación puede resultar inadecuada para lograrla. En estas condiciones, la sociedad se pudre y su putrefacción puede durar décadas enteras".[9]

O pensamento de Lênin sobre a constituição do proletariado como sujeito histórico destaca fundamentalmente dois aspectos do processo de formação da consciência de classe. De um lado, o proletariado tem de superar o estado de fragmentação política e alienação ideológica - condição inerente à situação do

---

[8] Gruppi,L., *O pensamento de Lênin.* Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 300.

[9] Lênin, V. I., *Obras*, Moscou, 1947, vol. 9, p. 338.

trabalho no modo de produção capitalista - que compromete sua possibilidade de atuação como força política independente. De outro, tem de desenvolver uma subjetividade revolucionária capaz de, nos momentos críticos da luta de classes, tomar as decisões cruciais que impulsionam o processo revolucionário para a vitória, questão particularmente decisiva nas conjunturas de crises revolucionárias, quando a debilidade do regime burguês coloca na ordem do dia a conquista do poder.

Tendo como base a história do movimento operário europeu, Lênin concebe a formação da classe operária como um complexo processo histórico que combina **lutas econômicas** - que envolvem a relação dos trabalhadores com os capitalistas nas fábricas - e **lutas políticas** - que colocam em questão as relações de poder entre as classes; lutas que reivindicam **mudanças dentro da ordem** – a reforma do capitalismo – e lutas que pleiteiam **mudanças contra a ordem** – a revolução socialista; **movimentos espontâneos** - que brotam naturalmente da insatisfação das massas com as péssimas condições de vida - e **movimentos organizados** - que exigem a presença de um centro de comando que possa aglutinar, catalisar e direcionar a energia da classe operária para objetivos políticos predefinidos.

A originalidade de sua contribuição encontra-se na fundamentação da necessidade de "organizações revolucionárias" como elemento indispensável para a constituição do proletariado como sujeito histórico que pode negar o modo de produção capitalista. O desafio fundamental consiste em criar as condições para que as lutas destinadas a enfrentar os problemas concretos e imediatos da classe operária se transformem em lutas que impulsionem seus interesses estratégicos e de longo prazo. O nó da

questão está na capacidade de levar a unidade existente entre a luta por reformas e a luta pela revolução – momentos constitutivos de um mesmo processo histórico – a seu ponto de ebulição, quando as mudanças graduais se convertem em saltos qualitativos. A função estratégica da "organização revolucionária" deriva de seu papel decisivo na viabilização da fusão entre teoria revolucionária e movimento revolucionário – condição sem a qual a revolução socialista não pode ser levada às suas últimas consequências.

A defesa da "organização revolucionária" como elemento catalisador indispensável para elevar o grau de consciência de classe do proletariado apoiava-se na tradição do movimento social-democrata europeu e tinha em Kautsky sua referência teórica fundamental. O raciocínio é o seguinte: a incapacidade do movimento operário de impor à luta de classes, por conta própria, um radicalismo que transcenda os marcos do regime capitalista é atribuída à natureza fetichista das relações de produção capitalistas e ao caráter alienante do processo de trabalho. No contexto de uma situação concreta que camufla os elementos essenciais da realidade, a visão crítica depende de um elemento externo às relações imediatas do proletariado com o capital. Somente quando exposto à reflexão crítica da realidade, que desnuda as forças motrizes que determinam a luta de classes, o proletariado tem condições de realizar um salto de qualidade no seu grau de consciência de classe e adquirir a clareza política e a consistência ideológica necessárias para impulsionar a luta revolucionária.

Dentro dessa perspectiva, a luta econômica por aumentos salariais e melhores condições de trabalho – produto espontâneo da contradição capital-trabalho – é um momento importante no processo de formação da classe como força política. É

neste embate que o trabalhador desperta para a luta de classes e se conscientiza de que precisa se organizar em torno de seus interesses comuns ante o capital. Trata-se, contudo, de um passo insuficiente. Somente quando o proletariado avança para a luta política, disputando o poder do Estado, é que se criam as condições para que ele possa se organizar como classe social portadora de um projeto de sociedade. Ainda assim, o salto de qualidade na consciência de classe não é automático. Enquanto a consciência de classe permanecer circunscrita ao horizonte sindical, limitando-se a reivindicar melhorias nas condições de vida, a luta política atua sobre os efeitos do desenvolvimento capitalista e não sobre suas causas estruturais, sendo, portanto, estéril como fator de negação do modo de produção capitalista.

Como a classe operária não possui uma inteligência nata de sua situação social e de suas potencialidades políticas e como tal inteligência não brota naturalmente das lutas operárias, o salto da forma embrionária de consciência de classe – circunscrita aos parâmetros da ordem burguesa - para a forma revolucionária propriamente dita – que nega o regime do capital e propõe o comunismo - requer o acesso a uma reflexão crítica que está muito além das possibilidades de quem está submetido a um regime de trabalho e de vida que massacra e embrutece o ser humano.[10] É a

---

[10] A consciência revolucionária não nasce espontaneamente das lutas operárias porque requer uma elaboração crítica que supere os limites da consciência burguesa a respeito do modo de funcionamento da economia e da sociedade capitalista. Em *O Conceito de Hegemonia em Gramsci* (Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980), Luciano Gruppi resumiu a questão nos seguintes termos: "Deve-se verificar um esforço de pensamento e uma capacidade de elaboração conceitual que pressupõem a presença e a assimilação de uma série de categorias científicas, que podem ser atingidas tão-somente num altíssimo nível de cultura, precisamente naquele nível a que chegou Marx", p. 36.

constatação de que o proletariado é incapaz de alcançar espontaneamente o grau necessário de consciência ideológica e coesão política para impulsionar a revolução socialista que leva Lênin a atribuir um papel estratégico à "organização revolucionária" como nexo indispensável entre a teoria revolucionária e o movimento revolucionário. A superação da alienação pressupõe a luta do trabalho contra o capital – que cria a necessidade de um conhecimento crítico da realidade –, mas requer um elemento adicional que transcende a luta propriamente dita: a reflexão – que permite ir além das aparências dos fenômenos e, ao recompor a totalidade de uma realidade que aparece fragmentada e caótica, desnudar o caráter contraditório do capitalismo. A importância estratégica deste último elemento é insubstituível para que o proletariado possa transcender sua experiência imediata. No dizer de Lênin: "Os operários, [...], não podiam ter ainda a consciência social-democrata. Esta só podia chegar até eles a partir de fora. A história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários [...]".[11]

---

[11] Lênin, V.I., *Que Fazer?* Apresentação de Florestan Fernandes. São Paulo, Hucitec, 1978, pp. 24-25. [Obras Escogidas, v.1., p.142].Cabe lembrar que o intelectual de que fala Lênin está ele próprio imerso na luta política, pois, na tradição de Marx, a meditação desvinculada da luta política fica reduzida a uma mera escolástica. A propósito, cabe registrar a observação de Gruppi, em *O conceito de hegemonia em Gramsci*: "Devemos estar atentos, todavia, para um equívoco bastante difundido na interpretação de Lênin. Para Lênin, afirma-se, o partido revolucionário seria exterior à classe operária. Lênin jamais disse coisa do gênero. Ele afirma que a teoria vem de fora, do exterior, mas que o partido é a organização que liga a teoria revolucionária com o movimento; e, portanto, colocando a teoria revolucionária em contato com o

Na visão de Lênin, a formação da consciência de classe do proletariado como *classe em si* e *classe para si* é um processo histórico condicionado pela possibilidade de uma fusão entre a luta por reformas e a luta pela revolução. A importância estratégica da organização revolucionária como fator de centralização da força política da classe operária e de elevação de seu espírito revolucionário decorre de seu papel crucial na mediação entre a luta econômica, que brota espontaneamente do conflito entre o capital e o trabalho, e a luta política revolucionária, que requer uma perspectiva que transcenda a ordem burguesa.[12] Cabe ao partido revolucionário a tarefa insubstituível de submeter a sociedade burguesa a uma crítica implacável, mostrando, em cada embate concreto, os elos dialéticos entre o imediato e o porvir, o inicial e o final, o particular e o geral, o sintoma e o diagnóstico, o efeito e a causa, o paliativo e a cura, o gradual e o concentrado, o contínuo e o descontínuo, o institucional e o extra institucional, a luta por

---

movimento, permite um ulterior enriquecimento e desenvolvimento deste último", Op. cit., p. 37.

[12] A necessária unidade entre reforma e revolução fica patente na seguinte afirmação de Lênin: "Criticamos com a máxima severidade a velha II Internacional [...] declaramos que ela está morta [...] mas não dizemos jamais [...] que até agora se tenha dado peso excessivo às chamadas 'reivindicações imediatas', nem que isso possa levar à emasculação do socialismo. Afirmamos e demonstramos que todos os partidos burgueses, todos os partidos, com exceção do partido revolucionário da classe operária, mentem e são hipócritas quando falam de reformas. Buscamos ajudar a classe operária a obter uma melhoria real (econômica e política), ainda que mínima, da sua situação; e acrescentamos *sempre* que *nenhuma* reforma pode ser estável, autêntica e séria se não for apoiada por métodos revolucionários de luta de massas. Ensinamos continuamente que um partido socialista que não una essa luta pelas reformas com os métodos revolucionários do movimento operário pode se transformar numa seita, pode distanciar-se das massas, e esse é o perigo mais sério para o sucesso do verdadeiro socialismo revolucionário". Lênin, V. I., Obras, v.21, pp. 387-388, apud Gruppi, L., *O Pensamento de Lênin*, pp. 120-121.

reformas e a luta pela revolução. É a partir deste processo pedagógico que, no seu movimento de fluxos e refluxos, avanços e recuos, vitórias e derrotas, a classe operária chega à consciência da necessidade e da possibilidade da revolução social como única resposta positiva para as contradições e antagonismos que a afligem. Enfatizando a importância de fundir a teoria revolucionária com o movimento revolucionário como elemento central para elevar a consciência de classe do operariado, Lênin afirma: "Desde el momento en que el planteamiento de los objetivos era justo, desde el momento en que había suficiente energía para intentar reiteradas veces lograr esos objetivos, los reveses temporales representaban una desgracia a medias. La experiencia revolucionaria y la habilidad de organización son cosas que se adquieren con el tiempo. ¡Lo único que hace falta es querer desarrollar en uno mismo las cualidades necesarias! ¡Lo único que hace falta es tener conciencia de los defectos, cosa que en la labor revolucionaria equivale a más de la mitad de la corrección de los mismos!".[13]

Para cumprir sua tarefa, o partido revolucionário deve mostrar as contradições às massas e indicar-lhes o caminho que representa o avanço da revolução, mas nunca fabular sobre seu estado de espírito, colocando-lhes objetivos que estejam além de sua compreensão e de sua capacidade de luta. Separada da ação revolucionária, a reforma atua sobre os efeitos do problema e não sobre suas causas. Ao negar a possibilidade de mudanças qualitativas, o reformismo naturaliza o *status quo* e converte-se em uma força política conservadora. De modo inverso, isolada da luta por reformas tangíveis, a luta revolucionária desvincula-se da realidade concreta da luta de classes, tornando-se uma agitação

---

[13] Lenin, V.I., *¿Qué Hacer? ¿Qué Hacer?*, In? Obras Escogidas, v.1. p. 144.

estéril, sem efeitos práticos para a classe operária. Ao propor soluções abstratas, descoladas do dia-a-dia das massas e inatingíveis no curto prazo, o esquerdismo ignora a necessidade de mediações entre as lutas econômicas e políticas, entre a reforma e a revolução, substituindo a definição de objetivos consequentes por palavras de ordem vazias que não encontram eco nas massas. Convertendo o socialismo em objetivo imediato, o esquerdismo perde o dialogo com as massas e desconecta-se do movimento operário. Entre reformistas e esquerdistas, Lênin identifica um elemento comum: a profunda desconfiança de ambos quanto ao poderio revolucionário da classe operária. "La socialdemocracia revolucionaria siempre ha incluido y sigue incluyendo en la órbita de sus actividades la lucha por las reformas. Pero utiliza la agitación 'económica' no sólo para reclamar del gobierno toda clase de medidas, sino también (y en primer término) para exigir que deje de ser un gobierno autocrático. Además, considera su deber presentar al gobierno esta exigencia no sólo sobre el terreno de la lucha económica, sino también sobre el terreno de todas las manifestaciones en general de la vida social y política. En una palabra, como la parte al todo, subordina la lucha por las reformas a la lucha revolucionaria por la libertad y el socialismo."[14]

Em suma, a importância crucial da "organização revolucionária" na constituição do operariado como sujeito histórico decorre de sua importância estratégica para fecundar a classe com o germe da revolução, transformando o instinto de autodefesa da classe em consciência revolucionária de classe, dotando-a, assim, dos conhecimentos indispensáveis e dos dispositivos operacionais básicos para que ela possa armar-se dos fins e dos meios

[14] Lenin, V.I., *¿Qué Hacer?*. *In*: Obras Escogidas, v.1, p. 169.

indispensáveis para vencer a burguesia e construir o socialismo. Ao condensar a energia revolucionária e direcioná-la para os objetivos estratégicos e táticos da revolução socialista, a "organização revolucionária" torna-se um dispositivo essencial da classe operária, permitindo o seu acesso à consciência socialista, a concentração de sua força política num organismo disciplinado que funciona como um todo monolítico, bem como a indispensável socialização de suas experiências de luta, condição necessária para que ela possa ganhar autoconfiança e acumular força para a conquista do poder. Na conclusão de *Un Paso Adelante, Dos Pasos Atrás*, Lênin sintetizou a questão nos seguintes termos: "El proletariado no dispone, en su lucha por el poder, de más arma que la organización. El proletariado, desunido por el imperio de la anárquica competencia dentro del mundo burgués, aplastado por los trabajos forzados al servicio del capital, lanzado constantemente 'al abismo' de la miseria más completa, del embrutecimiento y de la degeneración, sólo puede hacerse y se hará inevitablemente una fuerza invencible siempre y cuando que su unión ideológica por medio de los principios del marxismo se afiance mediante la unidad material de la organización, que cohesiona a los millones de trabajadores en el ejército de la clase obrera".[15]

Na concepção de Lênin, a estratégia e a tática da revolução socialista devem ser definidas levando-se em consideração as condições objetivas e subjetivas da luta de classes, isto é, a especificidade que assume a relação dialética entre reforma e revolução, derivada da interpretação histórica sobre o sentido das mudanças sociais, as forças motrizes que as impulsionam e as

---

[15] Lenin, V.I., *Un Paso Adelante, Dos Pasos Atrás*. In: Obras Escogidas, v.1, p. 465.

"relações de poder real" presentes em cada momento histórico, que definem o efetivo poder de fogo das classes sociais em luta. Os imperativos da organização resultam de tais condicionantes. O caráter do partido revolucionário não pode, portanto, ser concebido de modo arbitrário, sem conexão com as necessidades concretas do movimento revolucionário. A estrutura e a forma de funcionamento do partido dependem da natureza dos desafios históricos que ele deve enfrentar para dirigir o movimento revolucionário para a conquista do poder. A organização revolucionária deve se ajustar permanentemente às exigências da luta revolucionária. É nesse sentido que Lukács enfatiza a sólida consistência de sua personalidade política: "Sangue e juízo misturam-se em Lênin com equidade, porque o seu conhecimento da sociedade visava em cada instante a ação necessária para este ou aquele momento do ponto de vista social, porque a sua prática era sempre a consequência necessária da soma e do sistema dos conhecimentos verdadeiros acumulados até esse momento."[16]

3. A teoria do imperialismo de Lênin

Movido pela exigência de compreender a situação gerada pelas crescentes rivalidades entre as grandes potências capitalistas, que empurravam o mundo para uma guerra generalizada, e pela urgência de encontrar uma resposta teórica e prática para o fortalecimento das tendências oportunistas no interior da social-democracia, a partir de 1912 Lênin voltou sua atenção para o estudo do imperialismo. A importância crucial que ele dava ao

[16] Gruppi, L., *O pensamento de Lênin*, op. cit., p. 130.

entendimento do imperialismo pode ser aquilatada nas suas próprias palavras: "O problema do imperialismo" – escreve em 1915 – "não é somente um dos problemas essenciais, mas provavelmente o mais essencial na esfera da ciência econômica que estuda a mudança de forma do capitalismo nos tempos modernos. Conhecer os fatos relacionados a esta esfera, [...], é absolutamente indispensável para quem se interessa, não só pela economia, mas por qualquer aspecto da vida social contemporânea".[17]

Produto de uma exaustiva pesquisa factual, que tinha os trabalhos de Hobson e Hilferding como principais referências, bem como de uma reelaboração do modo de aplicar o método de Marx, que levou Lênin a aprimorar a sua concepção dialética da História, *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo* apresenta um "quadro de conjunto da economia mundial capitalista" no início do século XX que desmascara as ideias que apregoavam a possibilidade de conciliar imperialismo e "democracia mundial".[18] O fio da meada que articula a argumentação é dado pela caracterização dos múltiplos processos que relacionam as leis de movimento do capitalismo monopolista ao fenômeno do imperialismo. A preocupação de não desvincular o conhecimento da ação faz o foco da interpretação recair nos impactos das estruturas e dinamismos do

---

[17] Lênin, V. L., Prefácio ao Folheto de N. Bukhárin, *A economia mundial e o imperialismo* in *Obras Completas*, vol. XXIII, Madri: Akal Editor, 1977, p. 184.

[18] Para preparar seu trabalho, entre 1912 e 1916 Lênin examina 148 livros e 232 artigos sobre o tema. Percebendo que o desafio de encontrar os nexos existentes entre a multiplicidade de processos que condicionavam a nova configuração do capitalismo exigia um reforço de sua capacidade de utilizar o método do materialismo dialético, a partir de 1914 ele relê *O Capital* de Marx e retoma Hegel. Os resultados de seus estudos econômicos e políticos – mais de vinte brochuras de anotações - encontram-se compilados nos *Cadernos sobre o Imperialismo*. As anotações de seus estudos sobre a dialética encontram-se reunidas nos *Cadernos sobre Filosofia*.

capitalismo monopolista sobre a luta de classes em escala mundial e nas suas formas específicas de manifestação nos países desenvolvidos, atrasados e não desenvolvidos. O livro desvenda os nexos econômicos que determinam a necessidade inexorável do imperialismo na era dos monopólios. Sua finalidade última é desnudar as contradições do capitalismo monopolista e apontar a necessidade inelutável da revolução socialista como única solução civilizada que pode superar os horrores que acompanham o progresso capitalista.

Para definir os condicionantes objetivos e subjetivos da luta de classes na era do capitalismo monopolista, a teoria do imperialismo de Lênin combina dois movimentos. Por um lado, o capitalismo monopolista é compreendido como uma unidade dialética, que contempla não apenas todas as dimensões da economia e da sociedade - as forças produtivas, as relações de produção, a superestrutura jurídica e ideológica - em suas relações de mútua determinação no interior de cada formação social, como também os nexos inextrincáveis de exploração econômica e dominação política que condicionam a relação entre as diferentes formações econômicas e sociais que conformam o sistema capitalista mundial. Por outro lado, a tendência efetiva da luta de classes é relacionada aos condicionantes subjetivos que a determinam: os efeitos das novas contradições sobre o comportamento das classes sociais; a possibilidade de o acirramento dos antagonismos gerar uma crise revolucionária que abra espaço para saltos históricos; a polarização da luta de classes entre revolução e contrarrevolução; o risco de o proletariado desperdiçar a oportunidade histórica de superar o capitalismo pela ausência de uma teoria revolucionária que unifique a classe para enfrentar a burguesia.

É a sua capacidade de chegar a uma síntese explicativa sobre o caráter do novo momento histórico – a definição do **imperialismo como regime de transição** do capitalismo para o socialismo - e a contradição que o preside – o crescente **antagonismo entre a socialização das forças produtivas em escala mundial e a apropriação privada dos meios de produção** por uma oligarquia financeira - que lhe permite definir as tendências em luta – **socialismo ou barbárie** - e os desafios imediatos que devem ser enfrentados pela classe operária para impulsionar a revolução socialista internacional – **transformar a guerra imperialista em guerra civil**. "Nesse sentido," – afirma Gruppi - "Lênin continua a obra de Marx acrescentando-lhe um novo e essencial capítulo e coloca o marxismo em condições de enfrentar, no plano da teoria e da ação revolucionária, a nova época histórica com que se defronta o proletariado. [...] A conquista teórica de Lênin está na lúcida visão de como a estratégia do proletariado deve ser posta no quadro do desenvolvimento imperialista".[19]

Ao qualificar o imperialismo como superestrutura do capitalismo monopolista, forma política de dominação do capital financeiro sobre a sociedade burguesa, a interpretação de Lênin contrapôs-se ao revisionismo de Bernstein, que previa uma evolução lenta e pacífica do capitalismo ao socialismo, e ao reformismo de Kautsky, cuja visão parcial e abstrata do imperialismo contemplava a possibilidade ora de um capitalismo sem imperialismo, ora de um ultra imperialismo sem guerras. Em relação aos alentados tratados teóricos e históricos de seus contemporâneos social-democratas, como Rosa Luxemburgo, Bukarin e o próprio Hilferding, o diferencial de sua teoria reside na sua definição dos nexos orgânicos de mútua

---

[19] Gruppi,L., *O pensamento de Lênin*, *op. cit.*, pp. 138 e 139.

determinação entre o padrão de acumulação e o padrão da luta de classes. “A concepção leninista do imperialismo” – diz Lukács – “é, de modo aparentemente paradoxal, por um lado uma proeza teórica considerável, e por outro contém sob o ângulo de uma teoria puramente econômica bem poucas novidades reais. [...] A superioridade de Lenine consiste nisto: ter sabido – [...] – *ligar concreta e completamente a teoria econômica do imperialismo a todos os problemas políticos da atualidade* e fazer do conteúdo da economia, nesta nova fase, o fio condutor de todas as ações concretas no mundo assim organizado”.[20]

Concluído na primavera de 1916, às vésperas dos acontecimentos que levariam à Revolução de Outubro, *O Imperialismo* é muitas vezes interpretado como um documento conjuntural, sem maior valor teórico, um panfleto que sistematiza e divulga o conhecimento já estabelecido pela literatura liberal e socialista sobre as mudanças econômicas e políticas que transformavam o padrão de desenvolvimento capitalista. É uma interpretação equivocada. A linguagem simples utilizada por Lênin para tornar suas ideias acessíveis aos militantes socialistas revolucionários não deve iludir o leitor. O estilo direto do texto camufla a complexidade de sua trama. Seu ensaio é uma sofisticada construção intelectual, onde todos os elos do raciocínio estão cuidadosamente conectados por vínculos dialéticos que definem uma totalidade concreta. Além de estabelecer a forma específica assumida pelo imperialismo no início do século XX e os desafios históricos daí decorrentes, análise que fundamentou os passos de Lênin como referência máxima da primeira revolução socialista, *O Imperialismo* contém uma elaborada metodologia de análise das leis de

[20] Lukács, G., O pensamento de Lênin, *op. cit.*, p. 56.

movimento do capitalismo e da luta de classes na era dos monopólios, bem como uma interpretação, de caráter estrutural, sobre o significado histórico do imperialismo como regime de transição do capitalismo para o socialismo – conquistas do pensamento revolucionário que têm um valor mais geral e preservam sua vitalidade como referência teórica e metodológica para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Posto em perspectiva histórica, o livro extrapola largamente sua importância conjuntural para se transformar no que Tom Kemp classificou de "[...] a major document of twentieth-century Marxism".[21]

Tendo como fundamento as formulações de Marx na Introdução de 1857 do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, a teoria do imperialismo de Lênin atualiza a interpretação sobre as leis de movimento do capitalismo e tira suas consequências práticas para a luta revolucionária da classe operária.[22] A sua estrutura lógica organiza-se seguindo o procedimento clássico do método dialético, que se desdobra do abstrato – **o capital financeiro** – ao concreto – uma época histórica marcada por conflitos radicais e grandes comoções sociais que polarizam a luta de classes entre **a revolução e a contrarrevolução**; das categorias mais simples – **o**

[21] Kemp, T., *Theories of Imperialism*. London, Dobson Books, 1967, p. 67. "Quite apart from differences about the validity of Lenin's analysis, the immense influence of the book is admitted on all sides; there can be no doubt that it filled a theoretical vacuum in a way which none of the preceding works on the same theme could have done", p. 67.

[22] Lefebvre destaca que o pensamento de Lênin é um esforço de atualizar a crítica teórica e prática de Marx ao capitalismo: "[...] chaque oeuvre importante comporte-t-elle cette double préocupation et ce double mouvement interne: revenir aux principes théoriques et metodologiques du marxisme, les rependre, les restituer dans toute leur force – et les appliquer aux realités et problèmes nouveaux revélés par la pratique, par la vie, de façon à résoudre ces problèmes", Lefebvre, H. *Pour Connaître la Pensée de Lénine*. *Op. cit.*, p. 130.

monopólio – às categorias mais complexas – **o imperialismo** como superestrutura do capitalismo monopolista; da aparência do fenômeno – **a guerra como a defesa do interesse nacional** – à sua essência – o imperialismo como a força motriz que explica a necessidade inexorável da **força militar como arma de conquista** na era do capitalismo monopolista. A argumentação desenrola-se buscando determinar os múltiplos aspectos que definem o imperialismo como a superestrutura do capitalismo monopolista; a sua lógica de funcionamento; o desenvolvimento de suas estruturas e as tendências que daí decorrem; o choque de opostos que determina as contradições que impulsionam o movimento histórico; os nexos fundamentais que condicionam a sua unidade sintética como fenômeno histórico; o devir que delimita o campo de oportunidades que se coloca no horizonte histórico.

Adepto do princípio da objetividade da dialética, Lênin associa seus movimentos teóricos às evidências empíricas que os fundamentam, combinando uma complexa estrutura analítica com uma densa base empírica, características que imprimem a seu trabalho um elevadíssimo poder de persuasão.[23] A relação explícita

---

[23] Sobre os fundamentos da dialética de Lênin, ver Lefebvre, H. **Pour Connaître la Pensée de Lénine**. Paris. Bordas, 1957, capítulo 3, "La Pensée Philosophique de Lénine". O poder de persuasão de *O imperialismo* mereceu o seguinte comentário de Tom Kemp: "The impact of its facts and figures and condensed theoretical point is powerful. It shows Lenin's pedagogical skill and his characteristic ability to generalize and to make arresting characterization. It is within the grasp of large numbers of educated people and not merely those who have studied the writings of Marx in some detail. For all its 'Aesopian' language" – destinada a despistar a censura czarista – "it was more a political tract than an economic study: it was designed to educate the working class and make its members conscious both of the nature of the epoch through which they were living and of the causes of what he regarded as the betrayal of the major part of its leaders". Kemp, Tom. *Theories of Imperialism*. London, Dobson Books, 1967, p. 67.

entre as categorias abstratas e as relações sociais de produção que lhe são correspondentes põe em evidência as bases sociais do capitalismo monopolista, afastando Lênin de qualquer reducionismo economicista que pudesse comprometer seu objetivo maior de mostrar os nexos entre acumulação de capital, mudança social e luta de classes. O entendimento do conceito abstrato como expressão pensada do real leva a investigação a se desenvolver como um processo contínuo, de sucessiva aproximação à realidade histórica. A recusa em cristalizar os conceitos e transformar as análises em verdades absolutas faz com que sua interpretação assuma a forma de um corpo de conhecimento permanentemente permeável às mudanças da realidade histórica. Portanto, mais do que uma explicação definitiva, sua teoria do imperialismo deve ser concebida como um ponto de partida para novas investigações. Daí o caráter necessariamente inconcluso de sua reflexão. "Pode-se dizer" – afirma Gruppi – "que é possível extrair de Lênin uma indicação metodológica do seguinte tipo: deve-se ir da categoria (abstrata) até a investigação do concreto, inferir daqui novas categorias científicas, sempre abstratas enquanto tais, porém mais complexas e mais próximas ao concreto para com elas levar a investigação a um novo nível e assim por diante".[24]

A fim de explicitar as conclusões da teoria do imperialismo que têm um caráter estrutural e permanecem vigentes como determinantes gerais do imperialismo contemporâneo, separando-as das formulações de caráter conjuntural, determinadas pelas condições históricas específicas do início do século XX, é

---

[24] Gruppi, L., *O pensamento de Lênin. Op. cit.*, p. 138. Sobre a "teoria do reflexo" de Lênin ver, Lefebvre, H. *Pour Connaître la Pensée de Lénine*. *Op. cit.*, especialmente capítulo 3.

importante reconstituir o movimento metodológico e teórico que leva Lênin a caracterizar o imperialismo como clímax do desenvolvimento capitalista. Seguindo o procedimento de uma aproximação paulatina ao objeto, que avança através de círculos sucessivos, do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, em que cada círculo incorpora as determinações do círculo anterior até a conformação da totalidade concreta, que define as bases fundamentais do processo histórico, o raciocínio desenvolvido em *O Imperialismo* evolui associando: o desenvolvimento do capitalismo à gênese do capitalismo monopolista; a gênese do capitalismo monopolista à dominação de uma oligarquia financeira e ao aparecimento de uma aristocracia operária; as leis de movimento do capitalismo monopolista ao aparecimento do imperialismo como padrão de relacionamento que preside a economia mundial; a caracterização do imperialismo como regime de transição à formação das bases objetivas para a construção do socialismo; o zênite do mundo burguês ao avanço da barbárie; a impossibilidade de reformar o imperialismo à revolução socialista como única alternativa que pode barrar o avanço da barbárie capitalista. É esta linha de raciocínio – que será explicitada abaixo - que levou Lênin à conclusão de que o acirramento das contradições e dos antagonismos do capitalismo tendia a polarizar a luta de classes entre revolução e contrarrevolução.

Apoiando-se em uma ampla base de evidências empíricas sobre o processo de monopolização da indústria e dos bancos, Lênin recorre à lei da tendência à concentração e centralização do capital, que condiciona a reprodução ampliada do capital, para explicar o processo histórico de transformação do capitalismo competitivo em capitalismo monopolista – a mudança

fundamental que carateriza o esgotamento definitivo do papel progressista do capitalismo como modo de produção. Atendo-se ao plano das forças produtivas e das relações de produção, sua investigação mostra como as transformações quantitativas na composição técnica e na composição orgânica do capital se convertem em transformações qualitativas, dando origem ao capital financeiro – uma fusão do monopólio industrial com o monopólio bancário. Independentemente da forma histórica que assume o processo de formação do capital financeiro (que, baseando-se na experiência alemã, Lênin atribuía ao papel estratégico dos bancos), o capitalismo monopolista carateriza-se pela extraordinária ampliação das bases técnicas e financeiras do capital. A formação de uma espécie de "capitalista coletivo", que aglutina grandes massas de capitais industriais e bancários, representa uma forma mais avançada de organização do capital que modifica as leis de movimento do capitalismo. A ampliação da escala das forças produtivas e o aumento das massas de capitais monetários que ficam sob o comando do capital financeiro implicam um salto de qualidade no poder destas frações de capital de mobilizar todos os meios imagináveis – econômicos e políticos - para potencializar o processo de valorização do capital. Ao diminuir radicalmente as barreiras temporais e espaciais à acumulação de capital, a elevação na mobilidade espacial do capital, o incremento na sua capacidade de mutação de forma, a intensificação do ritmo de rotação do capital fazem crescer exponencialmente a sua faculdade de comandar trabalho e disputar as oportunidades de negócio em escala mundial. A expansão do capital internacional, o aumento na liquidez do capital, a intensificação de sua fluidez intersetorial, a hipertrofia da órbita financeira e dos circuitos de valorização fictícia do capital são

fenômenos associados à profunda redefinição da relação do capital com o espaço e com o tempo.

O aparecimento do capital financeiro provoca importantes mudanças no comportamento das classes sociais, gerando o substrato social e ideológico do capitalismo monopolista e de sua superestrutura imperialista.

Por um lado, a expansão e a centralização do capital financeiro dão origem a uma oligarquia financeira, com uma complexa rede de interesses internacionais, que prepondera sobre o conjunto dos capitalistas. A sua ramificação, na forma de "união pessoal", pelas altas esferas da indústria, das finanças e do Estado, potencializa ainda mais seu poder econômico e político. O controle da economia, das finanças e dos assuntos do Estado transforma a luta pelo controle territorial da economia mundial e a violência como método de acumulação - o imperialismo - em razão de Estado. A necessária correspondência entre os interesses econômicos da oligarquia financeira e sua ideologia encontra-se na raiz das ideologias colonialistas e chauvinistas que caraterizam a etapa superior do capitalismo.[25] A impossibilidade de conciliar internacionalização de capital e autodeterminação dos povos, capitalismo e paz, é, portanto, uma determinação estrutural da hegemonia do capital financeiro. "Lo característico del imperialismo es precisamente la tendencia a la anexión no sólo de las regiones agrarias, sino incluso de las más industriales [...] pues, en primer

---

[25] No início do século XX, esta ideologia assumia cores particularmente fortes. "El signo de nuestro tiempo es el entusiasmo por las perspectivas del imperialismo, la defensa rabiosa del mismo, su embellecimiento por todos los medios. La ideología imperialista penetra incluso en el seno de la clase obrera, que no está separada de las demás clases por una muralla china", Lenin, V.I., *El Imperialismo*. *In*: Obras Escogidas, v.1., p. 782.

lugar, la división ya terminada del globo obliga, al proceder a un nuevo reparto, a alargar la mano hacia toda clase de territorios; en segundo lugar, para el imperialismo es sustancial la rivalidad de varias grandes potencias en sus aspiraciones a la hegemonía, esto es, a apoderarse de territorios no tanto directamente para sí, como para debilitar al adversario y quebrantar su hegemonía [...]."[26]

Por outro lado, a emergência do capitalismo monopolista promove uma profunda diferenciação entre "las 'capas superiores' de los obreros y la 'capa inferior, proletaria propiamente dicha'", criando uma "aristocracia operária" que tende a se identificar com os valores da pequena burguesia.[27] A base real de existência desta aristocracia operária – os grandes monopólios – aproxima seus interesses corporativos imediatos da política do imperialismo. O "oportunismo" político que compromete a unidade da classe operária em torno de seus objetivos estratégicos de longo prazo surge, assim, como um fenômeno que se enraíza na realidade histórica. "La obtención de elevadas ganancias monopolistas por los capitalistas de unas tantas ramas de la industria, de uno o de tantos países, etc., les brinda la posibilidad económica de sobornar a ciertos sectores obreros, y, temporariamente, a una minoria bastante considerable de estos últimos, atraiéndolos al lado de la burguesía de

---

[26] Lenin, V.I., *El Imperialismo*, *Ibid*., p. 767.

[27] "Esa capa de obreros aburguesados o de 'aristocracia obrera', enteramente pequeño burgueses por su género de vida, por sus emolumentos y por toda su concepción del mundo, es el principal apoyo de la II Internacional, y, hoy día, el principal apoyo social (no militar) de la burguesía. Porque son verdaderos agentes de la burguesía en el seno del movimiento obrero, lugartenientes obreros de la clase de los capitalistas, verdaderos vehículos del reformismo y del chovinismo. En la guerra civil entre el proletariado y la burguesia se colocan inevitablemente, en número considerable, al lado de la burguesía, al lado de los "versalleses" contra los "comuneros". Prologo a las ediciones francesa y alemana. *Ibid*., p. 699.

dicha rama o de dicha nación, contra todos los demás. El acentuado antagonismo de las naciones imperialistas en torno al reparto del mundo ahonda esa tendencia".[28]

A caracterização do imperialismo como superestrutura necessária do capitalismo monopolista, que tem sua base de sustentação social na hegemonia do capital financeiro e na emergência de uma aristocracia operária, decorre da lógica de conquista econômica e territorial que se impõe como padrão de relacionamento entre os cartéis internacionais e as potências capitalistas que disputam o controle da economia mundial. Em relação às formas de conquista e dominação de outras épocas, a especificidade do imperialismo moderno está associada às forças motrizes que o impulsionam, isto é, à forma que assume a disputa entre os cartéis internacionais e entre os Estados rentistas pelo controle das oportunidades de negócios no mundo. Citando Hobson, Lênin explicita a questão: "El nuevo imperialismo se distingue del viejo, primero en que, en vez de la aspiración de un solo imperio creciente, sostiene la teoría y la actuación práctica de imperios rivales, guiando-se cada uno de ellos por idénticos apetitos de expansión política y de beneficio comercial; segundo, en que los intereses financieros o relativos a la inversión del capital predominan sobre los comerciales".[29]

O vínculo inexorável entre o aparecimento de uma oligarquia financeira e os processos econômicos e políticos que levam à formação de uma economia mundial, marcada por uma complexa teia de relações de dependência e dominação, enfatiza os nexos entre uma multiplicidade de fenômenos que são típicos do

---

[28] Lenin, V.I., *El Imperialismo, Ibid*., p. 796.

[29] Lenin, V.I., El *Imperialismo, Ibid*., p. 767.

capitalismo avançado: o processo de monopolização do capital financeiro; a geração de excedentes que transbordam a possibilidade de aplicação na economia nacional e dão lugar a um processo de exportação de capitais; a formação de cartéis internacionais que disputam o controle da economia mundial; o impacto desigual do desenvolvimento capitalista sobre as diferentes formações sociais; o envolvimento do Estado na disputa pelo controle dos territórios; a configuração de uma economia mundial extremamente assimétrica, composta de países desenvolvidos em ascensão e em decadência, bem como de países atrasados que são envolvidos nas teias do imperialismo e, de alguma maneira, combinam avanço das forças produtivas, expansão das relações de produção capitalistas e geração de relações de dependência externa. A conexão necessária entre capitalismo monopolista, rivalidades nacionais e o ressurgimento de novas formas de exploração e dominação das sociedades atrasadas foi sintetizada por Lênin nos seguintes termos: "El imperialismo es el capitalismo en la fase de desarrollo en que ha tomado cuerpo la dominación de los monopolios y del capital financiero, ha adquirido señalada importancia la exportación de capitales, ha empezado el reparto del mundo por los trustes internacionales y ha terminado el reparto de toda la tierra entre los países capitalistas más importantes".[30]

O caráter específico que assume o imperialismo ao longo do tempo e a sua forma concreta de manifestação em cada formação econômica e social dependem do modo pelo qual se combinam as tendências à concentração e centralização de capitais com a lei do desenvolvimento desigual em cada conjuntura histórica. No entanto, qualquer que seja a estratégia que orienta a política do

---

[30] Lenin, V.I., El *Imperialismo, Ibid*., p.765.

imperialismo – o controle dos mercados, o acesso privilegiado à força de trabalho, o monopólio sobre as fontes de matérias-primas, o açambarcamento das oportunidades de negócios, o domínio das vias de transporte e comunicação, o controle do território – e qualquer que seja a forma assumida da disputa pelo controle da economia mundial – econômica ou política, lícita ou ilícita, pacífica ou violenta -, a luta entre os grandes trustes internacionais impõe uma lógica de dominação que coloca o mundo sob permanente tensão. "Los capitalistas no se reparten el mundo llevados de una particular perversidad, sino porque el grado de concentración a que se ha llegado les obliga a seguir este camino para obtener beneficios y se lo reparten 'según el capital', 'según la fuerza'; otro procedimiento de reparto es imposible en el sistema de la producción mercantil y del capitalismo. La fuerza varía a su vez en consonancia con el desarrollo económico y político. Para comprender lo que está aconteciendo hay que saber cuáles son los problemas que se solucionan con los cambios de la fuerza, pero saber si dichos cambios son 'puramente' económicos o extraeconómicos (por ejemplo, militares) es un asunto secundario que no puede hacer variar en nada la concepción fundamental sobre la época actual del capitalismo. Suplantar el contenido de la lucha y de las transacciones entre los grupos capitalistas por la forma de esta lucha y de las transacciones (hoy pacífica, mañana no pacífica, pasado mañana, otra vez no pacífica) significa descender hasta el papel de sofista".[31]

A definição do imperialismo como regime de transição que prepara as bases objetivas do socialismo está determinada pela substituição do capitalismo baseado na livre concorrência pelo capitalismo fundado no monopólio. Lênin atribui a exacerbação das

---

[31] Lenin, V.I., El *Imperialismo, Ibid*., p. 753.

contradições do modo de produção capitalista à metamorfose da livre concorrência na sua antítese: o monopólio. A progressiva monopolização da produção aguça a contradição entre a crescente socialização das forças produtivas e a continuidade de um regime social baseado na apropriação privada dos meios de produção. O contraste entre o crescimento exponencial da produção social e o aumento da desigualdade na distribuição do excedente social exacerba os antagonismos sociais. O controle centralizado dos meios de produção pela oligarquia financeira, que cria as bases gerenciais para uma economia baseada no planejamento central, leva ao limite a irracionalidade na utilização dos recursos produtivos da sociedade. Tal irracionalidade é ainda reforçada pelo esvaziamento da capacidade do poder público de impor limites à atuação do capital financeiro. Por fim, a integração dos países atrasados na rede de dependência e dominação do capital financeiro acelera a penetração de relações de produção tipicamente capitalistas e estimula a expansão de suas forças produtivas, transformando em antagonismo insuperável a contradição entre a lógica de conquista do imperialismo e a aspiração de autodeterminação dos povos que fazem parte do elo fraco do sistema capitalista mundial. O imperialismo amadurece, assim, as condições que determinam a necessidade e a possibilidade do socialismo: "[...] las relaciones de economía y propiedad privada constituyen una envoltura que no corresponde ya al contenido, que esa envoltura debe inevitablemente descomponerse si se aplaza artificialmente su supresión, que puede permanecer en estado de decomposición durante un período relativamente largo (en el peor de los casos, si la

curación del tumor oportunista se prolonga demasiado), pero que, con todo y con eso, será ineluctablemente suprimida".[32]

Lênin atribui as tendências que levam o desenvolvimento do capitalismo monopolista a provocar a agonia do modo de produção capitalista ao caráter particularmente agressivo e predatório assumido pela lógica de acumulação do capital financeiro. As novas características do desenvolvimento capitalista - a crescente importância de formas parasitárias de acumulação, a inevitável eclosão de crises econômicas agudas e recorrentes, a desconexão radical entre o progresso subordinado à lógica dos lucros e as necessidades sociais da grande maioria da população, o aparecimento de Estados rentistas que exploram os países coloniais e neocoloniais, o caráter estrutural das rivalidades entre as grandes potências que disputam o controle da economia mundial – resultam, a seu ver, de um padrão de concorrência inter capitalista que combina as relações de dominação típicas dos monopólios com as relações mercantis típicas do capitalismo. Desse modo, Lênin vincula a exacerbação das taras do capital às formas de acumulação de capital que caraterizam o capitalismo monopolista, isto é, ao rentismo, à especulação financeira, comercial e imobiliária, à corrupção e a fraude, à gestão temerária dos negócios, à sabotagem dos concorrentes, às pressões espúrias sobre fornecedores, ao lucro extorsivo, à superexploração do trabalho nos países colônias e semicoloniais, à guerra como negócio. "Las relaciones de dominación y la violencia ligada a dicha dominación: he ahí lo típico en la 'fase contemporánea de desarrollo del capitalismo', he ahí lo que inevitablemente tenía que derivarse y se ha derivado de la

---

[32] Lenin, V.I., El *Imperialismo, Ibid*., pp. 797-798.

constitución de los todos-poderosos monopolios económicos", resume Lênin.[33]

Ao contrário dos teóricos marxistas que identificavam o fim do capitalismo com o seu desmoronamento econômico, provocado pela tendência decrescente da taxa de lucro, na teoria do imperialismo de Lênin a agonia do capitalismo não decorre de sua inviabilidade econômica, mas, paradoxalmente, exatamente de seu oposto: a impossibilidade de impor limites à reprodução ampliada do capital e atenuar seus efeitos perversos sobre a sociedade.[34] A degeneração do capitalismo é o resultado de seu desenvolvimento. A necessidade de sua superação é determinada por sua inviabilidade política. Os métodos violentos e predatórios do capital financeiro levam os antagonismos sociais a tal ponto que as tensões e os conflitos que daí decorrem tendem a comprometer as bases sociais e políticas de sustentação da sociedade burguesa. Nos países capitalistas desenvolvidos, a supremacia do capital financeiro vem acompanhada da deterioração das condições de vida da grande maioria da população. Nas regiões coloniais e semicoloniais, o imperialismo significa crescente exploração e opressão. "Los monopolios, la oligarquía, la tendencia a la dominación en vez de la tendencia a la libertad, la explotación de un número cada vez mayor de naciones pequeñas o débiles por un puñado de naciones

---

[33] Lenin, V.I., El *Imperialismo, Ibid*., p. 711.

[34] Não há na teoria do imperialismo de Lênin qualquer vestígio de determinismo economicista que associa, de maneira abstrata e mecânica, o fim do capitalismo ao seu desmoronamento econômico, provocado pela tendência decrescente da taxa de lucro. Na sua visão, os diferentes setores, regiões e países que compõem a economia mundial sofrem de maneira diferenciada os impactos dinâmicos do capitalismo monopolista, alternando e combinando momentos de crise e estagnação com períodos de expansão e crescimento, conjunturas de decadência e letargia tecnológica com fases de intenso progresso e inovações revolucionárias.

riquísimas o muy fuertes: todo esto ha originado los rasgos distintivos del imperialismo que obligan a calificarlo de capitalismo parasitario o en estado de decomposición".[35]

A avaliação de que os gravíssimos problemas do imperialismo têm raízes profundas, determinadas pelas leis de movimento do capitalismo monopolista, leva Lênin a descartar a viabilidade de "reformas" que possam atenuar os aspectos mais deletérios do imperialismo. A impossibilidade de voltar à livre concorrência e a inviabilidade de domar o imperialismo, tornando-o compatível com a democracia e a autodeterminação dos povos, alternativas românticas que alimentavam as esperanças das oposições pequeno-burguesas que procuravam uma solução por dentro da ordem estabelecida, deixavam como única saída a revolução socialista. Recorrendo a uma citação de Hilferding, Lênin conclui: "No incumbe al proletariado oponer a la política capitalista más progresiva la política pasada de la época del libre cambio y la actitud hostil frente al Estado. La respuesta del proletariado no puede ser actualmente la restauración de la libre competencia – que se ha convertido ahora en un ideal reaccionario -, sino únicamente la destrucción completa de la competencia mediante la supresión del capitalismo".[36]

---

[35]. Lenin, V.I., El *Imperialismo, Op. cit.*, p. 795.

[36] Hilferding, R., *El Capital Financiero*. Madrid, Editorial Tecnos, 1963, p. 567, *apud* Lenin, V.I., El *Imperialismo*, *Op. cit.*, p. 785.

4. O pensamento de Lênin em seu movimento concreto

Preocupado em transformar o materialismo histórico em força revolucionária viva, Lênin dedica-se ao estudo dos desafios da revolução russa. Forjadas no calor dos acontecimentos, como respostas aos desafios concretos da luta de classes, as suas ideias surgem e amadurecem como críticas às teses utópicas do movimento *Narodnaya Volya* – a principal força política de oposição ao Tzar - e à estratégia política etapista dos mencheviques – corrente que polarizava com os bolcheviques a liderança do movimento operário russo. Em relação aos populistas, Lênin questiona a viabilidade histórica do projeto de transição para o socialismo baseado na comuna camponesa, de acordo com o qual caberia aos camponeses e pequenos agricultores um papel estratégico na revolução russa. No que diz respeito aos mencheviques, rejeita a tese de que a ausência de bases objetivas para um regime socialista colocava a aliança operária com as frações mais progressistas da burguesia como único meio de vencer as permanências do regime feudal. Quando postas em perspectiva histórica, suas formulações insistirão no papel fundamental da classe operária como dínamo da revolução russa, na necessidade de sua aliança estratégica com os camponeses pobres e, finalmente, após uma série de considerações, no desdobramento *sui generis* do processo revolucionário, o qual tende a encadear a revolução democrática com a revolução operária, vista como um momento decisivo da revolução socialista em escala internacional.

Coerente com a metodologia de “análise concreta de uma situação concreta”, a interpretação de Lênin sobre o caráter da revolução russa destaca-se pela formidável consistência dos nexos que ligam as diferentes dimensões da realidade. No amplo espectro

das questões econômicas, sociais e políticas tratadas na sua vasta obra sobre os dilemas da revolução russa e os desafios da luta pelo socialismo, cabe destacar a originalidade de sua contribuição em pelo menos quatro direções: a teoria da revolução, a teoria do partido, a teoria do imperialismo e a teoria da transição. Resultado de um processo de reflexão permanente, a evolução de seu pensamento é marcada por momentos que se completam e se superam, cujos pontos culminantes podem ser sintetizados de maneira muito esquemática e sumária nas conclusões de seus trabalhos de maior envergadura.[37]

Teoria da Revolução Russa I

Desenvolvimento capitalista e as vias da revolução burguesa

A visão de Lênin sobre a especificidade da formação econômica e social russa encontra-se sistematizada em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, publicado em 1886.[38]

---

[37] A propósito do pensamento de Lênin convém lembrar a advertência de Gruppi sobre "[...] a impossibilidade de reduzir sua concepção (ou, mais exatamente, o desenvolvimento de sua concepção) a algumas obras, por mais importantes que sejam. Assim, para darmos um exemplo, não entenderemos sua concepção do imperialismo, em toda sua riqueza, se nos limitarmos ao famoso ensaio, embora seja o escrito mais importante sobre o assunto, e se não considerarmos as análises desenvolvidas em outros textos sobre o capitalismo monopolista de Estado. Do mesmo modo, não entenderemos sua concepção de Estado se nos limitarmos – ainda que esse se trate de um texto fundamental – a *O Estado e a Revolução*. Se nos referirmos só a algumas obras, corremos o risco de incidir em graves equívocos, em perigosas simplificações do seu pensamento". Gruppi, L., *O Pensamento de Lênin*, p. 300.

[38] Sobre a interpretação de Lênin a respeito da definição das estruturas econômicas e sociais da Rússia e seus efeitos sobre a dinâmica da revolução, ver também: "Quem são os amigos do povo"; "A que herança renunciamos"; e "Dos tácticas de la socialdemocracia". Lênin, V.I. *Obras Escogidas en 3 tomos*.

Baseado em farta documentação estatística, o livro põe em evidência que a fase final de transição do feudalismo para o capitalismo inaugurava uma época de grande turbulência, que colocava na ordem do dia a necessidade incontornável da revolução russa. O desajuste estrutural entre o acelerado desenvolvimento das forças produtivas, o expressivo avanço das relações de produção tipicamente capitalistas e a recalcitrante permanência de resquícios feudais deixavam patente a necessidade histórica de mudanças profundas em todas as dimensões da sociedade. Na avaliação de Lênin, o conteúdo econômico e social da revolução – eliminar a servidão e sepultar o regime czarista - conferia-lhe um caráter inequivocamente burguês.

A irreversibilidade das transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo afastava qualquer possibilidade de uma superação do regime servil pela realização de um idealizado socialismo camponês – a utopia que alimentava a ideologia dos populistas. Em seu estudo, Lênin mostra que não havia como evitar as dores do capitalismo. A figura mítica do camponês que deveria protagonizar o socialismo agrário russo simplesmente não existia. Era uma ficção ideológica que obliterava a percepção da vigorosa diferenciação interna por que passava o campesinato russo. As mudanças na composição social do campo estavam marcadas pela crescente presença do capital na agricultura russa. O impacto desagregador do desenvolvimento capitalista sobre as relações de produção no campo provocava transformações que desfiguravam completamente a antiga comuna primitiva. A transição no mundo

---

Moscou, Editorial Progresso, 1961. A Introdução de José Paulo Netto à edição brasileira de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, é uma excelente apresentação da ideias de Lênin sobre o tema. (Lênin, V.I., O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo. Abril Cultural, 1982).

agrário fazia emergir camponeses ricos – embrião de uma verdadeira burguesia agrária -, camponeses empobrecidos que não tinham alternativa senão vender sua força de trabalho – base de um proletariado rural - e pequenos e médios produtores – uma autêntica pequena burguesia –, cuja evolução social e política era indeterminada, podendo pender para qualquer um dos polos que redefiniam o perfil social do campo. Pela importância da caracterização da revolução russa como uma revolução burguesa no desdobramento posterior de seu pensamento, é interessante registrar a categórica conclusão de sua investigação: “Partiendo de esta base económica, se comprende que la revolución en Rusia es, inevitablemente, una revolución burguesa. Esta tesis marxista es absolutamente irrefutable. No se la debe olvidar jamás. Siempre hay que aplicarla al análisis de todas las cuestiones económicas y políticas de la revolución rusa. [...] El análisis concreto de la situación y de los intereses de las diversas clases debe servir para determinar el significado exacto de esta máxima al ser aplicada a tal o cual cuestión. Mientras que el método inverso de razonar, [...], es decir, la aspiración de hallar respuestas a las cuestiones concretas en el simple desarrollo lógico de la máxima general sobre el carácter fundamental de nuestra revolución es un envilecimiento del marxismo y una mera burla del materialismo dialéctico”.[39]

Na ausência de bases objetivas e subjetivas para a implantação do socialismo, as condições concretas da luta de classes polarizavam a Rússia entre duas vias para a revolução burguesa: a via “prussiana” - caraterizada pela acomodação das exigências da burguesia ascendente com os interesses remanescentes do regime

[39] Lênin, V.I., Prefácio à segunda edição de *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Moscou, Editora Progresso, 1979, p. 15.

servil; e a via democrática - caraterizada por um ajuste de contas radical entre o novo e o velho. O que entrava em questão era o risco de a revolução burguesa transcender os interesses estritos do capital e combinar capitalismo e democracia. A disputa sobre as vias da revolução burguesa traduzia-se na luta pela definição da classe social que assumiria a sua direção política. Nas condições específicas da sociedade russa, as tendências da luta de classes apresentavam características inusitadas e aparentemente paradoxais, que levavam a revolução a assumir formas originais. Temerosa de que as transformações sociais pudessem fugir de controle e ganhar uma dinâmica perigosa, a burguesia afastava-se do radicalismo dos pequenos camponeses e dos operários, alinhando-se com a reação. A composição com a nobreza comprometia seu "espírito revolucionário", forçando-a a negar o conteúdo democrático da revolução. Sem projeto histórico, a massa camponesa, a maior vítima do regime czarista, não conseguia traduzir em alternativas políticas concretas o seu estado de revolta permanente - que não raro eclodia na forma de levantes armados violentos. Sem apontarem soluções para os problemas da sociedade, o pequeno produtor agrícola e os trabalhadores rurais oscilavam entre o conservadorismo reacionário, que os aproximava da burguesia, e o radicalismo revolucionário, que os fazia pender em direção aos operários. Neste complexo contexto histórico, o proletariado surgia como a única força social que poderia levar a revolução democrática às últimas consequências. Sua debilidade numérica e sua concentração nas regiões urbanas mais industrializadas geravam, no entanto, uma correlação de forças que obrigava a classe operária a buscar alianças políticas com os camponeses pobres. A luta de classes polarizava-se, assim, entre a revolução, liderada pelos operários com o apoio dos

camponeses pobres, e a contrarrevolução, comandada pela burguesia em associação com as forças decadentes do antigo regime.

A necessidade de uma aliança entre operários e camponeses como condição indispensável para evitar uma solução reacionária para a revolução burguesa transformava a questão agrária no elemento decisivo da revolução russa.[40] Consciente das diferenças estratégicas entre o proletariado – antípoda do capital – e o camponês – um pequeno-burguês –, Lênin insiste na necessidade de que a composição com os camponeses pobres tivesse como base programática "a supressão dos restos do regime feudal" e "o livre desenvolvimento da luta de classes no campo" - único meio de levar a conquista da liberdade política e econômica às últimas consequências. A primeira condição contrapunha a revolução aos interesses dos senhores feudais; a segunda, aos da burguesia. Esta última era fundamental para que a aliança com os camponeses não ficasse circunscrita ao horizonte burguês, comprometendo a luta pelo socialismo.

É com base nessa avaliação concreta sobre a especificidade da realidade Russa que Lênin chega à conclusão de que a revolução colocava na ordem do dia a necessidade de uma ditadura democrática operária e camponesa para levar a revolução burguesa às suas últimas consequências e, assim, criar as condições que favoreceriam uma aceleração da transição do capitalismo para o socialismo. Até abril de 1917, Lênin pensaria a revolução russa como uma revolução essencialmente burguesa e a vitória da via

---

[40] Sobre o pensamento de Lênin sobre a questão agrária, ver: Lenin, V.I., *La Alianza de La Clase Obrera y del Campesinato*. Moscou, Ediciones de Lengua Estrangeras, 1957; e Linhart, R., *Lénine, Les Paysans, Taylor*. Paris. Éditions du Seuil, 1976.

democrática como o estopim da revolução socialista na Europa, a qual, por sua vez, criaria condições objetivas mais favoráveis para impedir uma restauração do antigo sistema. A aceleração do desenvolvimento capitalista daí decorrente criaria as condições objetivas para se avançar em direção ao socialismo. "No podemos saltar del marco democrático-burgués de la revolución rusa," – explica Lênin - "pero podemos ensanchar en proporciones colosales dicho marco, podemos y debemos en los limites del mismo, luchar por los intereses del proletariado, por la satisfacción de sus necesidades inmediatas y por las condiciones de preparación de su fuerza para la victoria completa futura".[41]

Os fundamentos teóricos do partido bolchevique

A avaliação de que as condições objetivas da revolução russa haviam amadurecido e a convicção de que a burguesia não poderia levá-la às últimas consequências colocavam na ordem do dia a necessidade de uma organização política da classe operária independente da burguesia. A urgência de um partido de "novo tipo", com a missão histórica de organizar e levar a cabo a revolução, tornava indispensável a superação do caráter espontâneo do movimento operário – único meio de a classe operária intervir ativamente na vida política.

As condições particularmente adversas da luta de classes, marcada pela natureza autocrática do regime czarista e pelo elevado grau de desorganização e desorientação do movimento revolucionário, influenciaram de maneira decisiva a visão de Lênin

[41] Lênin, V.I., "Dos Tácticas", *in Obras Escogidas*, V.1, *Op. cit.*, p. 509. Para um maior aprofundamento da visão de Lênin sobre o dilema da revolução burguesa na Rússia, ver *Informe sobre la Revolución de 1905. In:* Obras Escogidas, v.1.

sobre a natureza do partido. A presença de um circuito político estreito e opressivo, que funcionava como uma contrarrevolução permanente, bloqueava a possibilidade de um encadeamento gradual e progressivo entre reforma e revolução, fazendo com que o movimento revolucionário transitasse de maneira abrupta do fluxo para o refluxo e vice-versa, o que criava enormes dificuldades para que a classe operária saísse da estaca zero e acumulasse força para enfrentar os duros desafios da revolução com alguma chance de vitória.[42]

Para fazer frente a essa situação, impunha-se a presença de um partido de "novo tipo" - uma organização integralmente subordinada aos imperativos da revolução, preparada para, na hora da verdade, quando a crise revolucionária abrisse possibilidades, liderar o proletariado na luta contra o antigo regime. Para evitar que as oportunidades abertas pela crise revolucionária fossem desperdiçadas, levando a soluções contrarrevolucionárias que significavam uma regressão histórica, seria necessária a constituição de um partido capaz de transformar a insurreição espontânea das massas em energia revolucionária e de lhe dar um conteúdo criativo. O partido tinha de estar preparado para tudo. Nos momentos adversos, não poderia deixar-se esmagar; nos momentos decisivos, não deveria deixar-se surpreender pelos imprevistos da revolução. Para liderar a revolução, a organização estava obrigada a agir com determinação implacável, canalizando a violência

[42] Florestan Fernandes resumiu o desafio de Lênin com as seguintes palavras: "[...] a teoria revolucionária de Lênin caracteriza-se por adaptar o marxismo às condições concretas da contra-revolução institucionalizada e às implicações da eclosão do imperialismo para o seu fortalecimento, dinamização e internacionalização". Fernandes, F., *Em Busca do Socialismo*, Xamã, São Paulo, 1995, p.99.

revolucionária das massas em direção à conquista do poder.[43] Para alcançar tal desiderato, seria indispensável uma relação de verdadeira fusão entre o partido e a classe operária. A visão de Lênin da organização revolucionária como um "exército organizado", à altura de uma guerra de manobra, que tem por finalidade a tomada do poder, foi sintetizada nos seguintes termos: "[a organização revolucionária] [...] ocupa-se de uma agitação política intensificada e multiforme, isto é, de um trabalho que tende, justamente, a *aproximar e fundir em um todo* a força destrutiva espontânea da multidão e a força destrutiva consciente das organizações revolucionárias".[44]

A concepção sobre a estrutura e o modo de funcionamento do partido leninista encontra seus contornos fundamentais em seu célebre ensaio popular *O Que Fazer?*, escrito em 1902, como subsídio ao 2o. Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo – o POSDR.[45] A necessidade de assegurar

---

[43] "Nous devons vouloir nos battre et nous devons savoir comment on se bat. Les mots ne suffissent pas". Citação mencionada por Liebman, Marcel. *Le Léninisme sous Lénine,* Paris, Éditions du Seuil, 1973, p. 135. "Les atermoiements, les discussions, les tergiversations, l'hésitation sont la mort d'une insurrection. Le premier devoir du révolutionnaire est de faire preuve du maximum de résolution et d'énergie, de sauter sur toute occasion opportune d'attiser sur-le-champ les passions révolutionnaires de la foule [...]". *Ibid*, vol. 1, p. 123.

[44] Lênin, V. I., *Que Fazer?*, *Op. cit*., p. 135. [Obras Escogidas, v.1., p.263]

[45] Sobre o problema da organização revolucionária em Lênin, ver também: *Tareas Urgentes de Nuestro Movimiento*; *Un Paso Adelante, Dos pasos Atra*s e *Sobre la Reorganización del Partido*, in: Obras Escogidas, v.1; Quem estiver interessado numa análise do livro *Que Fazer?* pode consultar as introduções de Atílio Boron e Florestan Fernandes: Boron, A., "Actualidad del ¿Qué Hacer?". *In*: Lenin, V.I., *¿Qué Hacer?*. Buenos Aires. Ediciones Luxemburg. 2004; "Apresentação". *In*: Lênin, V.I., *Que Fazer?*. São Paulo. Hucitec, 1979. Os que quiserem aprofundar seus conhecimentos sobre a problemática da organização em Lênin, ver: Liebman, M., Le Léninisme sous Lénine, 2v. Paris,

uma rigorosa relação de adequação entre meios e fins leva Lênin a pensar a estrutura interna e o modo de funcionamento do partido em função das exigências colocadas pelas tarefas revolucionárias. Concebido como um dispositivo estratégico da classe operária, com o objetivo precípuo de dirigir a revolta operária para a realização da revolução, o partido é pensado como um instrumento político que tem a tarefa de organizar e educar o proletariado na arte da luta de classes, elevando sua consciência de classe e sua combatividade revolucionária.

Dentro dessa perspectiva, a filosofia que inspira os intelectuais do partido – **o marxismo revolucionário -**, o programa que norteia a organização revolucionária e que unifica seus membros – **a teoria revolucionária -**, a natureza da relação do partido com a classe operária – **a organização revolucionária como a vanguarda da classe -**, o preceito que rege a política de arregimentação dos membros do partido – a seleção de **quadros dispostos a dedicar sua vida à causa da revolução -**, o caráter das estruturas partidárias – **uma face legal e outra clandestina -** e os princípios que regulam o modo de funcionamento do partido – **o centralismo democrático** baseado na liberdade de discussão e na unidade de ação **-** constituem um todo inextrincável que caracteriza a inovação revolucionária do partido que comandou a Revolução de Outubro.

A necessidade de um instrumento político flexível, ajustado às contingências da luta de classes em cada momento específico, fez com que o problema da organização acompanhasse

---

Éditions du Seuil, 1973; Cerroni, U.; Magri, L. Johnstone, M., *Teoria Marxista del Partido Político*. Cordoba, Cuadernos Pasado y Presente, 1971; e Arismendi, R., *Lenin, La Revolución y America Latina*. Montevideo, Ediciones Pueblos Unidos, 1970.

Lênin por toda a vida. Ainda que a forma específica de conceber a relação entre o partido e a classe, bem como o funcionamento interno da organização, não tenha ficado imune às pressões conjunturais da luta de classes, passando por significativas alterações ao longo do tempo, a ideia da organização revolucionária como um **partido da classe**, um **partido de vanguarda** e um **partido de luta** – o tripé que caracteriza o partido de novo tipo – permaneceu incólume, pois Lênin nunca abandonou a convicção de que a revolução exige uma teoria revolucionária e de que ela somente se funde com o movimento revolucionário na presença de uma organização que viabilize as necessárias mediações dialéticas entre o estado maior revolucionário e sua base de revolucionários profissionais; o partido e a vanguarda da classe operária; a vanguarda da classe e o conjunto do proletariado; a classe operária e a massa.[46] Em *Que Fazer?*, sua visão foi sintetizada nos seguintes termos: "Não há revolução sem teoria revolucionária, não há revolução sem partido que encarne a teoria no movimento das massas, dirija as massas, organize-as, elabore uma estratégia e conduza uma tática".[47] Anos mais tarde, às vésperas da revolução de outubro, Lênin voltou ao tema da importância estratégica do partido. No seu dizer: "Educando o partido operário, o marxismo forma a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir

---

[46] Faz parte da concepção de partido de Lênin a flexibilidade de sua organização às contingências da luta política. Sobre este problema, Lukács cita a seguinte passagem de Lênin: "Não podemos separar mecanicamente a política do aspecto organizacional. É o que explica que qualquer dogmatismo na teoria e qualquer petrificação na organização sejam fatais ao partido". Isto porque, como diz Lenine, "cada nova forma de luta, ligada a novos riscos e a novos sacrifícios, desorganiza inevitavelmente as organizações que não estão preparadas para esta nova forma de combate". Lukács, G., *Op. cit.*, p. 49.

[47] Lênin, V.I., [apud, Gruppi, L., *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro. Graal. 1980, p. 38].

todo o povo ao socialismo, capaz de dirigir e de organizar um novo regime, de ser o instrutor, o chefe e o guia de todos os trabalhadores, de todos os explorados, para a criação de uma sociedade sem burguesia, e isto contra a burguesia".[48]

Teoria da Revolução Russa II

Imperialismo x Socialismo

A fim de entender o impacto do imperialismo sobre a revolução russa, Lênin recorre ao arsenal de sua teoria do imperialismo para definir as tendências que polarizavam a luta de classes na Europa na segunda década do século XX.[49] O nó de sua interpretação gira em torno da compreensão do conteúdo, das causas e das consequências da "guerra". A sua originalidade consiste em relacionar a guerra imperialista à "aceleração da marcha da história". A argumentação enfatiza a relação dialética entre capitalismo monopolista, guerra imperialista e crise revolucionária. O raciocínio desdobra-se mostrando que a emergência de uma conjuntura histórica ímpar polarizava a luta de classes entre revolução e contrarrevolução em escala global, colocando o mundo na antessala da revolução social. Sua visão da conjuntura destaca os seguintes aspectos:

---

[48] Lênin, V.I., *O Estado e a Revolução*, p. 31. [Obras Escogidas, v.2., p. 322].

[49] A reflexão de Lênin sobre o imperialismo abrange um amplo espectro de problemas sociais e políticos que não podem ser reduzidos à questão econômica. A propósito, consultar, entre outros, "La Guerra y la Socialdemocracia de Rusia", setembro de 1914; e "El Orgulho Nacional de los Rusos", dec. 1914 in *Obras Escogidas, V.1.* Para contextualizar o debate sobre o imperialismo da época de Lênin, a importância de sua contribuição, o desdobramento feito pelos seus discípulos e sua atualidade, ver o excelente trabalho de Tom Kemp, *Theories of Imperialism*. London. Dennis Dobson. 1967.

- As guerras que contrapunham as potências capitalistas mundiais, que assumiam a aparência de guerras nacionais, eram, na realidade, guerras de conquista - guerras imperialistas. Não passavam de guerras de pilhagem e dominação, cuja essência estava associada a uma segunda divisão do mundo pelo capital financeiro que emergia do processo de concentração e centralização do capital no século XIX. "Anexionar tierras y sojuzgar naciones extranjeras, arruinar a la nación competidora, saquear sus riquezas, desviar la atención de las masas trabajadoras de las crisis políticas internas de Rusia, Alemania, Inglaterra y demás países, desunir y embaucar a los obreros con la propaganda nacionalista y exterminar su vanguardia a fin de debilitar el movimiento revolucionario del proletariado" – escreve Lênin explicando o caráter da I Guerra Mundial – "he ahí el único contenido real, el significado y el sentido de la guerra presente".[50]

- Os conflitos bélicos que mobilizavam a política mundial não deveriam ser vistos como um problema fortuito, derivado de idiossincrasias nacionalistas e caprichos ideológicos, mas como uma necessidade intrínseca ao imperialismo. A guerra imperialista obedecia ao interesse estratégico do capital financeiro em ampliar seu domínio sobre todos os cantos do planeta. A passagem do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista transformava a qualidade do padrão da concorrência inter capitalista, impondo uma lógica de conquista, altamente agressiva e predatória, como

---

[50] Lênin, V. I. *La Guerra y la Socialdemocracia de Rusia. In: Obras Escogidas, op. cit.*, V.1, p. 673.

forma de luta dos grandes trustes internacionais pelo controle do mercado mundial, das fontes de matérias-primas e dos espaços econômicos mundiais. Transformados em razão de Estado, imperialismo e chauvinismo andavam de mãos dadas, compondo a superestrutura do capitalismo monopolista. "Basta formular claramente la pregunta" – afirma Lênin contestando Kautsky sobre a possibilidade de um capitalismo pacífico baseado no ultra imperialismo – "para que sea imposible darle una respuesta que no sea negativa, pues bajo el capitalismo no se concibe otro fundamento para el reparto de las esferas de influencia, de los intereses, de las colonias, etc., que la fuerza de quienes participan en el reparto, la fuerza económica general, financiera, militar, etc. Y la fuerza de los que participan en el reparto no se modifica de un modo idéntico, ya que bajo el capitalismo es imposible el desarrollo *armónico* de las distintas empresas, trustes, ramas industriales y países. Hace medio siglo, Alemania era una absoluta insignificancia comparando su fuerza capitalista con la de Inglaterra de aquel entonces; lo mismo se puede decir del Japón si se le compara con Rusia. ? Es "concebible" que dentro de unos diez o veinte años permanezca invariable la correlación de fuerzas entre las potencias imperialistas? Es absolutamente inconcebible".[51]

---

[51] Lênin, *O Imperialismo. In Obras Escogidas,* op. *cit.*, Vol. 1, p. 791. "No hay ni puede haber otro medio que la guerra para comprobar la verdadera potencia de un Estado capitalista. La guerra no está en contradicción con los fundamentos de la propiedad privada, sino que es el desarrollo directo y inevitable de tales fundamentos. Bajo el capitalismo es imposible un proceso uniforme de desarrollo económico de las distintas economías y de los distintos Estados. Bajo el capitalismo, para restablecer de cuando en cuando el equilibrio alternado, no hay otro medio posible más que las crisis de la

- A guerra imperialista acirrava todas as contradições do capitalismo, amadurecendo a possibilidade e a necessidade de sua superação. Por um lado, o esforço bélico transformava o capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, intensificando a discrepância entre o elevado grau de socialização das forças produtivas e a apropriação privada dos meios de produção. A criação de poderosos mecanismos de controle sobre a economia – uma necessidade dos tempos de guerra – acelerava a formação das condições objetivas para a transição socialista. Por outro lado, o horror sem fim gerado pela guerra imperialista precipitava o mundo numa era de grande instabilidade e turbulência, que poderiam redundar em "crises revolucionárias" em escala mundial, criando as condições subjetivas para a superação do imperialismo, seja pela eclosão da revolução socialista nos países capitalistas mais avançados, seja pelo aparecimento de movimentos de libertação nacional na periferia do sistema capitalista mundial, seja pela fusão de ambos. "Decenas de millones de cadáveres y de mutilados, víctimas de la guerra – esa guerra que se hizo para decidir qué grupo de bandoleros financieros, el inglés o el alemán, había de recibir la mayor parte del botín -, y encima estos dos 'tratados de paz' hacen abrir, con una rapidez desconocida hasta ahora, los ojos a millones y decenas de millones de hombres atemorizados, oprimidos, embaucados y engañados por la burguesía. A consecuencia de la ruina mundial, producto de la guerra, crece, pues, la crisis revolucionaria mundial, que, por largas

industria y la guerra en la política", Lênin, V.I., "El Orgullo Nacional de los Rusos", ídem, vol.1, p.686.

y duras que sean las vicisitudes que atraviese, no podrá terminar sino con la revolución proletaria y su victoria".[52]

- A "crise revolucionária" criava as condições para a intervenção criadora da classe operária e dos povos oprimidos na História. Ao intensificar os conflitos nacionais e exacerbar os antagonismos sociais, a guerra imperialista estimulava a tomada de consciência dos trabalhadores sobre o real significado do conflito. O salto no grau de consciência sobre a natureza do imperialismo criava as condições subjetivas para uma mudança de qualidade na luta de classes. Comentando a visão de Lênin, Lukács explica seu raciocínio: "A guerra é, segundo a definição de Clausewitz, apenas a continuação da política; mas é-o efetivamente a todos os respeitos. Quer dizer que a guerra significa, não apenas para a política externa de um Estado, que a linha seguida até aí pelo país em tempo de 'paz' é levada às suas últimas consequências, mas também que a guerra exacerba ao mais alto ponto, na diferenciação de classes de um país (ou de todo o mundo), as tendências que, já em tempo de "paz", se manifestaram ativamente no seio da sociedade. A guerra não cria, portanto, uma situação absolutamente nova, nem para um país, nem para uma classe no interior de uma nação. O seu contributo novo consiste simplesmente em

---

[52] Lênin, V.I., *O Imperialismo.* Idem, v.1., p. 697. Lênin considerava que a vitória da revolução russa abria novas perspectivas para os povos atrasados. "A fase capitalista da economia nacional é inevitável para os povos que hoje se emancipam. [...] Se o proletariado vitorioso desenvolver entre esses povos uma propaganda metódica, e se os governos soviéticos forem em seu auxílio com todos os meios de que dispõem, é errado supor que a fase capitalista de desenvolvimento seja inevitável para tais povos", Lênin, V.I., Obras Completas, v.31, p.232. [Apud, Gruppi, L., *O Pensamento de Lênin*, p. 279].

transformar qualitativamente a intensificação quantitativa extraordinária de todos os problemas e, é nisso, e unicamente por isso, que ela cria uma situação nova".[53]

- Condenados a ir à guerra, aos camponeses e aos operários somente lhes restava decidir a favor de quem lutariam. Podiam entrar na trincheira para servir de bucha de canhão das oligarquias financeiras ou transformar a guerra imperialista em guerra civil, voltando suas armas contra a burguesia e dando início à revolução socialista internacional. É esta conjuntura que levou Lênin a defender a guerra civil como antídoto da guerra imperialista. "Desde el punto de vista teórico sería totalmente erróneo olvidar que toda guerra no es más que la continuación de la política por otros medios. La actual guerra imperialista es la continuación de la política imperialista de dos grupos de grandes potencias, y esa política es originada y nutrida por el conjunto de las relaciones de la época imperialista. Pero esta misma época ha de originar y nutrir también, inevitablemente, la política de lucha contra la opresión nacional y de lucha del proletariado contra la burguesía, y por ello mismo, la posibilidad y la inevitabilidad, en primer lugar, de las insurrecciones y de las guerras nacionales revolucionarias, en segundo lugar, de las guerras y de las insurrecciones del proletariado contra la burguesía, en tercer lugar, de la fusión de los dos tipos de guerras revolucionarias, etc.".[54]

---

[53] Lukács, G., *O pensamento de Lênin. Op. cit.*, p. 71.

[54] Lênin, V.I., *El Programa Militar de la Revolución Proletaria.* In *Obras Escogidas*, vol.1, p. 801-802.

- A constatação de que havia um grande descompasso entre os condicionantes econômicos e políticos da luta de classes, descompasso evidenciado na elevada combatividade do incipiente operariado em países capitalistas atrasados (como a Rússia) e na surpreendente acomodação dos trabalhadores das economias capitalistas mais avançadas (como a Inglaterra), abria a possibilidade de que a transição socialista fosse iniciada pela classe operária das sociedades que compunham o elo fraco do sistema capitalista. Em aberta contradição com a tese consagrada pela 2a. Internacional de que a superação do capitalismo estaria sobre determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, Lênin ressalta que os mesmos processos que limitavam o espírito revolucionário da burguesia – a internacionalização da concorrência e da luta de classes sob a égide do capital financeiro – ampliavam exponencialmente o potencial revolucionário do proletariado nas formações econômicas e sociais atrasadas. À falta de horizonte de burguesias contrarrevolucionárias, que condenava a grande maioria da população mundial à guerra imperialista, é contraposta a eventualidade de saltos históricos que permitiriam à revolução operária queimar etapas e dar início à transição socialista, salvando o mundo da barbárie. O elemento determinante que possibilita a ruptura radical com o capitalismo desloca-se para as condições concretas da luta de classes.[55] A transição para o socialismo surge como

[55] "Mudava assim, e pela base, a relação entre as partes singulares da teoria marxista da revolução. A argumentação nela contida relativa à maturidade das condições econômico-sociais perdia em parte o valor tido anteriormente; punham-se em primeiro plano os fatores relativos à

necessidade prática do proletariado para evitar o pior – a barbárie da guerra imperialista que colocava o mundo à beira do caos. Escrevendo pouco antes da insurreição de outubro, Lênin colocou a questão nos seguintes termos: "Los malladados marxistas al servicio de la burguesía [...] no comprenden (si se considera las bases teóricas de su concepción) lo que es el imperialismo, lo que son los monopolios capitalistas, lo que es el Estado, lo que es la democracia revolucionaria. Pues, si se comprende todo eso, no puede dejar de reconocerse que es imposible avanzar sin marchar hacia el socialismo".[56] Pouco depois, ele insiste: "La guerra ha provocado una crisis tan inmensa, ha tensado tanto las fuerzas materiales y morales del pueblo y ha asestado tales golpes a toda la organización de la sociedad moderna, que la humanidad se ve colocada ante un dilema: perecer o poner su destino en manos de la clase más revolucionaria, a fin de pasar con la mayor rapidez y decisión a un modo de producción más elevado".[57]

---

constelação imediata e concreta de forças políticas e sociais que devia possibilitar a mudança de governo, a conquista do poder pelo partido socialista. A revolução tornava-se possível na maioria dos países do mundo, não somente nos países maduros do capitalismo, mas também – ainda que numa certa perspectiva – nos países atrasados, sempre que nestes já existisse ou viesse a surgir um movimento socialista suficientemente forte e organizado, capaz de participar da vida política de maneira autônoma". Michael Reiman, Os Bolcheviques desde a guerra mundial até Outubro, *in*: Hobsbawm, E.J., *História do Marxismo*, Vol. 5, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985, p. 93.

[56] Lênin, V.I., *La Catástrofe que nos Amenaza y como Combatirla.* In *Obras Escogidas*, V.2., p. 282.

[57] Lênin, V.I., *Ibid*, p. 288.

A percepção de que a guerra imperialista envolvia a revolução russa num contexto de luta de classes mais amplo, que estreitava a relação entre as lutas operárias nacionais e o movimento operário internacional, teve um profundo impacto no modo de Lênin conceber os condicionantes e as implicações da revolução russa. A relação dialética entre guerra imperialista, revolução russa, movimentos de libertação nacional e revolução socialista internacional criava uma situação nova que exigia uma visão mais ampla dos fatores que influenciavam a luta de classes.[58] O efeito catalisador que a guerra exercia sobre a revolução russa, o papel estratégico da revolução russa como estopim da revolução mundial e a importância crucial da revolução mundial para a sobrevivência da revolução russa ligavam indissoluvelmente o destino da classe operária russa à vitória da revolução internacional. Comentando a importância da nova síntese teórica de Lênin para a avaliação da revolução russa, Jean-Marc Piotte conclui: "Auparavant, ses analyses, tout en se réferant à l'argumentation classique sur le caractère international du capital, étaient axéss sur la conjoncture russe. [...] Nous assistons à une modification extrêmement importante de la pensée de Lénine: l'analyse de la conjoncture internacionale vient encadrer et délimiter celle qui porte sur la conjoncture russe".[59]

A possibilidade de uma ruptura com o imperialismo pelo elo fraco do sistema não significa, no entanto, que os constrangimentos objetivos deixem de atuar sobre o campo de

---

[58] A visão de Lênin sobre o problema da autodeterminação das nações pode ser vista em seus artigos: *Sobre el Derecho de las Naciones a la Autodeterminación*, *in*: Obras Escogidas, v.1; *El Orgulho Nacional de los Rusos. In*: Obras Escogidas, v.1; e *Contribuición al Problema de las Naciones o sobre la "Autonomización".* In: Obras Escogidas, v.3.

[59] Jean-Marc Piotte, *Sur Lénine*, 1972, p. 119.

oportunidades que delimita as alternativas históricas de cada formação econômica e social. Na visão de Lênin, o raio de manobra de cada formação econômica e social depende da forma particular pela qual se combinam todos os processos que atuam sobre a realidade histórica: **os condicionantes subjetivos**, determinados pelas forças motrizes que impulsionam a revolução em direção ao socialismo (o que depende da aliança política do proletariado com outras classes sociais); **as restrições objetivas ao avanço para o socialismo**, determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas; e **as potencialidades revolucionárias abertas pela participação da sociedade nacional no contexto civilizador mais geral**. A sorte da revolução socialista que eclode nos países atrasados vincula-se, assim, ao destino da revolução socialista internacional. É a avaliação do alto poder de propagação da revolução socialista – baseada na experiência concreta das revoluções operárias na Europa – que leva Lênin a apostar na iminência da revolução mundial – o pressuposto histórico da possibilidade do socialismo nos países atrasados. Novamente, é a guerra que funciona como nexo que conecta concretamente a luta proletária das várias nações. Ao provocar vínculos inextrincáveis entre a política interna e a política externa, a guerra imperialista desencadeia a guerra civil, abrindo caminho para a revolução internacional e a guerra revolucionária. Nas suas palavras: "[...] el socialismo triunfante en un país no excluye en modo alguno, de golpe, todas las guerras en general. Al contrario, las presupone. El desarrollo del capitalismo sigue un curso extraordinariamente desigual en los diversos países. De otro modo no puede ser bajo el régimen de la producción mercantil. De aquí la conclusión irrefutable de que el socialismo no puede triunfar simultáneamente *en todos* los países. Empezará triunfando en uno o en varios países, y los demás

seguirán siendo, durante algún tiempo, países burgueses o pre-burgueses. Esto no sólo habrá de provocar rozamientos, sino incluso la tendencia directa de la burguesía de los demás países a aplastar al proletariado triunfante del Estado socialista. En tales casos, la guerra sería, de nuestra parte, una guerra legítima y justa. Sería una guerra por el socialismo, por liberar de la burguesía a los otros pueblos. Engels tenía completa razón cuando, [...] , reconocía inequívocamente la posibilidad de 'guerras defensivas' del socialismo ya triunfante. Se refería precisamente a la defensa del proletariado triunfante contra la burguesía de los demás países".[60]

A nova conjuntura exigia que a análise da correlação de forças e a definição do caráter da revolução fossem equacionadas levando em consideração os determinantes internacionais da luta de classes e as consequências da revolução russa para a revolução operária mundial. Problemas comuns – a guerra imperialista - e soluções conjuntas – a guerra revolucionária contra o imperialismo – propiciavam a possibilidade histórica de uma fusão do proletariado mundial tendo como amálgama seus interesses estratégicos na construção do socialismo. O internacionalismo socialista deixava de ser um princípio vago, que se expressava na forma de proclamações genéricas, sem maiores efeitos práticos, para se converter em uma exigência vital da luta de classes, que se concretizava na forma de uma luta sem quartel contra o imperialismo dentro e fora das fronteiras nacionais.[61] A posição muito particular da Rússia como elo

---

[60] Lênin, V.I., *El Programa Militar de la Revolución Proletaria. Op. cit.*, v.1, pp. 800-801.

[61] O internacionalismo de Lênin parte do princípio de que o "inimigo principal" encontra-se dentro do próprio país e, portanto, que a luta contra o imperialismo ocorre, de fato, em duas frentes: na nacional e na internacional. "Las gentes candorosas olvidan con frecuencia la dura y cruel realidad de la guerra imperialista mundial. Y esta realidad no admite frases, se burla de

das lutas anti-imperialistas no Oriente e no Ocidente aumentava a responsabilidade do movimento revolucionário russo como sujeito dos grandes embates que poderiam abrir novos horizontes para a Humanidade. “Desde el punto de vista marxista” – afirma Lênin – “sería absurdo examinar la situación de un solo país al hablar de imperialismo, ya que los diferentes países capitalistas están vinculados entre sí del modo más estrecho. Y hoy, en plena guerra, esta vinculación es inconmensurablemente mayor. Toda la humanidad se ha convertido en un amasijo sanguinolento y es imposible salir de él aisladamente. Si bien hay países más desarrollados y menos desarrollados, la guerra actual los ha atado a todos de tal manera que es imposible y disparatado que ningún país pueda salir él solo de la conflagración”.[62]

---

todos los deseos inocentes y piadosos. Sólo hay un internacionalismo efectivo, que consiste en entregarse al desarrollo del movimiento revolucionario y de la lucha revolucionaria dentro del proprio país, en apoyar (por medio de la propaganda, con la ayuda moral y material) esta lucha, esta línea de conducta, y sólo ésta en todos los países sin excepción”. Lênin, L*as Tareas del Proletariado en Nuestra Revolución, op. cit.*, v.2., p. 65. Tal concepção não descarta a possibilidade de que haja a necessidade de transformar a guerra imperialista em guerra revolucionária: “El problema de las medidas que deben adoptarse para luchar contra la catástrofe que se avecina, nos lleva a tratar otro problema extraordinariamente importante: la ligazón de la política interior con la política exterior o, dicho en otros términos, la relación entre la guerra anexionista, imperialista, y la guerra revolucionaria, proletaria, entre la criminal guerra de rapiña y la guerra justa y democrática. Todas las medidas de lucha contra la catástrofe descritas por nosotros reforzarían extraordinariamente, como ya hemos señalado, la capacidad de defensa o, dicho de otro modo, la fuerza militar del país. Esto, de una parte. De otra parte, estas medidas no pueden llevarse a la práctica sin transformar la guerra anexionista en una guerra justa, sin transformar la guerra librada por los capitalistas y en interés de los capitalistas en una guerra librada por el proletariado en interés de todos los trabajadores y explotados”, “Las Catástrofe que nos amenaza y como combatirla”, idem, p. 285.

[62] Lênin, V.I., *VII Conferencia (de abril) de toda Rusia del POSDR (b)*, op. cit, v.2., pp. 97-98.

Não obstante a avaliação de que a guerra imperialista colocava o socialismo na ordem do dia, até a eclosão da revolução de fevereiro de 1917 Lênin não modificou o diagnóstico sobre o caráter burguês da revolução russa. Este aparente paradoxo, que na época confundiu a maioria dos dirigentes bolcheviques, é perfeitamente coerente com a sua verdadeira obsessão em evitar desvios que levassem à definição de políticas derivadas de concepções abstratas, descoladas do movimento real da luta de classes.[63] Superando todo mecanicismo histórico, Lênin passou a ancorar sua interpretação do caráter da revolução e de suas tarefas históricas nos vários elementos que estavam atuando sobre a realidade: **os problemas concretos que mobilizavam a luta de classes**, determinados pelas contradições objetivas que tencionavam a sociedade; **as forças motrizes que se articulavam para resolvê-los**, determinadas pela subjetividade revolucionária das classes sociais; e **as dinâmicas**

---

[63] A Revolução de Fevereiro não seguiu o desdobramento originalmente previsto que condicionava o combate ao regime do Czar à presença dirigente do proletariado em aliança com os camponeses. Lênin explicou a originalidade da revolução russa em função das circunstâncias históricas internas e externas que determinaram o curso dos acontecimentos. "Si nuestra revolución ha triunfado con tanta rapidez y de una manera tan radical – en apariencia y a primera vista -, es únicamente porque, debido a una situación histórica original en extremo, se *fundieron*, con 'unanimidad' notable, *corrientes absolutamente diferentes*, intereses de clase *absolutamente heterogéneos*, aspiraciones políticas y sociales *absolutamente opuestas*. A saber: la conjuración de los imperialistas anglo-franceses, que empujaron a Miliukov, Guchkow y Cia. a adueñarse del Poder para *continuar la guerra imperialista*, para continuarla con más encarnizamiento y tenacidad, para *asesinar a nuevos millones* de obreros y de campesinos de Rusia a fin de dar Constantinopla ... a los Guchkow, Siria ... a los capitalistas franceses, Mesopotamia ... a los capitalistas ingleses, etc. Esto de una parte. Y de otra parte, un profundo movimiento proletario y de las masas del pueblo (todos los sectores pobres de la población de la ciudad y del campo), movimiento de carácter revolucionario, por el *pan, la paz y la verdadera libertad*". Lênin, V.I., *Cartas desde Lejos* (março), op. cit., v.2., pp. 29-30.

políticas que a revolução desencadeava, cujas potencialidades ficavam amplificadas pela possibilidade de saltos históricos que abriam soluções que pareceriam inatingíveis na ausência de uma visão que compreendesse a totalidade do fenômeno. Os descompassos entre os condicionantes econômicos e políticos da revolução foram, assim, resolvidos pela primazia da prática revolucionária. Em última instância, foi o problema histórico palpável, tal como ele se apresentava no terreno concreto da luta de classes, que definiu o caráter da luta de classes. "Em Lênin" – afirma Sánchez Vásquez – "encontramos constantemente a prioridade da prática; daí sua negativa a aferrar-se às 'teorias de ontem' e seu empenho em ajustar a teoria aos movimentos reais, sem duvidar em introduzir as retificações necessárias já que 'o fenômeno é mais rico do que a lei'; a vida é mais rica do que os esquemas; e a prática mais rica do que qualquer teoria. Sobre a base desse reconhecimento da prioridade da prática, Lênin se esforça para manter na luta real, como dirigente político, a unidade da teoria e da prática".[64]

A mudança na interpretação de Lênin sobre o caráter da revolução russa, que se explicita nas célebres *Cartas de Abril*, enfatiza os efeitos do aprofundamento da crise nacional sobre os condicionantes subjetivos da luta de classes e seus reflexos concretos sobre a disputa entre a burguesia e o proletariado pela direção do processo revolucionário. A virada no seu diagnóstico não foi determinada por mudanças na sua concepção teórica, mas pela evolução efetiva da luta de classes. Foi a realidade da luta de classes que se impôs sobre o pensamento, obrigando uma reformulação na avaliação de Lênin. A transformação dialética da revolução burguesa

---

[64] Adolfo Sánchez Vásquez, *Filosofia da Práxis.* São Paulo. Expressão Popular/CLACSO, 2007, p. 199.

de fevereiro, que se polariza contra o regime czarista, na revolução operária de outubro, que se arma contra o imperialismo, surge, assim, como um fenômeno real, determinado pela mudança na subjetividade revolucionária da classe operária (e não com uma elucubração teórica de Lênin).[65]

A análise de Lênin acompanha os movimentos concretos do processo revolucionário. O desencontro entre a total falta de disposição da burguesia para cumprir as tarefas da revolução de fevereiro - terminar a guerra, resolver o problema da fome e entregar terras aos camponeses – e o fervor revolucionário das massas que haviam se levantado contra o Czar evidenciava a exaustão da primeira fase da revolução. Os compromissos orgânicos com o antigo regime e a cumplicidade com as guerras imperialistas empurravam a burguesia para a reação, indicando a necessidade inadiável de o proletariado romper com a burguesia e buscar novos rumos para a revolução. Assim, a impotência da burguesia para impulsionar a revolução democrática despertava a revolução operária. A contraposição entre o Estado burguês, reunido em torno do Governo Provisório, e o embrião do Estado operário e camponês, aglutinado nos Conselhos Populares, transformava a necessidade de construir novas estruturas estatais num problema prático das massas. A possibilidade de uma solução operária para os impasses da revolução russa – alternativa inaceitável para a burguesia – colocava no horizonte a obrigação de se preparar para a guerra civil. Comentando a situação gerada pela crise de poder que dividia a Rússia, Lênin afirma: “No cabe la menor duda de que ese

[65] Lênin, V.I., *Teses de Abril, op. cit., v.2*. Sobre este tema, ver também: *Cartas da Suíça*, *Cartas de Longe*, *Cartas sobre a Tática*, *Las Tareas del Proletariado en Nuestra Revolución*.

'entrelazamiento' no está en condiciones de sostenerse mucho tiempo. En un Estado no pueden existir dos poderes. Uno de ellos tiene que reducirse a la nada, y toda la burguesía de Rusia labora ya con todas sus fuerzas, por doquier y por todos los medios, para eliminar, debilitar y reducir a nada los Soviets de diputados obreros y soldados, para crear el Poder único da la burguesía. La dualidad de poderes no expresa más que un momento transitorio en el curso de la revolución, el momento en que ésta ha rebasado ya los cauces de la revolución democrático-burguesa, pero no ha llegado todavía al tipo 'puro' de dictadura del proletariado y de los campesinos".[66]

Lênin responde à situação gerada pela mudança na consciência de classe da burguesia e do operariado com a consigna - apresentada em abril - que conclama os operários a lutar pelo poder e realizar as tarefas democráticas abandonadas pela burguesia. A polarização da luta de classes entre revolução burguesa e revolução operária colocava o partido bolchevique, como operativo político da classe operária, perante o desafio de liderar a revolução russa, definindo a estratégia e a tática que deveriam levar à tomada do poder. Aos apelos chauvinistas da burguesia, Lênin contrapõe o internacionalismo socialista.

As circunstâncias que condicionavam a revolução russa condenavam-na a assumir formas muito originais. Por um lado, a radicalização da revolução democrática e seu caráter anti-imperialista obrigavam o Estado democrático popular a combater todos os privilégios, empurrando a Rússia para o socialismo. Por outro, o primitivismo da sociedade soviética, o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, a debilidade do proletariado

---

[66] Lênin, V.I., *Las Tareas del Proletariado en Nuestra Revolución*, op. *cit.*, v.2., p. 52.

e o elevado peso da pequena burguesia no campo bloqueavam a possibilidade de uma transição efetiva para o comunismo. É a avaliação de que a revolução operária não poderia ficar enquadrada nos marcos do regime burguês, sob o risco de ser engolida pela contrarrevolução, e de que ela não poderia implantar o socialismo, por absoluta ausência de condições objetivas e subjetivas, que leva Lênin a pensar a revolução russa como uma situação intermediária entre o capitalismo e o socialismo –, um processo histórico *sui generis* que desencadeia uma transição do capitalismo para o socialismo – um regime econômico e social inesperado, surgido de uma situação de fato, gerada pela luta de classes, que não caberia em nenhuma concepção abstrata de revolução socialista. "El defecto principal y el error principal de todos los razonamientos de los socialistas consiste en que el problema se plantea en términos demasiado generales – transición al socialismo -, cuando lo que corresponde es hablar de los pasos y medidas concretos. Unos han madurado ya, otros no. Vivimos un momento de transición. Es evidente que hemos promovido formas que no se parecen a las de los Estados burgueses: los Soviets de obreros y soldados son una forma de Estado que no existe ni ha existido nunca en ningún país. Son una forma que representa los primeros pasos hacia el socialismo y que es inevitable en los comienzos de la sociedad socialista. Este es un hecho decisivo. La revolución Rusa ha creado los Soviets. En ningún país burgués existen ni pueden existir instituciones estatales semejantes, y ninguna revolución socialista puede operar con otro Poder que no sea éste. Los Soviets de diputados obreros y soldados deben tomar el Poder, pero no para implantar una república burguesa corriente ni para pasar directamente al socialismo. Eso es imposible. ?Para qué entonces? Deben tomar el Poder para dar los primeros pasos concretos, que pueden y deben darse, hacia esa

transición. El miedo es en este sentido el enemigo principal. Debemos explicar a las masas que es menester dar esos pasos inmediatamente, pues de otro modo, el Poder de los Soviets de diputados obreros y soldados carecerá de sentido y no dará nada al pueblo".[67]

Tangido pelas contingências de uma disputa política encarniçada que polarizava a luta política entre revolução e contra-revolução e convicto dos nexos indissolúveis entre a revolução russa e a revolução socialista internacional, Lênin queimou todas as pontes e lançou seu partido em direção ao socialismo. O destino da revolução passava a depender, basicamente, de duas condições: a capacidade do Estado revolucionário de preservar a aliança operário-camponesa e a vitória da revolução internacional (que criaria as condições objetivas para o avanço em direção ao socialismo). É a contraposição da guerra civil à guerra imperialista que o leva a concluir que a dinâmica da revolução operária extrapolaria os marcos nacionais, vinculando-se à revolução internacional. A necessária subordinação da parte ao todo submetia os compromissos da revolução russa às exigências da revolução mundial. "Al proletariado ruso le ha correspondido el gran honor de empezar, pero no se debe olvidar que su movimiento y su revolución son solamente una parte del movimiento proletario revolucionario

---

[67] Lênin, V.I., *VII Conferencia (de Abril) de toda Rusia del POSDR(b)*, V.2. p. 100. Em *La Catástrofe que nos Amenaza y como Combatirla*, Lênin esclarece o que entende pelo elemento socialista do novo regime: "Pues el socialismo no es más que el paso siguiente después del monopolio capitalista de Estado. O dicho en otros términos, el socialismo no es más que el monopolio capitalista de Estado puesto al servicio de todo el pueblo y que, por ello, ha dejado de ser monopolio capitalista. No cabe término medio. El curso objetivo del desarrollo es tal que no hay posibilidad de dar un paso de avance, partiendo de los monopolios [...], sin caminar hacia el socialismo". Op. cit., v.2, p. 283.

mundial [...]. Sólo desde este ángulo visual podemos determinar nuestras tareas", afirma Lênin.[68]

A interpretação do imperialismo como um regime de transição que colocava na ordem do dia a revolução socialista internacional obrigou Lênin a repensar o problema da "organização revolucionária". Ao polarizar a luta de classes entre guerra imperialista e guerra civil – a versão armada da luta entre revolução e contrarrevolução -, o novo momento histórico tornava imprescindível garantir a unidade da classe operária, comprometida pelo aparecimento da aristocracia operária e pela intoxicação das massas pelos desatinos do nacionalismo chauvinista. A tarefa emergencial relacionava-se com a necessidade de combater de maneira implacável a influência pequeno-burguesa no seio do operariado. Para tanto, era mister desmistificar a ideologia burguesa, que racionalizava a necessidade da guerra imperialista e da contrarrevolução, jogando os trabalhadores do mundo uns contra os outros, no plano nacional e internacional. "Pero cuanto mayor es el celo con que los gobiernos y la burguesía de todos los países tratan de dividir a los obreros y de azuzarlos a unos contra otros, cuanto mayor es la ferocidad con que se aplica para este elevado fin el sistema del estado de guerra y de la censura militar (que incluso ahora, durante la guerra, persigue al enemigo "interior" mucho más que al exterior), más imperioso es el deber del proletariado consciente de salvaguardar su cohesión de clase, su internacionalismo, sus convicciones socialistas frente al desenfreno chovinista de la 'patriótica' camarilla burguesa de todos los países. Renunciar a esta tarea equivaldría, por parte de los obreros

---

[68] Lênin, V.I., *VII Conferencia (de Abril) de toda Rusia del POSDR (b)*, op. *cit*., V.2, p. 87.

conscientes, a renunciar a todas sus aspiraciones emancipadoras y democráticas, sin hablar ya de las aspiraciones socialistas".[69]

Os nexos inextrincáveis entre imperialismo, aristocracia operária, chauvinismo e oportunismo deixavam patente que o tempo da *II Internacional* havia passado e que era imprescindível erradicar a sua influência nefasta sobre o operariado. O resgate do espírito revolucionário e dos princípios internacionalistas do movimento socialista exigia novos instrumentos organizativos, impondo como tarefa inadiável a construção da *III Internacional*, destinada a congregar as organizações revolucionárias efetivamente comprometidas com a luta contra o capitalismo e pela construção de uma sociedade comunista. Os resultados da teoria do imperialismo fundamentam a decisão de Lênin de romper com o oportunismo e de lançar-se na construção das estruturas organizativas exigidas pelos desafios históricos de uma época marcada pela contraposição violenta entre revolução e contrarrevolução em escala internacional. Nas suas palavras: "[...] en todos los países avanzados, la guerra pone al orden del día la consigna de la revolución socialista, que se hace tanto más urgente cuanto más pesen sobre los hombros del proletariado las cargas de la guerra, cuanto más activo haya de ser su papel en la reconstrucción de Europa después de los horrores de la barbarie 'patriótica' contemporánea, dados los gigantescos progresos técnicos del gran capitalismo. La utilización por la burguesía de las leyes de tiempos de guerra para amordazar por completo al proletariado plantea ante éste la tarea indiscutible de crear formas ilegales de agitación y de organización. Pueden los oportunistas 'conservar' las organizaciones legales a costa de la traición a sus convicciones; los

---

[69] Lênin, V.I., *O Imperialismo*. *Op. cit.*, vol. 1, pp. 674-675.

socialdemócratas revolucionarios utilizarán los hábitos de organización y los vínculos de la clase obrera para crear formas ilegales de lucha por el socialismo, correspondientes a la época de crisis, y unir estrechamente a los obreros, no con la burguesía chovinista de su país, sino con los obreros de todos los países. La Internacional proletaria no ha perecido ni perecerá. Las masas obreras crearán la nueva Internacional por encima de todos los obstáculos. [...] Cuanto mayor sea el número de víctimas causadas por la guerra, más clara aparecerá ante las masas obreras la traición a la causa obrera cometida por los oportunistas y la necesidad de volver las armas contra los gobiernos y la burguesía de cada país".[70]

Revolução socialista e os desafios da transição

A convicção de que a revolução russa era iminente e de que seu desdobramento assumiria necessariamente um caráter anticapitalista levou Lênin a sistematizar suas concepções sobre os problemas práticos da conquista do poder e da transição para o socialismo.[71] Alinhavada no calor da hora, às vésperas da revolução

---

[70] Lênin, V.I., *La Guerra y la Socialdemocracia de Rusia. Op. cit.*, Vol. 1, pp. 678-679. "Al proletariado ruso le ha sido dado mucho; en parte alguna del mundo ha habido una clase obrera que haya conseguido desplegar una energía revolucionaria comparable a la que despliega la clase obrera de Rusia. Pero a quien mucho se le ha dado, mucho se le exige. No puede tolerarse por más tiempo la charca zimmerwaldiana. [...] Hay que romper inmediatamente con esa Internacional [...]. Estamos obligados, nosotros precisamente, y ahora mismo, sin pérdida de tiempo, a fundar una nueva Internacional revolucionaria, proletaria mejor dicho, debemos reconocer sin temor, abiertamente, que esa Internacional ya ha sido fundada y actúa". *In:* Lênin, *Las Tareas del Proletariado en Nuestra Revolución,* in *Obras Escogidas,* op. *cit.*, v.2., p. 71.

[71] No prefácio de *O Estado e a Revolução* Lênin explicita as razões que o levaram a estudar a questão do Estado: "Esta última [a revolução democrática de fevereiro] no momento presente [princípio de agosto de

de outubro, esta reflexão encontra-se condensada, ainda que de maneira inconclusa, em *O Estado e a Revolução*.[72] Tendo como ponto de partida o pensamento de Marx e Engels sobre as experiências históricas das revoluções burguesas e operárias, Lênin identifica os elos fundamentais do processo revolucionário, suas implicações para a dinâmica da luta de classes e seus desafios políticos e organizativos para a classe operária. O nó do problema reside no fato de que a conquista do poder político pela classe operária antecede a construção das bases objetivas do modo de produção comunista, o que significa que, mesmo após o fim da guerra civil, durante um longo período o poder operário teria de conviver com uma oposição burguesa que sobrevive nos interstícios da sociedade socialista e conspira permanentemente, de maneira manifesta ou latente, contra o avanço da revolução. Como consequência, a polarização da luta de classes entre revolução e contrarrevolução projeta-se para a era socialista, apenas invertendo a posição das classes sociais em confronto no aparelho de Estado. "A substituição do Estado burguês pelo Estado proletário" – afirma Lênin – "não é possível sem uma

---

1917] entra visivelmente no fim de sua primeira fase, mas toda esta revolução só pode ser encarada como um anel na cadeia de revoluções proletárias socialistas provocadas pela guerra imperialista. A questão das relações entre a revolução socialista do proletariado e o Estado adquire, por conseguinte, não só uma significação política prática, mas também um caráter de palpitante atualidade, pois fará as massas compreenderem o que devem fazer para se libertarem do jugo capitalista em futuro próximo". Op. cit., p.3. [*In*: Obras Escogidas, v.2, p. 304].

[72] A propósito de O Estado e a Revolução ver: Fernandes, F., "Introdução", *in*: Lênin, V.I., O Estado e a Revolução. São Paulo, Hucitec, 1979; Netto, J.P., "Lênin e a instrumentalidade do Estado", in: Netto, J.P., *Marxismo Impenitente: Contribuição à História das Idéias Marxistas*. São Paulo, Cortez, 2004.

revolução violenta. A abolição do Estado operário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo definhamento".[73]

Temendo tergiversações que pudessem comprometer a eficácia da ação revolucionária, bem como voluntarismos utópicos que desviassem a revolução de seu curso necessário, Lênin investe contra as ilusões democráticas dos reformistas e contra as ilusões anti-Estado dos anarquistas. Seu objetivo explícito é estabelecer as diretrizes fundamentais que deveriam orientar os passos dos bolcheviques no combate de vida ou morte que se avizinhava e que colocava a classe operária e o partido diante de tarefas dificílimas: a conquista do Estado burguês pela insurreição armada dos operários e camponeses, a consolidação do poder revolucionário na guerra civil provocada pela reação burguesa e, finalmente, a construção dos fundamentos materiais, sociais, políticos e culturais do modo de produção comunista. Em última instância, o núcleo da reflexão girava em torno do papel da "violência revolucionária" como parteira da História. A questão associava-se às tarefas destrutivas e construtivas da revolução. Nas palavras de Lênin, "[...] una verdadera revolución, una revolución 'popular', según expresión de Marx, es un proceso increíblemente complicado y doloroso de agonía de un orden social caduco y de alumbramiento de un orden social nuevo, de un nuevo régimen de vida de millones de hombres".[74]

A reflexão de Lênin parte da avaliação de que os condicionantes históricos da revolução socialista determinam a necessidade incontornável de instauração de uma "ditadura do

---

[73] Lênin, V.I., *O Estado e a Revolução. Op. cit.*, p. 27. [*In*: Obras Escogidas, v.2. p. 319].

[74] Lênin, V.I., *?Se Sostendrán los Bolcheviques en el Poder? In: Obras Escogidas*, Tomo 2, p. 451.

proletariado", cuja missão é destruir o Estado burguês e criar as bases objetivas e subjetivas do modo de produção comunista. De acordo com esta visão, antes de se chegar a uma sociedade sem classes, sem Estado e sem distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, é necessária uma mediação histórica – uma longa transição sob o comando de um poder revolucionário que se organiza na forma de um Estado da classe operária. Lênin é peremptório. O posicionamento em relação à ditadura do proletariado delimita dois campos políticos antagônicos: os que lutam pela revolução socialista e os que, consciente ou inconscientemente, alinham-se com a contrarrevolução. "Só é marxista" - afirma – "aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado. A diferença profunda entre o marxista e o pequeno (ou grande) burguês ordinário esta aí. É sobre essa pedra de toque que é preciso experimentar a compreensão efetiva do marxismo e a adesão ao marxismo. Não é de espantar que, quando a história da Europa levou a classe operária a abordar praticamente essa questão, todos os oportunistas e reformistas, e todos os "kautskystas" também (hesitantes entre o reformismo e o marxismo), se tenham revelado pobres filisteus de democratas pequeno-burgueses, negadores da ditadura do proletariado".[75]

A fim de impulsionar a transição do capitalismo para o socialismo, a ditadura do proletariado deve cumprir três tarefas fundamentais: destruir o Estado burguês; construir o Estado operário; e dar início à transição econômica para o comunismo. A insistência de Lênin sobre a urgência de uma política de liquidação

---

[75] Lênin, V.I., O Estado e a Revolução. *Op. cit.*, p. 43. [*In: Obras Escogidas*, v.2, p. 329].

do Estado burguês decorre de sua convicção de que as estruturas e o modo de funcionamento deste aparelho estão irremediavelmente comprometidos com a reprodução do regime burguês. "A revolução não deve resultar em que a classe nova comande e governe por meio de *velha* máquina de Estado, mas em que, depois de ter destruído essa máquina, comande e governe por meio de uma *nova* máquina: eis a ideia fundamental do marxismo [...]".[76] A necessidade de substituir o Estado burguês por um Estado proletário associa-se à sua visão de que o poder da burguesia persiste durante um longo período após a vitória da revolução socialista, tanto na base da sociedade como no inconsciente de expressiva parcela da população. Por essa razão, o Estado operário não pode baixar a guarda em relação à necessidade de uma permanente vigilância para reprimir as iniciativas contrarrevolucionárias. "O proletariado" – diz Lênin – "precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população – os camponeses, a pequena burguesia, os semiproletários – na 'edificação' da economia socialista".[77] Por fim, cabe à ditadura do proletariado eliminar a propriedade privada e a exploração do trabalho, colocando as forças produtivas sob controle do Estado e estimulando o seu desenvolvimento, processo cuja duração está condicionada pelo tempo necessário para superar a importância estratégica do elemento pequeno-burguês no funcionamento da

---

[76] Lênin, V.I. O Estado e a Revolução. *Ibid*, p. 145. [*In: Obras Escogidas*, v.2, p. 396].

[77] Lênin, V.I. O Estado e a Revolução. *Ibid*, p. 33. [*In: Obras Escogidas*, v.2, p.322]. O problema tornava-se ainda mais grave no caso russo, elo fraco do sistema capitalista mundial, sobretudo enquanto a revolução não fosse integrada em um processo mais amplo de transição para o socialismo liderado pelos países avançados da Europa.

economia. Citando Marx, Lênin sintetizou o processo de "expropriação dos expropriadores", que elimina a propriedade privada, nos seguintes termos: "o proletariado aproveitará a sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a quantidade das forças produtivas".[78]

Atento à busca de soluções para os problemas práticos da revolução, sem o que a teoria não se transforma em realidade, Lênin explicita a importância crucial dos conselhos auto organizados de operários, camponeses e soldados – os *soviets* – como instrumento de subversão da ordem burguesa e de construção da nova ordem. Os *soviets* devem funcionar como órgão de poder dos trabalhadores, independente do Estado burguês, com o papel de preparar, organizar e operacionalizar a insurreição armada por meio da constituição de um poder paralelo, verdadeiro contrapoder, que questiona e, em seguida, nega a autoridade instituída. Conquistado o poder de Estado, cabe aos conselhos populares funcionar como embrião do aparelho de Estado, iniciando o processo de reaproximação do poder público com as massas mediante a substituição da democracia parlamentar burguesa, que funciona como uma ditadura da burguesia, pela democracia operária, que opera como uma ditadura contra a burguesia. A figura do conselho de operários em armas como a forma necessária do Estado revolucionário é vista como uma exigência prática do processo de destruição do Estado burguês e dos imperativos da transição

---

[78] Lênin, V.I. O Estado e a Revolução. *Ibid*, p. 30. [*In: Obras Escogidas*, v.2, p. 320].

socialista, cujo papel fundamental é corroborado pelas experiências históricas das revoluções operárias. A urgência em desarticular as teias econômicas e burocráticas que atam a burguesia ao poder público requer que a população assuma diretamente os negócios do Estado. Para tanto, Lênin preconiza que a democracia burguesa baseada no parlamentarismo seja substituída pela democracia popular, fundada em conselhos de trabalhadores em armas. A fim de impedir que o Estado continue sendo um veículo de enriquecimento, dominação e prestígio social, o princípio burguês da representação política e da burocracia estatal de carreira deve dar lugar à eliminação da separação entre os poderes legislativo e executivo, à instauração do princípio da elegibilidade e da revogabilidade dos funcionários públicos, assim como à fixação de salários compatíveis com a remuneração dos operários. "O meio de sair do parlamentarismo" – afirma Lênin – "não é, certamente, anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses moinhos de palavras que são as assembleias representativas em assembleias capazes de 'trabalhar' verdadeiramente. A Comuna devia ser uma assembleia 'não parlamentar, mas trabalhadora', ao mesmo tempo legislativa e executiva".[79]

Na concepção de Lênin, a ditadura do proletariado é o poder revolucionário dos trabalhadores em armas, cuja força emana, de baixo para cima, da ampla e vigorosa mobilização das massas e, de cima para baixo, da ação decidida e implacável do Estado contra qualquer tipo de iniciativa contrarrevolucionária. Nesse sentido, a ditadura do proletariado é democrática para os pobres e ditatorial para a burguesia. Nesta questão, a posição de Lênin apenas reproduz

---

[79] Lênin, V.I. O Estado e a Revolução. *Ibid*. p. 57. [*In: Obras Escogidas*, v.2, p. 339].

a tese de Marx, segundo a qual a democracia, entendida formalmente como o princípio de submissão da minoria à vontade da maioria, pressupõe a dominação de classe e, portanto, é estruturalmente incompatível com o reino da liberdade. Dentro dos parâmetros da sociedade de classes, as opções ficam restritas a duas possibilidades: a democracia que corresponde à ditadura da burguesia ou a democracia que corresponde à ditadura do proletariado. Portanto, ainda que a ditadura do proletariado represente uma significativa ampliação da democracia, Lênin reconhece que ela está longe de significar o reino da liberdade. "Nosso objetivo final" – afirma Lênin – "é a supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda coação sobre os homens em geral. Não desejamos o advento de uma ordem social em que caducasse o princípio da submissão da minoria à maioria. Mas, em nossa aspiração ao socialismo, temos a convicção de que ele tomará a forma do comunismo e que, em consequência, desaparecerá toda necessidade de recorrer à violência contra os homens, à submissão de um homem a outro, de uma parte da população à outra. Os homens, com efeito, habituar-se-ão a observar as condições elementares da vida social, sem constrangimento nem subordinação".[80]

---

[80] Lênin, V.I. O Estado e a Revolução. *Ibid*. p. 101. [*In: Obras Escogidas*, v.2, p. 369]. Sobre a visão de Lênin da democracia, Gruppi esclarece: "Lênin realiza aqui, mais uma vez, uma inversão da noção tradicional de democracia. A democracia ganha substância em função das classes sociais que a exigem e a põem em funcionamento, da finalidade que se propõe, do modo pelo qual enfrenta concretamente a sua tarefa: o de realizar a soberania do povo, eliminando os obstáculos (a propriedade privada dos meios de produção) que eludem a efetividade da soberania popular. A democracia não pode se limitar a uma série de atos (eleições) e instituições (parlamento, assembleia constituinte), que têm a aparência de querer expressar a vontade de todos, mas que na realidade impedem – numa situação como a russa – que a vontade da maioria tenha o peso decisivo. Lênin contrapõe ao conceito

Lênin e as surpresas da História

A discrepância entre as premissas que haviam fundamentado a revolução de outubro e a dura realidade de uma conjuntura marcada pelo refluxo do movimento revolucionário europeu colocava em questão a própria sobrevivência da revolução russa. A impossibilidade de contar com o socorro da revolução internacional – condição indispensável para a revolução socialista que eclode no elo fraco do imperialismo – e a devastação da guerra civil criavam dificuldades inauditas para a revolução. A ausência de bases objetivas mínimas para o avanço do socialismo deixava o processo revolucionário indeterminado. Seguindo o exemplo histórico da Comuna de Paris, restava à ditadura do proletariado resistir e fazer tudo que estivesse ao seu alcance para evitar o contra-ataque burguês, à espera de tempos melhores. Consciente da importância histórica do feito do proletariado russo para a revolução proletária internacional, Lênin concentrou todas as suas energias na defesa da revolução. "Cette première victoire n'est pas encore une victoire définitive [...]. C'est nous qui avons comméncé cette ouvre. Quand, dans quel délai, les prolétaires de quelle nations la feront aboutir, il n'importe. Ce qui importe, c'est que la glace est rompue, la voie est ouverte, la route tracée".[81]

A situação inusitada da revolução russa – nem capitalismo nem socialismo – criava um estado de indeterminação que exigiria grande flexibilidade teórica. Premido pela necessidade

---

abstrato de democracia, como puro conjunto de formas jurídicas, o conceito de democracia como movimento real de classe". Gruppi,L. *O pensamento de Lênin* (o*p. cit*. p. 200).

[81] Lênin, V.I. Obras Completas, tomo 33, p.49 apud Linhart, R. *Lénine, les Paysans, Taylor*. Paris, Éditions du Seuil, 1976, p. 192.

de encontrar parâmetros racionais para navegar no meio da tempestade, Lênin manteve-se fiel à essência de seu método de "análise concreta de uma situação concreta", insistindo na necessidade de buscar as soluções para os dilemas da revolução nas tendências inscritas no movimento histórico.[82] "Temos aqui" – afirma Gruppi – "um dos momentos da vida real em que se põem novas tarefas à teoria, diante das quais as teorizações até então elaboradas se revelam insuficientes. É impossível novas definições teóricas sem antes empenhar-se no movimento real, sem apelar para a experiência posta pela práxis. Nesses momentos, que são de provisória carência teórica, o que opera da teoria revolucionária geral é essencialmente o método: o método capaz de investigar o movimento real em seus conteúdos de classe, em seu alcance político, a fim de que – dessa análise – se extraia a possibilidade de um mais avançado e adequado desenvolvimento da generalização teórica".[83]

A constatação de que a sociedade russa havia abandonado a via capitalista mas não havia ingressado no caminho do socialismo propriamente dito configurava um impasse histórico que não seria resolvido enquanto não se dessem as condições objetivas e subjetivas para o efetivo início da transição socialista, isto

---

[82] Lukács caracterizou o movimento teórico de Lênin como uma radicalização e aprimoramento de seu método: "Quando vista no seu aspecto de conjunto e nos seus fundamentos, a 'Realpolitik' de Lenine mostra-se o apogeu da dialética materialista até ao presente. É, por um lado, uma análise da situação dada, da estrutura econômica e das suas relações de classes, que, estritamente marxista na sua simplicidade e na sua sobriedade, penetra muito profundamente na realidade concreta. É, por outro lado, uma consciência de todos os aspectos novos desta situação; consciência clara e sem a deformação de qualquer prevenção teórica e de qualquer desejo utópico", in Gruppi,L. *O pensamento de Lênin. Op. cit.*, pp. 100-101.

[83] Gruppi, L. *Ibid*. pp. 154-155.

é, enquanto não viesse o socorro da revolução internacional e não se superasse o papel decisivo da pequena burguesia para o funcionamento da economia russa, condições que não tinham como ser atingidas no curto prazo. Com a esperança de retomar a ofensiva mais à frente, Lênin preconiza a necessidade de uma trégua para recompor as forças da revolução e aguardar a retomada do movimento socialista internacional. “Una situación internacional extraordinariamente dura, difícil y peligrosa; necesidad de maniobrar y de replegarse; un período de espera de nuevas explosiones revolucionarias, que maduran penosamente en los países occidentales; dentro del país, un período constructivo lento y de implacable ‘aguijonamiento’, de lucha prolongada y tenaz, de una severa disciplina proletaria contra los elementos amenazadores de la relajación pequeñoburguesa y de la anarquía: tales son, en pocas palabras, los rasgos distintivos de la etapa peculiar de la revolución socialista que estamos atravesando. Tal es el eslabón de la cadena histórica de los acontecimientos al que tenemos que aferrarnos ahora con todas nuestras fuerzas para quedar a la altura de nuestras tareas hasta el momento de pasar al eslabón siguiente, eslabón que nos atrae por su particular brillantez, por la brillantez de las victorias de la revolución proletaria internacional”.[84]

O impasse da revolução russa colocava Lênin diante da necessidade de complementar a teoria da transição do capitalismo para o comunismo com uma reflexão sobre a transição do capitalismo para o socialismo. Premido pela urgência de evitar a completa desorganização da vida econômica e o colapso do poder público, Lênin, em seu livro *La Enfermedad Infantil del ‘Izquierdismo’*

---

[84] Lenin, V.I. *Las Tareas Inmediatas del Poder Soviético. In Obras Escogidas*, v.2., p. 736.

en el Comunismo – seu último trabalho de fôlego –, bem como em seus inúmeros discursos e intervenções como autoridade suprema do Estado soviético e líder absoluto do partido bolchevique, estabelece as diretrizes que deveriam orientar os movimentos táticos da revolução para atravessar a encalacrada de uma situação inesperada – nem capitalismo nem socialismo.[85]

Ciente dos riscos que ameaçavam a revolução, Lênin destacou a necessidade de ater-se aos estreitos limites do possível, combatendo com virulência os desvios utópicos de seus camaradas mais afoitos – uma forma de escapismo incompatível com a delicada situação da revolução – e os desvios dos que buscavam soluções voluntaristas destituídas de base social de sustentação.[86] Assim,

---

[85] Entre os pronunciamentos mais importantes de Lênin no período do poder soviético, destacam-se: *Las Tareas Inmediatas del Poder Soviético.* (op. *cit.*, v.2, pp. 699-737); *Sobre la Economía Actual de Rusia* (op. *cit.*, v.3, pp. 604-613); "Acerca de la significación del oro ahora y después de la victoria completa del socialismo" (op. *cit.*, v.3, pp.668-675); "Acerca del Papel y de las Tareas de los Sindicatos en las Condiciones de la Nueva Política Económica" (op*. cit.*, v.3, pp. 676-686); y "Más Vale Poco y Bueno" (op. *cit.*, v.3, pp. 802-815).

[86] Comentando a originalidade da reação de Lênin ao impasse histórico gerado pelo fracasso da revolução internacional, Luciano Gruppi destaca sua extraordinária capacidade de enfrentar a realidade de maneira construtiva, mesmo quando ela se apresentava de maneira particularmente adversa. "O motivo da sua grandeza, em nossa opinião, é o fato de não ter eludido essa contradição, mas de se ter 'dobrado' a ela, compreendendo que as contradições do real não se superam especulativamente e mediante ações veleitárias, mas sim graças a um longo e laborioso processo da práxis. Se essa hipótese é justa, então seu mérito é o de não se ter 'adaptado' à contradição, mas de ter concentrado sua própria luta – sob a forma e dentro dos limites que lhe eram então impostos pela situação concreta – contra o momento negativo da contradição, a fim de preparar as condições, nem vizinhas nem previsíveis com exatidão, de uma solução positiva. De uma solução que, para ele, orientava-se firmemente no sentido do desenvolvimento da democracia socialista". Gruppi,L. *O pensamento de* Lênin. O*p. cit.*, p. 249.

adaptando-se às exigências concretas da luta de classes, Lênin anuncia a necessidade ineludível de um interlúdio entre o capitalismo e o socialismo, período no qual a ditadura do proletariado seria exercida nos marcos de um "capitalismo de Estado". Nas suas palavras, "[...] el capitalismo de Estado sería un paso adelante en comparación con la situación existente hoy [1918] en nuestra República Soviética".[87]

Tendo como referência fundamental o princípio de que os desafios do socialismo estão sobre determinados pelo estado das estruturas econômicas e pelas condições concretas da luta de classes, Lênin estabeleceu os parâmetros fundamentais que deveriam balizar as iniciativas do poder revolucionário enquanto durasse a situação gerada pelo isolamento da revolução russa. De um lado, a revolução precisava elevar o excedente econômico e canalizá-lo prioritariamente para o esforço de industrialização sem comprometer o funcionamento da agricultura. Este era o grande desafio do processo de acumulação primitiva da Rússia socialista. De outro lado, a revolução tinha de preservar a todo custo a aliança operário-camponesa – a efetiva base social de sustentação do Estado soviético. Em suma, o poder operário estava obrigado a resolver uma complicadíssima equação: diminuir o monumental atraso no grau de desenvolvimento das forças produtivas e no nível de desenvolvimento cultural da Rússia – sem o que seria simplesmente

---

[87] Lenin, V.I. *Sobre la Economia Actual de Rusia* (Fragmento del Folleto de 1918). *In: Obras Escogidas*, v.3, p. 604. Em seguida, Lênin esclarece: "Creo que no ha habido una sola persona que, al ocuparse de la economía de Rusia, haya negado el carácter transitorio de esa economía. Ningún comunista ha negado tampoco, a mi parecer, que la expresión 'República Socialista Soviética' significa la decisión del Poder soviético de llevar a cabo la transición al socialismo; mas en modo alguno el reconocimiento de que el nuevo régimen económico es socialista". Op. cit., p. 604.

impossível restabelecer as relações de troca entre o campo e a cidade - e criar as bases materiais mínimas para o entendimento entre os operários e os camponeses.

Na prática, a estratégia de transição para o socialismo elaborada por Lênin traduzia-se na necessidade de atuar em várias frentes simultaneamente. No plano econômico, a recomposição dos mecanismos de funcionamento da economia exigia um recuo nas medidas de socialização exigidas pelas contingências do comunismo de guerra do período da guerra civil. Sem abrir mão dos mecanismos de planejamento central, Lênin defende a importância de uma abertura para a iniciativa privada, colocando na ordem do dia a questão de um recuo tático que permitisse melhores condições para a circulação mercantil e para a operação do grande capital, nacional e internacional. A maior flexibilidade em relação ao capital deveria ser acompanhada de um esforço para vencer a condição de "incultura semi-asiática" do povo russo, pré-requisito indispensável para que a população pudesse superar seus hábitos individualistas e adequar-se à realidade de uma sociedade baseada na cooperação e na solidariedade. No que diz respeito às relações externas, Lênin advoga uma política ambígua que combina a formação de uma *Terceira Internacional*, cuja missão seria a de organizar os partidos revolucionários do mundo para a realização da revolução socialista internacional, com a política de coexistência pacífica entre os povos – uma declaração unilateral de fim das hostilidades contra as potências imperialistas. Na dimensão política, a necessidade de submeter a burguesia emergente aos desígnios do Estado soviético requer tanto iniciativas preventivas de controle do circuito político, para impedir que a força econômica da burguesia possa se converter em força de contestação da ordem operária, como ações para coibir

desmandos da burocracia, não apenas para evitar inércias e desperdícios mas também para impedir, pela instauração de mecanismos de controle popular, a cristalização de interesses privados nos aparelhos de Estado.

O impasse gerado pelo isolamento da revolução russa reforçava a importância decisiva do partido bolchevique na condução dos assuntos do Estado, alçando sua organização à condição de uma espécie de tutor dos *Soviets*. O risco de desvio burguês requeria também um aumento do contingente proletário nos quadros do partido e um maior rigor na cobrança de obediência às diretrizes da direção. O purgatório da transição para a transição cobrava um pesado tributo de todos. Foi a fé inquebrantável na vontade da classe operária de lutar pelo socialismo e no poder da organização revolucionária que ele havia inspirado que fez Lênin não esmorecer. O socialismo exigia sacrifício, disciplina e uma gana infinita de lutar por uma sociedade melhor. "Para hacer frente a eso, para conseguir que el proletariado desempeñe acertada, eficaz y victoriosamente su función organizadora (que es su función principal), son necesarias una centralización y una disciplina severísima en el partido político del proletariado. La dictadura del proletariado es una lucha tenaz, cruenta e incruenta, violenta y pacífica, militar y económica, pedagógica y administrativa contra las fuerzas y las tradiciones de la vieja sociedad. La fuerza de la costumbre de millones y decenas de millones de personas es la fuerza más terrible. Sin un partido férreo y templado in la lucha, sin un partido que goce de la confianza de todo lo que haya de honrado en la clase dada, sin un partido que sepa pulsar el estado de ánimo de las masas e influir en él es imposible sostener con éxito esta lucha. Es mil veces más fácil vencer a la gran burguesía centralizada que

‘vencer’ a millones y millones de pequeños patronos, los cuales llevan con su cotidiana y prosaica labor corruptora, invisible e inaprehensible a los mismos resultados que necesita la burguesía y que restauran a ésta. Quien debilita, por poco que sea, la disciplina férrea del partido del proletariado (sobre todo en la época de su dictadura), ayuda de hecho a la burguesía contra el proletariado”.[88]

5. Observações Finais

Contrário a diletantismos e soluções abstratas, Lênin ancora a sua teoria da revolução em uma investigação meticulosa da realidade, que tem por finalidade definir as condições objetivas e subjetivas que determinam as tendências da luta de classes e seus desafios para o proletariado. Seu método estabelece as contradições que impulsionam o processo histórico, as forças sociais que se mobilizam para enfrentá-las, a alternativa histórica que representa a superação das contradições e as tarefas organizativas e políticas que daí decorrem. A ”análise concreta de uma situação concreta” consubstancia-se em uma complexa interpretação dialética que, em busca da totalidade, articula uma multiplicidade de elementos que condicionam a luta de classes. Seu movimento analítico desdobra-se, considerando as conexões existentes entre: 1) a natureza do padrão de desenvolvimento capitalista; 2) a especificidade de cada formação social e a particularidade dos nexos econômicos e políticos que a vinculam ao sistema capitalista mundial; 3) o conteúdo e a forma da luta de classes como fatores decisivos na definição do caráter da

---

[88] Lenin, V.I. *La Enfermedad Infantil del “Izquierdismo”.* Obras Escogidas, v.3, p. 371.

revolução; 4) os fluxos e os refluxos que caracterizam o movimento real da luta de classes como determinantes básicos das condições efetivas da luta de classes em cada conjuntura particular. É a partir desta totalidade concreta que Lênin define: 1) os desafios da luta revolucionária; 2) a estratégia e a tática para enfrentá-los; e, como consequência, 3) o tipo de organização revolucionária capaz de atuar sobre os elos decisivos que permitem, no seu encadeamento sucessivo, fundir o partido com a classe operária e a reforma com a revolução, orientando a luta da classe operária para a conquista do poder.

No conjunto da obra de Lênin, a teoria do imperialismo representa uma espécie de pedra angular que lhe permite estabelecer as mediações necessárias para que a perspectiva universalista da classe operária seja organicamente incorporada ao método de ”análise concreta de uma situação concreta”. A visão do capitalismo monopolista – a base material do imperialismo – como um sistema econômico mundial composto de formações sociais heterogêneas articuladas por nexos econômicos e políticos, cujas particularidades estão condicionadas pela lei do desenvolvimento desigual, abre caminho para que a especificidade de cada formação econômica e social seja vista como um todo integrado à totalidade maior que a sobre determina. Assim, a dinâmica da luta de classes deixa de atrelar-se mecanicamente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas para ganhar uma dimensão que extrapola a restrita perspectiva economicista que dominava o marxismo do início do século XX.

A interpretação do imperialismo como fase superior do capitalismo, um regime de transição que prepara as condições objetivas e subjetivas para a revolução socialista, leva Lênin a

superar todos os vestígios de um arcabouço teórico que até então ainda estava ancorado fundamentalmente no horizonte nacional. Sem negar a necessidade incontornável de considerar a especificidade de cada formação econômica e social, Lênin passa a conceber a revolução, a organização proletária e os problemas da transição para o socialismo como parte de um contexto histórico mais amplo que contrapõe a burguesia ao proletariado em escala internacional. As tendências da luta de classes e as tarefas do proletariado em cada momento histórico ficam determinadas pela relação existente entre a situação objetiva do capitalismo mundial, as condições do movimento operário internacional e a particularidade da luta de classes em cada sociedade nacional. A ausência de uma correspondência mecânica entre a base econômica e a superestrutura jurídica e ideológica aparata sua metodologia para contemplar a possibilidade de saltos históricos que pareceriam impossíveis à luz de uma análise evolucionista e fracionada da realidade. A nova perspectiva abre brechas para rupturas com o imperialismo pelo elo fraco do sistema.

Contrário à utilização de fórmulas dogmáticas em substituição à análise da realidade, o pensamento de Lênin é sensível às mudanças na configuração da luta de classes. É sua capacidade de questionar as verdades estabelecidas e superar seus próprios limites que lhe permitiu compreender o movimento concreto da revolução russa: em um primeiro momento, como uma **revolução burguesa *sui generis***, cuja possibilidade de conciliar capitalismo e democracia dependia da liderança da classe operária em aliança com os segmentos camponeses mais pobres; após o rápido esgotamento do ímpeto revolucionário da revolução de fevereiro de 1917, como uma **revolução operária -** uma ruptura com o imperialismo pelo elo

fraco do sistema -, cujo desdobramento natural em direção ao socialismo a inseria no contexto mais geral da revolução internacional; e, finalmente, quando a derrota da revolução socialista na Europa deixa patente o total isolamento do poder soviético, a revolução russa é caraterizada como uma revolução socialista ímpar, que, por absoluta ausência de condições objetivas, ficava no meio do caminho entre o capitalismo e o socialismo, numa situação indeterminada, **nem capitalismo nem socialismo**, que exigia dos operários russos a tarefa verdadeiramente hercúlea de resistir aos ataques da contrarrevolução e avançar - como fosse possível - no processo de socialização, à espera de que a retomada da revolução internacional abrisse novas perspectivas.

Avesso a formulações genéricas destituídas de consequências práticas, para concluir que a Europa estava na iminência de uma crise revolucionária que colocava o socialismo na ordem do dia, Lênin não se contentou com a caracterização do imperialismo como regime de transição do capitalismo para o socialismo. O nexo estabelecido entre imperialismo, barbárie e revolução baseava-se na avaliação concreta de que as rivalidades inter imperialistas tendiam inexoravelmente a se converter em guerra imperialista. Tal avaliação - plenamente confirmada pelas duas guerras mundiais - decorria de uma análise da conjuntura econômica mundial do início do século XX. Ao abrir espaço para o desenvolvimento recuperador das economias nacionais de segunda ordem, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, sistemas econômicos que funcionavam com base num regime central de acumulação, a lei do desenvolvimento desigual desencadeava disputas econômicas e políticas que só poderiam ser resolvidas pela guerra imperialista. O elo entre barbárie e revolução baseava-se na

impossibilidade de assimetrias insuperáveis e de equilíbrios duradouros entre as potências capitalistas. O conflito bélico entre os gigantes do capitalismo funcionava como um elemento catalisador dos antagonismos de classe, provocando uma "aceleração da história". Sem a guerra imperialista, a eventualidade de uma revolução socialista na Rússia seria remota. A importância decisiva da guerra na definição do caráter da conjuntura e de seus possíveis desdobramentos foi explicitada por Lênin: "Se não houvesse a guerra, a Rússia talvez pudesse viver durante anos e inclusive decênios, sem uma revolução contra o capitalismo. Com a guerra, esta perspectiva é objetivamente impossível: ou sucumbiremos ou faremos a revolução contra os capitalistas".[89]

A reorganização do sistema capitalista mundial no após guerra e seu desdobramento posterior modificaram profundamente a configuração do imperialismo.[90] Não é este o lugar de esboçar uma

---

[89] Lênin, V.I. Obras Completas, v.24, pp.371-372 (maio de 1917). Apud Johnstone, M. "Lênin e a Revolução", *in*: Hobsbawm, E. (organizador), *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, v.5, p. 119.

[90] Para um rápido balanço da evolução da teoria do imperialismo, ver Kemp. T. *Theories of Imperialism*. London. Dobson Books, 1967; Barone, C.A. *Marxist Thought on Imperialism – Survey and Critique*. London, MacMillan Press, 1985; Santi, P. et al. *Teoria Marxista del Imperialismo*. Cordoba. Ediciones Pasado y Presente, 1971. Uma rica análise do imperialismo do pós guerra encontra-se em Magdoff, H. *A era do Imperialismo*. São Paulo. Editora Hucitec, 1978. Diferentes visões sobre as mudanças no imperialismo também podem ser vistas em: Hobsbawm, E. (Organizador). *História do Marxismo: O Marxismo Hoje v. 11 e 12.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. Quem estiver interessado em estudar as tendências mais recentes do imperialismo pode começar com Magdoff, H. *Imperialism without Colonies*, New York. Monthly Review Press, 2003. Consultar também, Panitch, L.; Leys, C. (Editores). *El Nuevo Desafío Imperial*. Buenos Aires. Clacso, 2004; Panitch, L.; Colin L. *El Império Recargado*, Buenos Aires. Clacso, 2005; Foster, J.B; McChesney, R.W (Editores). *Pox Americana: Exposing the American Emp*ire. New York. Monthly Review Press, 2004; Foster, B.F. *Naked Imperialism*. New York: Monthly Review, 2006; Gataud, G. *Mondialisation Capitaliste et Projet*

síntese das novas características do imperialismo, esforço que exigiria um estudo à parte. Entretanto, cabe ressaltar que a inconteste supremacia econômica, política e militar dos Estados Unidos no mundo capitalista inaugurou uma era de "paz" entre as grandes potências mundiais que desarticulou os nexos entre imperialismo, barbárie e revolução dos tempos de Lênin. A ausência de guerras imperialistas não significa, por certo, o fim dos problemas do capitalismo. Embora o conteúdo e a forma do imperialismo tenham mudado, a necessidade e a possibilidade do socialismo como única resposta positiva ao avanço da barbárie capitalista – teses centrais da teoria do imperialismo de Lênin - permanecem mais atuais do que nunca, pois abundam as evidências de que a valorização desenfreada do capital ameaça o futuro da humanidade.

A fase superior do imperialismo leva as contradições, os antagonismos, a irracionalidade e o caráter predatório do regime capitalista ao extremo. A expansão das forças produtivas contrasta com a permanência de imensos contingentes populacionais condenados à pobreza, marginalizados dos benefícios mais elementares da vida moderna. O aprofundamento exponencial do movimento de concentração e centralização do capital reforça o poderio econômico e político do capital financeiro e leva as taras do capitalismo monopolista ao paroxismo. O vigor de uma internacionalização do capital sem limites, que difunde o capitalismo pelos quatro cantos do mundo, atropelando tudo o que passa pela frente e cristalizando uma intrincada rede de relações mercantis,

---

Communiste. Paris. *Le Temps des Cerises*, 1997; Mészáros, I. *Para Além do Capital*. Campinas. Editora da Unicamp. 2002; Mészáros, I. *O Poder da Ideologia*. São Paulo. Boitempo, 2004; Mészáros, I. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico*, São Paulo, Boitempo, 2007. Para uma crítica das novas visões apologéticas do imperialismo, ver Boron, A. *Império & Imperialismo*. Buenos Aires. Clacso, 2004.

produtivas, financeiras e culturais, acirra a distância entre os interesses imperialistas que se aglutinam em torno do capital financeiro e as aspirações dos povos que fazem parte da periferia da economia mundial de comandar o seu destino. Por fim, o nível de progresso alcançado pela sociedade capitalista, inimaginável há poucas décadas, veio acompanhado de uma crise de civilização sem precedente, descolando de maneira radical a produção de mercadorias das necessidades sociais, o domínio da natureza das condições mínimas de reprodução do meio ambiente.

Como ensina Lênin, a constatação de que o capitalismo precisa ser superado não basta. A luta de classes requer "análises concretas" que tenham uma utilidade prática para orientar a práxis revolucionária, sem o que as denúncias e as boas intenções caem no vazio. O abismo entre a premente necessidade de superar o mundo do capital, a presença de condições objetivas para a implantação do socialismo e a gritante impotência do movimento socialista para oferecer alternativas concretas exige um cuidadoso estudo que redefina o conteúdo e a forma dos nexos concretos entre imperialismo, barbárie e revolução. Sem o reencontro da teoria revolucionária com o movimento revolucionário, a barbárie capitalista seguirá em frente até que os limites absolutos do capital coloquem em risco a sobrevivência do planeta. Lênin, evidentemente, não pode dar uma resposta aos problemas do século XXI, mas, sem dúvida, é um poderoso antídoto contra as ideologias pós-modernistas que pregam o fim da história.

Bibliografia

Arismendi, R. *Lenin, la revolución y América latina*, Montevideo: Pueblos Unidos, 1970.

Barone, C.A. *Marxist Thought on Imperialism – Survey and Critique*, London: Macmillan Press, 1985.

Boron, A. *Imperio & Imperialismo: Una Lectura Crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

Bukharin, I.N. *A economia mundial e o imperialimo.* São Paulo: Abril Cultural,1984.

Cerroni, U.; Magri, L.; Johnstone, M. *Teoría Marxista del Partido Político*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1971. 2.ª ed.

Foster, J.B; McChesney, R.W. *Pox Americana: Exposing the American Empire*. New York: Monthly Review Press, 2004.

Foster, J.B. *Naked Imperialism*. New York: Monthly Review Press, 2006.

Gruppi, L. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

Gruppi, L. *O pensamento de Lênin.* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Hilferding, R. *El Capital Financiero*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.

Hobsbawn, E.J. (org.), *História do Marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. 4, 5, 6, 11 e 12

Hobson, J.A. *Writings on Imperialism and Internationalism*. London: Routledge/Thoemmes Press, 1992.

Kemp, T. *Theories of Imperialism*. London: Dobson Books, 1967.

Lefebvre, H. *Pour Connaître la Pensée de Lénine*. Paris: Bordas, 1957.

Lenin, V.I. *¿Qué Hacer?* Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2004.

Lenin, V.I. *Cartas desde Lejos*. Moscou: Editorial Progresso.

Lênin, V.I. *La Democracia Socialista Sovietica*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras.

Lênin, V.I. *O Estado e a revolução.* São Paulo: Hucitec, 1979.

Lenin, V.I. *Obras Escogidas en 3 tomos*. Moscou: Editorial Progresso, 1961.

Lenin, V.I. *Obras Completas en 45 tomos.* Moscou: Editorial Progresso

Lênin, V.I. *Política*. Organizador [da coletânea] Florestan Fernandes. São Paulo: Ática , 1978.

Lênin, V.I. *Problema Agrário II*. Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria e editora Ltda., 1979.

Lênin, V.I. *Que Fazer?* Apresentação de Florestan Fernandes. São Paulo: Hucitec, 1978.

Lênin, V.I. *Sobre a Grande Revolução de Outubro*. Moscou: Edições da Agência de Imprensa Nóvosti, 1987.

Lenin, V.I. *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia*. Moscou: Editora Progresso, 1979.

Lênin, V.I. et al. *Teórico Marxista*. Coleção de Estudos Marxistas, Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

Liebman, M. *Le Léninisme sous Lénine*. Paris: Éditions du Seuil, 1973. v.1 e 2.

Linhart, R. *Lénine, les Paysans, Taylor*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

Lukács, L.*O pensamento de Lênin.* Lisboa: Publicações Dom Quixote,1975.

Luxemburg, R. *A Acumulação do Capital*, vol I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Magdoff, H. *A Era do Imperialismo.* São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

Magdoff, H. *Imperialism without Colonies*. New York: Monthly Review Press, 2003.

Marx, K.; Engels, F. *História*. Organizador [da coletânea] Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1983.

Marx, K.; Engels, F. *Sagrada Família*. Centauro Ed., 2001.

Mészáros, I. *Socialismo o Barbarie.* Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.

Mészáros, I. Para Além do Capital. Campinas: Editora da Unicamp. 2002.

Mészáros, I. O Poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo. 2004.

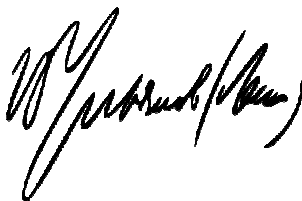
Mészáros, I. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. São Paulo: Boitempo. 2007.

Netto, J.P. *Marxismo impertinente: contribuição à historia das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

Panitch, L.; Leys, C. (Editores). *El Imperio Recargado*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

Panitch, L.; Leys, C. (Editores). *El Nuevo Desafio Imperial.* Buenos Aires: Clacso, 2004.

Piotte, Jean-Marc. Sur Lénine. Ottawa: Collection Aspects, 15. 1972. [http://biblioteque.uqac.uquebec.ca/index.htm].

Santi, P. et al. *Teoria Marxista del Imperialismo*. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1971. 2.ª ed.

Vázquez, A.S. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2007.

V. I. Lênin

O IMPERIALISMO, ETAPA SUPERIOR DO CAPITALISMO

Escrito em Janeiro-Junho de 1916. Publicado pela primeira vez em meados de 1917 em Petrogrado como brochura na Editora Párus; o prefácio às edições francesa e alemã foi publicado em 1921, na revista *Kommunistítcheski Internatsional*, no. 18.

PREFÁCIO DE 1917

A brochura que apresentamos ao leitor foi escrita, em Zurique, durante a Primavera de 1916. Dadas as condições em que ali tinha de trabalhar, deparei-me naturalmente com certa insuficiência de publicações francesas e inglesas e com uma grande carência de publicações russas. Contudo, utilizei a obra inglesa mais importante sobre o imperialismo, o livro de J. A. Hobson, com toda a atenção que, em meu entender, tal obra merece.

A brochura foi escrita tendo em conta a censura czarista. Por isso, não só me vi forçado a limitar-me a uma análise exclusivamente teórica, sobretudo econômica, como também tive de formular as poucas, mas indispensáveis, observações políticas com a maior prudência, servindo-me de alusões, na língua de Esopo, essa maldita língua que o tsarismo obrigava todos os revolucionários a utilizar sempre que pegavam na pena para escrever alguma coisa destinada a publicações de tipo "legal".

É doloroso reler agora, nestes dias de liberdade, as passagens mutiladas da brochura, comprimidas, apertadas num torno de ferro, com receio da censura czarista. Para explicar que o imperialismo é o prelúdio da revolução socialista, que o social-chauvinismo (socialismo de palavra e chauvinismo de fato) é uma

completa traição ao socialismo, um compromisso total com a burguesia, que essa cisão do movimento operário está relacionada com as condições objetivas do imperialismo, etc., vi-me obrigado a recorrer a uma linguagem “servil”; e, por isso, hoje devo remeter os leitores que se interessem pelo problema, para a coleção dos artigos que publiquei no estrangeiro entre 1914 e 1917, e que serão em breve reeditados.

No texto que segue, vale a pena assinalar uma passagem em que, tendo em vista fazer compreender ao leitor, de maneira aceitável pela censura, a forma indecorosa de mentir que têm os capitalistas e os sociais-chauvinistas que se passaram para o campo daqueles (os quais Kautsky combate com tanta incoerência) no que se refere às anexações, a forma desavergonhada com que encobrem as anexações dos seus capitalistas, vi-me obrigado a citar o exemplo... o Japão! O leitor atento substituirá facilmente o Japão pela Rússia, a Coreia pela Finlândia, pela Polônia, pela Curlândia, Ucrânia, Quivá, Bucara, Estônia e outros territórios não povoados por não-Grandes-Russos.

Atrevo-me a acalentar a esperança de que a minha brochura ajudará à compreensão de um problema econômico fundamental, sem cujo estudo é impossível compreender acerca do que é a guerra e a política dos nossos dias; refiro-me ao problema da natureza econômica do imperialismo.

O Autor

Petrogrado, 26 de Abril de 1917.

PREFÁCIO ÀS EDIÇÕES FRANCESA E ALEMÃ

Este livro, como afirmei no prefácio da edição russa, foi escrito em 1916 tendo em conta a censura czarista. Atualmente não me é possível refazer todo o texto, o que de resto não teria qualquer utilidade, visto que o principal objetivo do livro, hoje como ontem, foi de mostrar, com a ajuda dos dados de conjunto das irrefutáveis estatísticas burguesas e das declarações dos homens de ciência burgueses de todos os países, um quadro de conjunto da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais, nos princípios do século XX, às vésperas da primeira guerra imperialista mundial.

Até certo ponto, aliás, ele não será de todo inútil a muitos comunistas dos países capitalistas avançados persuadirem-se, com o exemplo deste livrinho, "legal" do ponto de vista da censura czarista, de que é possível - e necessário – aproveitarem os pequenos vestígios de legalidade que ainda possam beneficiar, por exemplo na América contemporânea ou em França, após as recentes prisões de quase todos os comunistas, para demonstrar toda a falsidade dos pontos de vista dos sociais-pacifistas e das suas esperanças numa "democracia mundial". Tentarei dar neste prefácio

os complementos mais indispensáveis a este livro que em tempos passou pela censura.

II

Este livro mostra que a guerra de 1914-1918 foi, de ambos os lados, uma guerra imperialista (isto é, uma guerra de conquista, de pilhagem e de rapina), uma guerra pela partilha do mundo, pela divisão e redistribuição das colônias, das ,esferas de influência, do capital financeiro, etc.

Com efeito, a prova do verdadeiro caráter social ou, melhor dizendo, do verdadeiro caráter de classe de uma guerra não se encontrará, naturalmente, na sua história diplomática, mas na análise da situação objetiva das classes dirigentes de todas as potências beligerantes. Para ilustrar essa situação objetiva, é preciso considerar não exemplos e dados isolados (dada a infinita complexidade dos fenômenos da vida social, podem-se encontrar sempre os exemplos ou dados isolados que se queiram para confirmar qualquer hipótese), mas todo o conjunto dos dados sobre os fundamentos da vida econômica de todas as potências beligerantes e do mundo inteiro.

Foram precisamente dados sumários desse gênero, que não podem ser refutados, que utilizo ao descrever a maneira como o mundo estava repartido em 1876 e em 1914 (cap. VI) e a partilha das estradas de ferro em todo o globo em 1890 e em 1913 (cap. VII). As estradas de ferro nos dão o balanço dos ramos mais importantes da indústria capitalista, da indústria hulhífera e siderúrgica; o balanço e o índice mais evidente do desenvolvimento do comércio mundial e da civilização democrático-burguesa. Nos capítulos anteriores

mostramos a ligação das estradas de ferro com a grande produção, com os monopólios, os sindicatos patronais, os cartéis, os trustes, os bancos, a oligarquia financeira.

A desigual distribuição da rede ferroviária, a desigualdade do seu desenvolvimento, constituem um balanço do capitalismo moderno, monopolista, à escala mundial. E este balanço demonstra que, com esta base econômica, as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção.

A construção de estradas de ferro é aparentemente um empreendimento simples, natural, democrático, cultural, civilizador: assim a apresentam os professores burgueses, pagos para dissimular a escravidão capitalista, como aos olhos dos filisteus pequeno-burgueses. Na realidade, os múltiplos laços capitalistas, mediante os quais esses empreendimentos se vinculam à propriedade privada dos meios de produção em geral, transformaram essa construção num instrumento de opressão para um bilhão de pessoas (nas colônias e semicolônias), ou seja, mais de metade da população da Terra nos países dependentes e para os escravos assalariados do capital nos países "civilizados".

A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno empresário, a livre concorrência, a democracia, todos esses slogans que os capitalistas e sua imprensa utilizam para enganar os operários e os camponeses, estão há muito tempo ultrapassados. O capitalismo se transformou num sistema universal de subjugação colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países "avançados". A partilha desse "saque" faz-se entre duas ou três aves de rapina, armadas até aos

dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque.

III

A paz de Brest-Litovsk, ditada pela Alemanha monárquica, e depois a paz, muito mais brutal e infame, de Versalhes, ditada pelas repúblicas "democráticas" da América e da França e pela "livre" Inglaterra, prestaram um serviço extremamente útil à humanidade, desmascarando os "coolies da pena" contratados pelo imperialismo, assim como os filisteus reacionários que, embora se dizendo pacifistas e socialistas, entoavam louvores ao "wilsonismo" e procuravam mostrar que a paz e as reformas são possíveis sob o imperialismo.

Dezenas de milhões de cadáveres e de mutilados, vítimas de uma guerra feita para decidir que grupo de bandoleiros financeiros, o inglês ou o alemão, deviam receber uma maior parte do saque, e depois destes dois "tratados de paz", abriram os olhos, com uma rapidez sem precedentes, a milhões e dezenas de milhões de homens atemorizados, oprimidos, iludidos e enganados pela burguesia. Como consequência da ruína mundial, resultado da guerra, vê-se crescer, pois, uma crise revolucionária mundial que, por mais longas e duras que sejam as vicissitudes que atravesse, não poderá terminar de outra forma que não seja a revolução proletária e a sua vitória.

O Manifesto de Basileia da II Internacional que, em 1912 fez uma caracterização precisamente acerca da guerra que haveria de iniciar em 1914, e não da guerra em geral (nem todas as guerras são iguais, existem também guerras revolucionárias), ficou

como um monumento que denuncia toda a vergonhosa falência, toda o renegar dos heróis da II Internacional.

Por isso incluo esse Manifesto como apêndice à presente edição, chamando mais uma vez a atenção dos leitores para o fato de que os heróis da II Internacional evitem, cuidadosamente, todas as passagens do Manifesto que falam com precisão, de maneira clara e direta, da relação entre esta guerra eminente e a revolução proletária, com o mesmo cuidado com o ladrão evita o lugar onde cometeu o roubo.

IV

Prestamos neste livro uma especial atenção à crítica do "kautskismo", corrente ideológica internacional que em todos os países do mundo representada pelos "teóricos mais eminentes", chefes da II Internacional (Otto Bauer e Cia. na Áustria; Ramsay MacDonald e outros na Inglaterra; Albert Thomas em França, etc., etc.) e um número infinito de socialistas, de reformistas, de pacifistas, de democratas burgueses e de padres.

Essa corrente ideológica é, por um lado, o produto da decomposição, da putrefação, da II Internacional, e, por outro, o fruto inevitável da ideologia dos pequeno-burgueses, que em todo o ambiente tornaram-se prisioneiros dos preconceitos burgueses e democráticos.

Em Kautsky e seus congêneres tais concepções expressam precisamente a abjuração completa dos fundamentos revolucionários do marxismo que esse autor defendeu durante dezenas de anos, sobretudo, diga-se de passagem, na luta contra o oportunismo socialista (de Bernstein, Millerand, Hyndman, Gompers,

etc.). Por isso não é obra do acaso que os "kautskistas" de todo o mundo se tenham unido hoje, no terreno da política prática, aos oportunistas extremos (através da II Internacional, ou Internacional. amarela) e aos governos burgueses (através dos governos de coligação burgueses com participação de socialistas).

O movimento proletário revolucionário, em geral, e o movimento comunista, em particular, que crescem no mundo inteiro, não podem dispensar a análise e o desmascaramento dos erros teóricos do "kautskismo". E isto é tanto mais necessário quanto o pacifismo e a "democracia" em geral - que de forma alguma aspiram ao marxismo, mas que, exatamente como Kautsky e Cia., dissimulam a profundidade das contradições do imperialismo e o caráter inevitável da crise revolucionária que ele engendra – ainda são correntes que se encontram extraordinariamente espalhadas no mundo inteiro. A luta contra estas correntes é uma necessidade para o partido do proletariado, que deve arrancar da burguesia os pequenos proprietários que ela engana e os milhões de trabalhadores cujas condições de vida são mais ou menos pequeno-burguesas.

V

É necessário dizer algumas palavras acerca do capítulo VIII: "O Parasitismo e a Decomposição do Capitalismo". Como já dissemos no livro, Hilferding, antigo "marxista", atualmente companheiro de armas de Kautsky e um dos principais representantes da política burguesa, reformista, no seio do Partido Social-Democrata Independente da Alemanha, deu nesta questão um passo atrás relativamente ao inglês Hobson, pacifista e reformista declarado. A ruptura internacional no conjunto do movimento

operário já se manifestou inteiramente nos nossos dias (II e III Internacionais). A luta armada e a guerra civil entre as duas tendências é também um fato evidente: na Rússia, o apoio dado a Koltchak e Deníkine pelos mencheviques e pelos "socialistas-revolucionários" contra os bolcheviques; na Alemanha, os partidários de Scheidemann, Noske e Cia. ao lado da burguesia contra os spartakistas; e o mesmo na Finlândia, na Polônia, na Hungria, etc. Onde está a base econômica deste fenômeno histórico universal?

Encontra-se precisamente no parasitismo e na decomposição do capitalismo, inerentes à sua fase histórica superior, quer dizer, ao Imperialismo. Como demonstramos neste livro, o capitalismo assegurou agora uma situação privilegiada a um punhado (menos da décima parte da população da Terra, ou, calculando de um modo muito exagerado, menos de um quinto) de países particularmente ricos e poderosos, que pilham o mundo inteiro com um simples "corte de cupões". A exportação de capitais obtinha rendimentos de oito a dez mil milhões de francos por ano, de acordo com os preços de antes da guerra e segundo as estatísticas burguesas de então. Hoje, naturalmente, a cifra é muito maior.

É evidente que este gigantesco super lucro (visto ser obtido para além do lucro que os capitalistas extraem aos operários do seu país) permite corromper os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária. Os capitalistas dos países "avançados" os subornam efetivamente, e o fazem de mil e uma maneiras, diretas e indiretas, abertas e camufladas.

Essa camada de operários aburguesados ou de "aristocracia operária", inteiramente pequeno- burgueses pelo seu

gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção de mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, nos nossos dias, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Com efeito, eles são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, capatazes-operários da classe dos capitalistas ("labor lieutenants of the capitalist class"), verdadeiros propagandistas do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos "versalheses" contra os "communards".

Sem se compreender as raízes econômicas deste fenômeno, sem ter conseguido ver a sua importância política e social, é impossível dar o menor passo para o cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social que se avizinha.

O imperialismo é o prelúdio da revolução social do proletariado. Após 1917 isto ficou confirmado à escala mundial.

N. Lenine

6 de julho de 1920.

Durante os últimos quinze ou vinte anos, sobretudo depois da guerra hispano-americana (1898) e anglo-boer (1899-1902), a literatura econômica, bem como a política, do Velho e do Novo Mundo, utiliza cada vez mais o conceito de "imperialismo" para caracterizar a época que atravessamos. Em 1902, apareceu em Londres e Nova Iorque uma obra do economista inglês J. A. Hobson intitulada *O Imperialismo*. O autor, que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses, ponto de vista que coincide, no fundo, com a posição atual do ex-marxista K. Kautsky, faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo. Em 1910, publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding: *O Capital Financeiro*. Apesar do erro do autor quanto à teoria do dinheiro e de certa tendência para conciliar o marxismo com o oportunismo, esta obra constitui uma análise teórica extremamente valiosa da "fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo", tal como denomina o subtítulo do livro de Hilferding.

O que se disse acerca do imperialismo, nestes últimos anos, sobretudo no imenso número de artigos publicados em jornais e revistas, assim como nas resoluções tomadas, por exemplo, nos Congressos de Chemnitz e de Basiléia, realizados no Outono de 1912,

nunca saiu do círculo das ideias expostas, ou, melhor dizendo, resumidas, pelos dois autores nos trabalhos mencionados.

Nas páginas que seguem, procuraremos expor sumariamente, da forma mais simples possível, os laços e as relações existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo. Não nos deteremos, por muito que ele o mereça, no aspecto não econômico do problema. Quanto às referências bibliográficas e outras notas que nem a todos os leitores interessariam, serão dadas no final da brochura.

I. A CONCENTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OS MONOPÓLIOS

O enorme desenvolvimento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção, em empresas cada vez maiores, constituem uma das características mais marcantes do capitalismo. As estatísticas industriais modernas fornecem os dados mais completos e precisos sobre esse processo.

Na Alemanha, por exemplo, em cada mil empresas industriais, em 1882, três eram grandes empresas, isto é, empregavam mais de 50 operários assalariados; em 1895 eram seis, e nove em 1907. De cada cem operários correspondiam-lhes, respectivamente, uma percentagem de lucro de 22, 30 e 37. Mas a concentração da produção é muito mais intensa do que a dos operários, pois o trabalho nas grandes empresas é muito mais produtivo, como mostram os dados relativos às máquinas a vapor e aos motores elétricos. Se considerarmos o que na Alemanha se

chama indústria, no sentido lato desta palavra, quer dizer, incluindo o comércio, os transportes, etc., obteremos o seguinte quadro: grandes empresas, de um total de 3.265.623, o número de grandes empresas é de 30.588, isto é, apenas 0,9 %. Nelas estão empregados 5,7 milhões operários, num total de 14,4 milhões, isto é, 39,4 %; elas consomem 6,6 milhões de cavalos-vapor para um total de 8,8 milhões, ou seja, 75,3 %; e 1,2 milhões de quilowatts de energia elétrica, para um total de 1.500.000, ou seja, 77,2 %.

Menos da centésima parte das empresas utilizam mais de 3/4 da quantidade total de força motriz a vapor e elétrica! Aos 2,97 milhões de pequenos estabelecimentos (até 5 operários assalariados), que constituem 91% do total de empresas, utilizam apenas 7% da energia elétrica e a vapor! Dezenas de milhares de grandes empresas são tudo; milhões de pequenas empresas não são nada.

Em 1907 existiam na Alemanha 586 estabelecimentos com 1.000 ou mais operários. Empregavam quase a décima parte (1,38 milhões) do número total de operários e quase um terço (32 %) do total de energia elétrica e a vapor[1], tomadas em conjunto. O capital-dinheiro e os bancos, como veremos, tornam ainda mais esmagadora essa superioridade de um punhado de grandes empresas, e isto no sentido mais literal da palavra, isto é, no sentido de que milhões de pequenos, médios, e até uma parte dos grandes "patrões", encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de financistas milionários.

Em outro país avançado do capitalismo contemporâneo, os Estados Unidos da América do Norte, o aumento

---

[1] Números dos *Annalen des deutschen Reichs*, 1911, Zahn.

da concentração da produção é ainda mais intenso. Neste país, a estatística considera à parte a indústria, no sentido restrito da palavra, e agrupa os estabelecimentos de acordo com o valor da produção anual. Em 1904, havia 1900 grandes empresas (num total de 216.180, isto é, 0,9 %), cada uma produzindo o valor de um milhão de dólares ou mais! Estas empresas empregavam 1,4 milhões de operários (num total de 5,5 milhões, ou seja, 25,6 %), e tinham um volume de produção de 5,6 bilhões (em 14,8 bilhões, ou seja, 38%). Cinco anos mais tarde, em 1909, os números correspondentes eram: 3.060 empresas (num total de 268.491, isto é, 1,1%) empregando 2 milhões de operários (num total de 6,6 milhões, isto é, 30,5%) e 9 bilhões de produção anual (em 20,7 bilhões, isto é, 43,8%)[2].

Quase metade da produção global de todas as empresas do país nas mãos de uma centésima parte do total das empresas! E essas 3.000 empresas gigantescas abarcam 258 ramos da indústria. Daqui se infere claramente que, ao chegar a um determinado grau do seu desenvolvimento, a concentração por si mesma, por assim dizer, conduz diretamente ao monopólio, visto que, para umas quantas dezenas de empresas gigantescas, é muito fácil chegarem a acordo entre si e, por outro lado, as dificuldades da concorrência e a tendência para o monopólio nascem precisamente das grandes proporções das empresas. Esta transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes - para não dizer o mais importante - da economia do capitalismo dos últimos tempos. É necessário, portanto, que nos detenhamos e a estudemos mais em pormenor. Mas antes disso devemos eliminar um possível mal-entendido.

---

[2] Statistical Abstract of the United States, 1912, p. 202.

A estatística americana informa: 3.000 empresas gigantescas em 250 ramos industriais. Isso parece que daria apenas meia dúzia de grandes empresas para cada ramo da produção.

Mas não é assim. Nem todos os ramos da indústria possuem grandes empresas; por outro lado, uma particularidade extremamente importante do capitalismo, chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento, é a chamada *integração*, isto é, a reunião numa única empresa de diferentes ramos da indústria que possam abranger fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou que desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (por exemplo, a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.).

“A integração” - diz Hilferding – “elimina as diferenças de conjuntura e garante, também, à empresa combinada uma taxa de lucro mais estável. Em segundo lugar, a integração conduz à eliminação do comércio. Em terceiro lugar, permite o aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, a obtenção de lucros suplementares em comparação com as empresas 'simples' (isto é, não integradas). Em quarto lugar, na luta de concorrência que se desencadeia durante as fortes depressões (dificuldade nos negócios, crise), quando a queda dos preços das matérias-primas não acompanha a baixa dos preços dos artigos manufaturados, ela fortalece a posição da empresa integrada em confronto com a da empresa ‘simples’.”[3]

[3] O Capital Financeiro, pp.286-287, ed. em russo.

O economista burguês alemão Heymann, que consagrou uma obra à descrição das empresas "mistas", ou seja, integradas, na indústria siderúrgica alemã, diz: "As empresas simples perecem, esmagadas pelo preço elevado das matérias-primas e pelo baixo preço dos artigos manufaturados." Disso, resulta o seguinte: "Por um lado, mantém-se as grandes companhias hulhíferas com uma extração de carvão que atinge vários milhões de toneladas, solidamente organizadas no seu sindicato patronal do carvão; em seguida, estreitamente ligadas a elas, as grandes fundições de aço com o seu sindicato do aço. Estas empresas gigantescas, com uma produção de aço de 400.000 toneladas por ano, com uma extração enorme de minério de ferro e de hulha, com a sua produção de artigos de aço, com 10.000 operários alojados em barracões nos bairros operários, que contam por vezes com estradas de ferro e portos próprios, constituem os típicos representantes da indústria siderúrgica alemã. E a concentração continua avançando sem cessar. As diferentes empresas se tornam cada dia mais importantes; cada vez é maior o número de estabelecimentos de um ou vários ramos da indústria que se agrupam em empresas gigantescas, apoiadas e dirigidas por meia dúzia de grandes bancos berlinenses. No que se refere à indústria mineira alemã, foi demonstrada a correção da doutrina de Karl Marx sobre a concentração; é verdade que isto se refere a um país no qual a indústria se encontra defendida por direitos alfandegários protecionistas e pelas tarifas de transporte. A indústria mineira Alemã está madura para a expropriação."[4]

Tal é a conclusão a que teve de chegar um economista burguês consciencioso, o que é uma exceção. Note-se que ele parece

---

[4] Hans Gideon Heymann, *Die gemischten Werke im deutschen Grosseisengewerbe*, Stuttgart, 1904, S.256,278-279.

considerar a Alemanha como um caso especial, em consequência da proteção da sua indústria por elevadas tarifas alfandegárias. Mas tal circunstância apenas permitiu acelerar a concentração e a constituição de associações monopolistas patronais, cartéis, sindicatos, etc. É de extraordinária importância constatar que no país do livre câmbio, a Inglaterra, a concentração também conduz ao monopólio, ainda que um pouco mais tarde e talvez com outra forma. Eis o que escreve o Prof. Hermann Levy, sobre monopólios, cartéis e trustes, estudo especial feito com base nos dados relativos ao desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha: “Na Grã-Bretanha é a grandeza das empresas e o seu elevado nível técnico que originam a tendência para o monopólio. Por um lado, a concentração determinou a necessidade do emprego de enormes capitais nas empresas; e, além disso, a criação de novas empresas se deparam com exigências cada vez mais elevadas no que respeita ao volume de capital necessário, o que dificulta o seu aparecimento. Mas, por outro lado (e este ponto nos parecer ser o mais importante), cada nova empresa que queira se manter no nível das grandes empresas, criadas pela concentração, deve fornecer uma tal quantidade de excedente de mercadorias, que a sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário da procura, pois, caso contrário, essa abundância de produtos faz baixar os preços a um nível desvantajoso para a nova fábrica e para as associações monopolistas.” Na Inglaterra, as associações monopolistas de empresários – os cartéis e trustes – não surgem, na maior parte dos casos, diferentemente dos outros países, nos quais os direitos protecionistas facilitam a cartelização – senão quando o número das principais empresas concorrentes se reduz a “umas duas dúzias”. “Na

grande indústria, a influência da concentração na formação dos monopólios mostra-se com uma clareza cristalina”.[5]

Há meio século, quando Marx escreveu O Capital, a livre concorrência era, para a maioria dos economistas, uma “lei natural”. A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio se tornou um fato. Os economistas publicam montanhas de livros em que descrevem as diferentes manifestações do monopólio e continuam a declarar em coro que “o marxismo está refutado”. Mas os fatos são teimosos - como afirma o provérbio inglês - e quer o queiramos ou não, é preciso tê-los em conta. Os fatos demonstram que as diferenças entre os diversos países capitalistas, por exemplo no que se refere ao protecionismo ou ao livre câmbio, apenas trazem consigo diferenças não essenciais quanto à forma dos monopólios ou ao momento do seu aparecimento, enquanto que o aparecimento do monopólio, como consequência da concentração da produção, é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo.

No que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante precisão o momento em que o novo capitalismo veio substituir definitivamente o velho: em princípios do século XX. Acerca da história da “formação dos monopólios”, em recente obra de compilação lê-se o que segue:

---

[5] S. Hermann Levy, *Monopole, Kartelle und Trusts*, Jena, 1909, S. 286, 290, 298.

"A época anterior a 1860 pode dar-nos alguns exemplos de monopólios capitalistas; podem-se descobrir ai os germes das formas que são tão familiares na atualidade; mas tudo isso percente indiscutivelmente a época pré-histórica dos cartéis. O verdadeiro começo dos monopólios contemporâneos situa-se, no máximo, na década de 1860. O primeiro período importante do seu desenvolvimento começa com a depressão internacional da indústria na década de 1870 e prolonga-se até princípios da última década do século." "Se examinarmos a questão no que se refere à Europa, a livre concorrência alcança o ponto culminante de desenvolvimento nos anos de 1860 a 80. Por essa altura, a Inglaterra acabava de erguer a sua organização capitalista do velho estilo. Na Alemanha, esta organização iniciava uma investida decisiva contra a indústria artesanal e doméstica e começava a criar as suas próprias formas de existência."

"A grande viagem começa com o *crack* de 1873, ou, mais exatamente, com a depressão que se lhe seguiu e que - com uma interrupção quase imperceptível em princípios da década de 1880 e com uma expansão extraordinariamente vigorosa, mas breve, por volta de 1889 - abarcando vinte e dois anos da história econômica da Europa." Durante o breve período de ascenso, de 1889 e 1890, foram utilizados em grande escala os cartéis para aproveitar a conjuntura. Uma política irrefletida fez subir os preços ainda com maior rapidez e em maiores proporções do que teria acontecido sem os cartéis, e quase todos esses cartéis pereceram ingloriamente, enterrados 'no fosso do *crack*'. Decorreram outros cinco anos de maus negócios e preços baixos, mas na indústria já não reinava o estado de espírito anterior. A depressão não era mais considerada uma coisa natural,

mas, simplesmente, uma pausa antes de uma nova conjuntura favorável.”

“O movimento de formação dos cartéis entrou na sua segunda fase. De fenômeno passageiro, os cartéis tornaram-se uma das bases de toda a vida econômica; conquistaram, um após outro, os setores industriais e, em primeiro lugar, o da transformação de matérias-primas. Em princípios da década de 1890, ao construírem o sindicato do coque, que serviu de modelo à organização do sindicato do carvão, elaboraram uma tal técnica dos cartéis que, no fundamental, não foi ultrapassada. O grande progresso de fins do século XIX e a crise de 1900 a 1903, pelo menos na que se refere às indústrias mineira e siderúrgica, pela primeira vez decorreram inteiramente sob o signo dos cartéis. Se na época isso parecia ainda algo de novo, atualmente é uma verdade evidente para a opinião pública que grandes setores da vida econômica são, regra geral, subtraídos à livre concorrência.[6]

Assim, os principais períodos da história dos monopólios pode se resumir do seguinte modo:

1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis.

2) Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório.

---

[6] Th. VogeIstein, *Die finanzielle Organisation der Kapitalistischen Industrie und die MonopoIbildungen*, in *Grundriss der Sozialökonomik*, VI Abr, Tübingen, 1914. Ver do mesmo autor *Organisationsformen der Eisenindustrie und der Textilindustrie in England und Amerika*, Bd. I, Leipzig, 1910.

3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.

Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados entre si. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas, etc.

Na Alemanha o número de cartéis era de aproximadamente 250 em 1896 e de 385 em 1905, abarcando cerca de 12.000 estabelecimentos[7]. Mas todos reconhecem que estes números são inferiores à realidade. Os dados já referidos da estatística da indústria alemã de 1907, que citamos anteriormente, mostram também que esses 12.000 grandes estabelecimentos concentram seguramente mais de metade de toda a força motriz, do vapor e elétrica, do país. Nos Estados Unidos da América do Norte, o número de *truste s* era de 185 em 1900 e de 250 em 1907. A estatística americana divide todas as empresas industriais em empresas pertencentes a indivíduos, a sociedades e a corporações. A estas últimas pertenciam, em 1904, 23,6%, e, em 1909, 25,9 %, isto é, mais da quarta parte do total das empresas. Elas empregavam 70,6 % dos operários em 1904, e 75,6 % em 1909, isto é, três quartas partes do total. O valor da produção era, respectivamente, de 10,9 e 16,3 bilhões de dólares, ou seja, 73,7 % e 79 % do total.

---

[7] Dr. Riesser, *Die deutschen Grossbanken und ibre Konzentration im Zusammenhange mit der Entwicklung der Gesamtwirtschaf in Deutschand*, 4 Aufl, 1912, S. 149; R Liefmann, *Kartelle und Trusts und die Weiterbildung der volkswirtschaftlichen Organisation*, 2 Aufl, 1910, S.25.

Não raro os cartéis e trustes concentram frequentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado ramo da industria. O sindicato do carvão da Renânia-Vestefália, quando da sua constituição, em 1893, concentrava 86,7 % de toda a produção de carvão daquela bacia, e em 1910 dispunha já de 95,4%[8]. O monopólio assim criado assegura lucros enormes e conduz à criação de unidades técnicas de produção de proporções imensas. O famoso truste e do petróleo dos Estados Unidos (*Standard Oil Company*) foi fundado em 1900. "O seu capital era de 150 milhões de dólares. Foram emitidas ações ordinárias no valor de 100 milhões de dólares e ações privilegiadas no valor de 106 milhões de dólares. Estas últimas auferiram os seguintes dividendos no período de 1900 a 1907: 48%, 48%, 45%, 44%, 36%, 40%, 40% e 40%, ou seja, um total de 367 milhões de dólares. De 1882 a 1907 foram obtidos 889 milhões de dólares de lucros líquidos, dos quais 606 milhões foram distribuídos a título de dividendos e o restante passou a capital de reserva."[9] "No conjunto das empresas do truste do aço (*United States Steel Corporation*) trabalhavam, em 1907, pelo menos 210.180 operários e empregados. A mais importante empresa da indústria alemã, a Sociedade Mineira de Gelsenkirchen (*Gelsenkirchener Bergwerksgesellschaft*), dava trabalho, em 1908, a 46.048 operários e empregados"[10]. Em 1902, o truste do aço produzia já 9 milhões de toneladas[11]. Em 1901 a sua

---

[8] Dr. Fritz Kestner, *Der Organisationszwang. Eine Untersuchung über die Kämpfezwischen Kartellen und Aussenseitern*, Berlim, 1912, S. 11.

[9] R. Liefmann, *Beteiligungs - und Finanzierungsgesellschaften. Eine Studie über den modern Kapitalismus und das Effektenwesen*, 1.ª ed, Jena, 1909, S. 212.

[10] Ibid, S. 218.

[11] Dr. S. Tschierschky, *Kartell und Trust, Göttingen*, 103, S. 13.

produção constituía 66,3%, e 56,1% em 1908, da produção total de aço dos Estados[12]. A porcentagem de sua extração de minério de ferro elevou-se de 43,9% e 46,3%, respectivamente.

O relatório da comissão governamental americana sobre os trustes declara: "A grande superioridade dos trustes sobre os seus concorrentes baseia-se nas grandes dimensões das suas empresas e no seu notável equipamento técnico. O truste do tabaco, desde o dia da sua fundação, consagrou todos os seus esforços a substituir, em todo o lado, e em grande escala, o trabalho manual pelo trabalho mecânico. Com este objetivo adquiriu todas as patentes que tivessem qualquer relação com a preparação do tabaco, investindo nisso somas enormes. Muitas patentes foram inutilizáveis no seu estado original, e tiveram de ser modificadas pelos engenheiros que se encontravam ao serviço do truste. Em fins de 1906 foram criadas duas sociedades filiais com o único objetivo de adquirir patentes e montar as suas próprias fundições, as suas fábricas de maquinaria e as suas oficinas de reparação. Um dos referidos estabelecimentos, o de Brooklyn, emprega, em média, 300 operários; nele se experimentam e se aperfeiçoam os inventos relacionados com a produção de cigarros, pequenos charutos, rapé, papel de estanho para as embalagens, caixas, etc.[13] "Há outros trustes que empregam os chamados *developping engineers* (engenheiros encarregados do desenvolvimento técnico), cuja missão consiste em inventar novos processos de produção e experimentar inovações técnicas. O truste do aço concede aos seus engenheiros e operários

---

[12] Th. Vogelstein, *Organisationsformen*, S. 275.

[13] *Report of the Commissioner of Corporations on the Tobacco Industry*, Washington, 1909, p. 266. Extraído do livro do Dr. Paul Tafel *Die nordamerikanischen Trusts und ibre Wirkungen auf den Fonschritt der Technik,* Stuttgart, 1913, S. 48.

prêmios importantes pelos inventos susceptíveis de aperfeiçoar a técnica ou reduzir os custos.[14]

O aperfeiçoamento técnico na grande indústria alemã está organizado do mesmo modo, principalmente na indústria química que se desenvolveu em proporções gigantescas durante as últimas décadas. Já a partir de 1908, o processo de concentração da produção tinha dado origem, na referida indústria, a dois "grupos" principais, que, cada um à sua maneira, foram evoluindo para o monopólio. Inicialmente, esses grupos constituíam "duplas alianças" de dois pares de grandes fábricas com um capital de 20 a 21 milhões de marcos cada uma: por um lado, as antigas fábricas Meister, em Höchst, e a de Cassella, em Frankfurt-sur-le-Maine, por outro, a fábrica de anilina e soda de Ludwigshafen e a antiga fábrica Bayer, em Elberfeld. Um dos grupos em 1905 e o outro em 1908 concluíram acordos, cada um por seu lado, com outra grande fábrica. Daí resultaram duas "triplas alianças" cada uma com um capital de 40 a 50 milhões de marcos, que começaram uma "aproximação" e entendimento sobre "convênios", sobre os preços, etc.[15]

A concorrência transforma-se em monopólio. Daí resulta um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o desenvolvimento dos inventos e os aperfeiçoamentos técnicos.

Já não se trata, de modo algum, da antiga livre concorrência entre patrões dispersos que se não conheciam e que produziam para um mercado desconhecido. A concentração chegou a

---

[14] Ibid, S. 48-49.

[15] Riesser, Ob. cit., pp. 547 e segs. da 3.ª edição. Os jornais dão conta (junho de 1916) da constituição de um novo trust gigantesco da indústria química da Alemanha.

tal ponto que se pode fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazigos de minérios de ferro) de um país, e ainda, como veremos, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também criam-se associações monopolistas gigantescas que se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado e estes grupos "partilham" entre si, por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação - as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – estão nas mãos dos monopólios. O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção torna-se social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência é mantido nominalmente, e o jugo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável.

O economista alemão Kestrier consagrou uma obra especial à "luta entre os cartéis e os *outsiders*", quer dizer, os empresários que não fazem parte dos cartéis. Intitulou essa obra *"Da Coação à Organização"*, ainda que, bem entendido, tivesse sido obrigado, para não exaltar o capitalismo, a falar da coação e na subordinação às associações monopolistas. É esclarecedor lançar uma simples olhadela sobre os processos a a que as associações de

monopolistas travam na luta moderna, atual, civilizada, pela "organização":

1) privação de matérias-primas ("...um dos processos essenciais para obrigar a entrar no cartel");

2) privação de mão-de-obra mediante "alianças" (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas);

3) privação dos meios de transporte;

4) fechamento de mercados;

5) acordo com os compradores, pelos quais estes se comprometem a manter relações comerciais unicamente com os cartéis;

6) diminuição sistemática dos preços (com o objetivo de arruinar os "estranhos", isto é, as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se milhões durante um certo tempo para vender a preços inferiores ao do custo: na indústria da gasolina deram-se casos de redução de preço de 40 para 22 marcos, quer dizer, quase metade!);

7) privação de créditos;

8) boicote.

Já não se trata, de modo algum, da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, entre empresas tecnicamente atrasados e estabelecimentos de técnica avançada. Encontramo-nos perante a asfixia, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se

submetem ao monopólio, ao seu jugo, à sua arbitrariedade. Eis como este processo se reflete na consciência de um economista burguês:

"Mesmo no terreno da atividade puramente econômica - escreve Kestner -, assiste-se a uma certa transformação da atividade comercial, tomada esta palavra em seu sentido anterior sentido, no de uma atividade organizadora e especulativa. Não é o comerciante que, valendo-se da sua experiência técnica e comercial, sabe determinar melhor as necessidades do comprador, encontrar e, por assim dizer, 'descobrir' a procura que se encontra em estado latente, aquele que consegue os maiores êxitos, mas o gênio (?!) especulativo que sabe calcular antecipadamente ou, pelo menos, pressentir, o desenvolvimento no terreno da organização, a possibilidade de se estabelecerem determinados laços entre as diferentes empresas e os bancos ..."

Traduzido em linguagem comum, isto significa que o desenvolvimento do capitalismo chegou a um tal ponto em que a produção de mercadores, se bem que continue "reinando" como antes, e seja considerada a base de toda a economia, na realidade ela encontra-se desacreditada e os lucros principais vão para os "gênios" das maquinações financeiras. Na base destas maquinações e destas trapaças encontra-se a socialização da produção; mas o imenso progresso da humanidade, que chegou a essa socialização, beneficia... os especuladores. A propósito desta base, veremos mais adiante como a reacionária a crítica pequeno-burguesa do imperialismo capitalista sonha com um retorno à concorrência "livre", "pacífica" e "honesta".

"A subida contínua dos preços, resultado da formação dos cartéis, diz Kestner, só se verificou até agora nos principais

meios de produção, sobretudo na hulha, no ferro e na potassa; pelo contrário, nunca se verificou nunca nos artigos manufaturados. O aumento dos lucros motivado por esse fenômeno também encontra-se limitado à indústria dos meios de produção. A esta observação é preciso acrescentar que na indústria de transformação das matérias-primas (e não de produtos semimanufaturados) a constituição de cartéis não só levou à obtenção de vantagens sob a forma de lucros elevados, em prejuízo das indústrias dedicadas à transformação dos produtos semimanufaturados, mas adquiriu sobre esta última uma certa relação de dominação que não existia sob a livre concorrência."[16]

A palavra que sublinhamos mostra o fundo da questão, que os economistas burgueses reconhecem raramente e de má vontade, a estes somam-se os defensores atuais do oportunismo, com Kautsky à cabeça, e que tanto se empenham em não ver e em silenciar. As relações de dominação e a violência a ela ligada, eis o que é típico da "fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo", eis o que inevitavelmente tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios econômicos todo-poderosos.

Citemos outro exemplo do domínio exercido pelos cartéis. Onde é possível apoderar-se de todas ou das mais importantes fontes de matérias-primas, o aparecimento de cartéis e a constituição de monopólios é particularmente fácil. Mas seria totalmente errado pensar que os monopólios não surgem também noutros ramos industriais onde a apropriação das fontes de matérias-primas é impossível. A indústria do cimento encontra matéria-prima em toda a parte. Não obstante, também esta indústria

[16] Kenner, Ob. cit., p. 254.

está muito cartelizada na Alemanha. As fábricas agruparam-se em sindicatos regionais: o da Alemanha do Sul, o da Renânia-Vestefália, etc. Os preços são de monopólio: de 230 a 280 marcos por vagão, quando o custo de produção é de 180 marcos! As empresas pagam dividendos de 12 % a 16 %; não esquecer também que os "gênios" da especulação contemporânea sabem canalizar grandes lucros para os seus bolsos, além daqueles que repartem sob a forma de dividendos. Para eliminar a concorrência numa indústria tão lucrativa, os monopolistas valem-se das mais diversas artimanhas: espalham boatos sobre a má situação da indústria; publicam nos jornais anúncios anônimos: "Capitalistas: evitais colocar os vossos capitais na indústria do cimento!"; por último, compram as empresas dos "*outsiders*" (quer dizer, dos que não fazem parte dos sindicatos) pagando 60, 80 e 150 mil marcos de "indenização"[17]. 0 monopólio abre caminho em toda a parte, valendo-se de todos os meios, desde o pagamento de uma "modesta" indenização até o "recurso" à maneira americana de dinamitagem do concorrente.

A supressão das crises pelos cartéis, eis a fábula dos economistas burgueses que põem todo o seu empenho em embelezar o capitalismo. Pelo contrário, o monopólio criado em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de todo o sistema da produção capitalista no seu conjunto. Acentua-se ainda mais a desproporção entre o desenvolvimento da agricultura e o da indústria, desproporção que é caraterística do capitalismo em geral. A situação privilegiada da indústria mais cartelizada, a que se chama indústria pesada, particularmente a do carvão e do ferro, determina nos demais ramos da indústria "a ausência ainda maior de coordenação", como reconhece Jeidels, autor de um dos melhores

---

[17] L. Eschwege, "Zement", em *Die Bank*, 1909, 1, pp. 115 e segs.

trabalhos sobre "as relações entre os grandes bancos alemães e a indústria"[18].

"Quanto mais desenvolvida se encontra uma economia nacional" - escreve Liefmann, defensor descarado do capitalismo - "mais ela se volta para empreendimentos arriscados ou que se situam no estrangeiro, para as que exigem longo tempo para o seu desenvolvimento ou finalmente as que apenas têm uma importância local."[19] O aumento do risco implica, ao fim e ao cabo, o aumento gigantesco de capital que, por assim dizer, transborda e corre para o estrangeiro, etc. Ao mesmo tempo, o progresso extremamente rápido da técnica, engendra cada vez mais elementos de desproporção entre as diferentes partes da economia nacional, elementos de caos e de crise. Este mesmo Liefmann é obrigado a reconhecer que "Provavelmente a humanidade assistirá num futuro próximo a novas e grandes revoluções no domínio da técnica, que farão sentir também os seus efeitos sobre a organização da economia nacional... a eletricidade, a aviação..." "Habitualmente nestes períodos de radicais transformações econômicas assiste-se ao desenvolvimento de uma forte especulação..."[20]

E, por seu turno, as crises (as crises de toda a espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas) aumentam em fortes proporções a tendência para a concentração e para o monopólio. Eis algumas reflexões extraordinariamente elucidativas de Jeidels sobre o significado da crise de 1900, a qual, como se sabe, foi um ponto de viragem na história dos monopólios modernos:

---

[18] Jeidels, *Das Verbältnis der deutschen Grossbanken zur Industrie mit besonderer Berücksichtigung der Eisenindustrie*, Leipzig, 1905, S. 271.

[19] Liefmann, Beteiligungs - etc. Ges., S. 434.

[20] Ibidem, S. 465-466.

“No momento em que se iniciou a crise de 1900, ao lado de gigantescas empresas nos ramos principais da indústria, existiam ainda muitos estabelecimentos com uma organização antiquada segundo o critério atual, ‘estabelecimentos simples' (isto é, não combinados), que se tinham elevado sobre a onda do ascenso industrial. A baixa dos preços e a diminuição da procura levaram essas empresas 'simples' a uma situação calamitosa que as gigantescas empresas combinadas ou não conheceram ou apenas conheceram durante um brevíssimo período. Eis a razão pela qual a crise de 1900 provocou uma concentração industrial em proporções incomparavelmente maiores do que a de 1873, a qual tinha efetuado também uma certa seleção das melhores empresas, se bem que, dado o nível técnico de então, esta seleção não tivesse conduzido ao monopólio as empresas que tinham saído vitoriosas da crise. É precisamente desse monopólio persistente e em alto grau que gozam as empresas gigantescas, das indústrias siderúrgica e elétrica atuais, graças ao seu equipamento técnico muito complexo, à sua extensa organização e ao poder do seu capital, e depois, em menor grau, também as empresas de construção de maquinaria, de determinados ramos da indústria metalúrgica, das vias de comunicação, etc.)[21]

Monopólio, eis a última palavra da “mais recente fase de desenvolvimento do capitalismo”. Mas se não levarmos em consideração o papel dos bancos, apenas teremos uma noção extremamente insuficiente, incompleta, reduzida, do efetivo poderio e do papel dos monopólios.

---

[21] Jeidels, Ob.cit., S.108.

II. OS BANCOS E SEU NOVO PAPEL

A função fundamental e inicial dos bancos é a de intermediários nos pagamentos. Realizando-a eles convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital criador de lucro, e reunindo toda as diversas espécies de rendimentos em dinheiro, coloca-os à disposição da classe capitalista.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração dos bancos.

No exercício de 1907-1908, os depósitos de todas as sociedades anônimas bancárias da Alemanha que possuíam um capital de mais de um milhão de marcos eram de 7,0 bilhões de marcos; no exercício de 1912-1913 tinham subido para 9,80 bilhões. Um aumento de 40 % em cinco anos, com a particularidade que, desses 2,80 bilhões de aumento, 2,75 bilhões correspondiam a 57 bancos com um capital de mais de 10 milhões de marcos. A distribuição dos depósitos entre os bancos grandes e pequenos era a seguinte[1]:

PERCENTAGEM DE TODOS OS DEPÓSITOS

Anos	*Nos 9 grandes bancos berlinenses*	*Nos 48 bancos restantes com capital superior a 10 milhões de marcos*	*Nos 115 bancos com capital de 1 a 10 milhões*	*Nos bancos pequenos (com menos de 1 milhão)*
1907-1908	47	32,5	16,5	4
1912-1913	49	36	12	3

Os pequenos bancos são esmagados pelos grandes, nove dos quais concentram quase metade de todos os depósitos. E aqui ainda não se têm em conta muitos elementos, por exemplo a transformação de numerosos pequenos bancos em simples sucursais dos grandes, etc.. Disso trataremos mais adiante.

Em fins de 1913, Schulze-Gaevernitz calculava os depósitos dos 9 grandes bancos berlinenses em 5.100 milhões de marcos para um total de cerca de 10.000 milhões. Tomando em consideração não só os depósitos mas todo o capital bancário, esse mesmo autor escrevia: "Em fins de 1909, os nove grandes bancos berlinenses, contando com os bancos a eles ligados, controlavam

[1] Alfred Lansburgh, *Fünf jahre d. Bankwesen - Die Bank*, 1913, n." 8, S. 728

11.300 milhões de marcos, isto é, cerca de 83 % de todo o capital bancário alemão. O Banco Alemão (Deutsche Bank), que controla, contando com os bancos a ele ligados, cerca de 3.000 milhões de marcos, representa, ao lado da administração prussiana das estradas de ferro do Estado, a acumulação de capital mais considerável do Velho Mundo, com a particularidade de estar altamente descentralizada."[2]

Sublinhamos a referência aos bancos "ligados" porque se refere a uma das características mais importantes da concentração capitalista moderna. Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos, como os "incorporam", os subordinam, os incluem no "seu" grupo, no seu "consórcio" - segundo o termo técnico - por meio da "participação" no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc. O Professor Liefmann consagrou todo um volumoso "trabalho" de meio milhar de páginas à descrição das "sociedades de participação e financiamento" contemporâneas[3]; infelizmente, acrescenta reflexões "teóricas" de qualidade mais que inferior a um material em bruto, frequentemente mal digerido. Ao que conduz, do ponto de vista da concentração, este sistema de "participação", mostra-o melhor do que qualquer outra a obra do Sr. Riesser, "personalidade" do mundo das finanças, acerca dos grandes bancos alemães. Todavia, antes de examinarmos os seus dados, exporemos um exemplo concreto do sistema das "participações".

---

[2] SchuIze-Caevernitz, - *Die deutsche Kredábank -, em Grundriss der Sozialõkonomik*, Tüb. 1915, S. 12 e 137.

[3] R. Liefrnann, *Beteifiguns - und FinanzierungsgesellSchaften. Eine Studie über den modernen Kapitafismus und das Effiektesen,* 1. Aufl, jena, 1909, S. 212.

O “grupo” do Deutsche Bank é um dos mais importantes, senão o mais importante, dos grupos de grandes bancos. Para nos apercebermos dos laços principais que ligam entre si todos os bancos do grupo mencionado é necessário distinguirmos as “participações” de primeiro, segundo e terceiro grau, ou, o que dá no mesmo, a dependência (dos bancos mais pequenos em relação ao Banco Alemão) de primeiro, segundo e terceiro grau. Os resultados são os seguintes[4]:

		Dependência do 1o. Grau	***Dependência do 2o. Grau***	***Dependência do 3o. Grau***
o "Deustsche Bank" participa	permanentemente	Em 17 bancos	dos quais 9 participam noutros 34	dos quais 4 participam noutros 7.
	por tempo indeterminado	5		
	eventualmente	8	dos quais 5 participam noutros 48	dos quais 2 participam noutros 2.
TOTAL		Em 30 bancos	dos quais 14 participam noutros 48	dos quais 6 participam noutros 9.

Entre os oito bancos “dependentes de primeiro grau”, subordinados ao Banco Alemão “ocasionalmente”, figuram três bancos estrangeiros: um austríaco (a Sociedade Bancária - *Bankverein* - de Viena) e dois russos (o Banco Comercial Siberiano - *Sibírski Torgóvi Bank* e o Banco Russo de Comércio Externo - *Rússki Bank dliá Vnéchnei Torgóvii*). No total, fazem parte do grupo do Banco Alemão, direta ou indiretamente, parcial ou totalmente, 87 bancos, e o capital total, próprio ou alheio, que o grupo controla calcula-se em 2 ou 3 mil milhões de marcos.

---

4 Alfred Lansburgh, - *Das Beteiligungssystem im deunchen Bankwesen* -, Die Bank, 1901, I,S.500.

É evidente que um banco que se encontra à frente de um tal grupo e que se põe de acordo com meia dúzia de outros bancos, quase tão importantes como ele, para operações financeiras particularmente volumosas e lucrativas, tais como os empréstimos públicos, deixou já de ser um "intermediário") para se converter na aliança de um punhado de monopolistas.

Os dados seguintes de Riesser, que citamos de forma abreviada, mostram a rapidez com que nos fns do século XIX e princípios do século XX, se efetuou a concentração bancária na Alemanha:

SEIS GRANDES BANCOS BERLINENSES TINHAM

Anos	*Sucursais na Alemanha*	*Caixas de depósito e casas de câmbio*	*Participações constantes em sociedades anônimas bancárias alemãs*	*Total dos estabelecimentos*
1895	16	14	1	42
1900	21	40	8	80
1911	104	276	63	450

Estes dados permitem ver a rapidez com que cresce a apertada rede de canais que abarca todo o país, centraliza todos os capitais e rendimentos em dinheiro, converte milhares e milhares de empresas dispersas numa empresa capitalista única, nacional a princípio e mundial depois. A "descentralização" de que, na passagem que referimos acima, falava Schulze-Gaevernitz em nome da economia política burguesa dos nossos dias, consiste, na realidade, na subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas que antes eram relativamente "independentes", ou, para sermos mais exatos, eram localmente

limitadas. Deste modo, o que existe na realidade é centralização, um reforço do papel, da importância e do poder dos monopólios gigantes.

Esta rede bancária é ainda mais densa nos países capitalistas mais velhos. Na Inglaterra, incluída a Irlanda, em 1910 o número de sucursais de todos os bancos era de 7.151. Quatro grandes bancos tinham mais de 400 sucursais cada um (de 447 a 689); seguiam-se outros quatro, com mais de 200, e 11 com mais de 100.

Na França, os três bancos mais importantes, o *Crédit Lyonnais*, o *Comptoir National* e a *Société Générale* ampliaram as suas operações e a rede das suas sucursais do seguinte modo[5]:

ANOS	***Número de sucursais e de caixas***			***Capitais (em milhões de francos)***	
	Província	Paris	Total	Próprios	Alheios
1870	47	17	64	200	427
1890	192	66	258	265	1245
1909	1033	196	1229	887	4363

Para caracterizar as "relações" de um grande banco moderno, Riesser fornece dados sobre o número de cartas enviadas e recebidas pela Sociedade de Desconto (*Disconto-Gesellschaft*), um dos bancos mais importantes da Alemanha e de todo o mundo (o seu capital ascendia em 1914 a 300 milhões de marcos):

ANOS	***Número de cartas***	
	Recebidas	***Expedidas***
1852	6 135	6 292
1870	858 000	87 513
1900	533 102	626 043

[5] Eugen Kaufmann, *Das franzõsische Bankwesen*, Tüb., 1911, S. 356, 362.

No grande banco parisiense *Crédit Lyonnais*, o número de contas correntes, que em 1875 era de 28.535, passou em 1912[6] para 633.539.

Estes simples números mostram, talvez com maior evidência do que longos raciocínios, como a concentração do capital e o aumento do movimento dos bancos modificam radicalmente o papel e a importância desempenhado pelos bancos. Os capitalistas dispersos acabam por constituir um capitalista coletivo. Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc.

Acabamos de mencionar o capital de 300 milhões de marcos da Sociedade de Desconto de Berlim. Este aumento de capital da *Disconto-Gesellschaft* foi um dos episódios da luta pela hegemonia entre os dois bancos berlinenses mais importantes: o Banco Alemão e a Sociedade de Desconto. Em 1870, o primeiro, que então acabava de aparecer em cena, tinha um capital de 15 milhões, enquanto o do

---

[6] Jean Lescure, *L'épargne en France*, P., 1914, p. 52.

segundo se elevava a 30 milhões. Em 1908, o primeiro tinha um capital de 200 milhões; o do segundo era de 170 milhões. Em 1914, o primeiro elevou o seu capital para 250 milhões; o segundo, mediante a fusão com outro banco importantíssimo, a Aliança Bancária Schaffhausen, passou o seu capital para 300 milhões. E, naturalmente, esta luta pela hegemonia decorre paralelamente aos "acordos", cada vez mais frequentes e mais sólidos, entre os dois bancos. Eis as conclusões a que este desenvolvimento dos bancos suscita entre especialistas em questões bancárias que examinam os problemas econômicos de um ponto de vista que nunca ultrapassa os limites do reformismo burguês mais moderado e circunspecto:

"Outros bancos seguirão o mesmo caminho" - afirmava a revista alemã *Die Bank* a propósito da elevação do capital da Sociedade de Desconto para 300 milhões - e as trezentas pessoas que no momento atual regem os destinos econômicos da Alemanha ver-se-ão reduzidas, com o tempo, a 50, 25 ou menos ainda. Não há que esperar que o movimento moderno de concentração fique circunscrito aos bancos. As estreitas relações entre diferentes bancos conduzem também naturalmente à aproximação entre os sindicatos de industriais que estes bancos protegem... Um belo dia acordaremos e perante os nossos olhos espantados não haverá mais do que trustes, encontrar-nos-emos na necessidade de substituir os monopólios privados pelos monopólios de Estado. Contudo, na realidade, nada teremos de que nos censurar, a não ser o fato de termos deixado que a marcha das coisas decorresse livremente, um pouco acelerada pela ação."[7]

---

[7] Alfred Lansburgh, *"Dic Bank mit den 300 Milhonen", Die Bank*, 1914, 1, S. 426.

Eis aqui um bom exemplo da impotência do jornalismo burguês, do qual a ciência burguesa se distingue apenas por uma menor franqueza e pela tendência para ocultar o fundo das coisas, para esconder o bosque atrás das árvores. “Espantar-se” com as consequências da concentração, “fazer censuras” ao governo da Alemanha capitalista ou à “sociedade” capitalista (à “nossa”), temer a “aceleração” da concentração provocada pela introdução das ações, do mesmo modo que um especialista alemão “em cartéis”, Tschierschky, teme os trustes americanos e “prefere” os cartéis alemães, porque, segundo ele, não são tão susceptíveis “de acelerar, de forma tão excessiva como os trustes, o progresso técnico e econômico”[8], não será tudo isto prova de impotência?

Mas os fatos permanecem fatos. Na Alemanha não há trustes, há “apenas” cartéis, mas o país é dirigido quando muito por 300 magnatas do capital, e o seu número diminui incessantemente. Os bancos, em todo o caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e tomam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios.

“Os bancos criam, à escala social, a forma, mas nada mais que a forma, de uma contabilidade geral e de uma distribuição geral dos meios de produção” - escrevia Marx, há meio século, em O Capital (trad. rus., Livro III, parte II, p. 144). Os dados que reproduzimos, referentes ao aumento do capital bancário, do número de escritórios e sucursais dos bancos mais importantes e suas contas correntes, etc., mostram-nos concretamente essa “contabilidade geral” de toda a classe capitalista, e não só capitalista,

---

[8] S. Tschierschky, Ob. cit., S. 128.

pois os bancos recolhem, ainda que apenas temporariamente, os rendimentos em dinheiro de todo o gênero, tanto dos pequenos empresários como dos empregados, e de uma reduzida camada superior dos operários. A "distribuição geral dos meios de produção": eis o que surge, do ponto de vista formal, dos bancos modernos, os mais importantes dos quais, 3 a 6 em França e 6 a 8 na Alemanha, dispõem de milhares e milhares de milhões. Mas, pelo seu conteúdo, essa distribuição dos meios de produção não é de modo nenhum "geral", mas privada, isto é, conforme aos interesses do grande capital, e em primeiro lugar do maior, do capital monopolista, que atua em condições tais que a massa da população passa fome e em que todo o desenvolvimento da agricultura se atrasa irremediavelmente em relação à indústria, uma parte da qual, a "indústria pesada", recebe um tributo de todos os outros ramos industriais.

Quanto à socialização da economia capitalista, começam a competir com os bancos as caixas econômicas e as estações de correios, que são mais "descentralizadas", isto é, que estendem a sua influência a um maior número maior de localidades, a um número maior de lugares distantes, a setores mais vastos da população. Eis os dados recolhidos por uma comissão americana encarregada de investigar o aumento comparado dos depósitos nos bancos e nas caixas econômicas[9]:

---

[9] Dados da *National Monetary Commission, Americana, em Die Bank*, 1910, 2, S. 1200.

DEPÓSITOS (EM MILHARES DE MILHÕES DE MARCOS)

Anos	*Inglaterra*		*França*			*Alemanha*	
	Nos bancos	*Nas caixas econômicas*	*Nos bancos*	*Nas caixas econômicas*	*Nos bancos*	*Nas sociedades de crédito*	*Nas caixas econômicas*
1880	8,4	1,6	?	0,9	0,5	0,4	2,6
1888	12,4	2,0	1,5	2,1	1,1	0,4	4,5
1908	23,2	4,2	3,7	4,2	7,1	2,2	13,9

Pagando um juro de 4% a 4,25% aos depositantes, as caixas econômicas veem-se obrigadas a procurar uma colocação “lucrativa” para os seus capitais, a lançar-se em operações de desconto de letras, de hipotecas e outras. As fronteiras existentes entre os bancos e as caixas econômicas “desaparecem cada vez mais”. As Câmaras de Comércio de Bochum e de Erfurt, por exemplo, exigem que se “proíbam”, às caixas as operações “puramente” bancárias, tais como o desconto de letras; exigem a limitação da atividade “bancária” das estações de correios[10]. Os magnatas bancários parecem temer que o monopólio de Estado os atinja por esse caminho, quando menos esperem. Mas, naturalmente, esse temor não ultrapassa os limites da concorrência entre dois chefes de serviço num mesmo escritório, porque por um lado são, ao fim e ao cabo, esses mesmos magnatas do capital bancário que dispõem de fato dos milhares de milhões concentrados nas caixas econômicas; e, por outro lado, o monopólio de Estado na sociedade capitalista não é mais do que uma maneira de aumentar e assegurar os rendimentos dos milionários que correm o risco de falir num ou noutro ramo da indústria.

---

[10] Relatório da *National Monetary Commission, Americana, em Die Bank*, 1913, S. 811, 1022; 1914, S. 713.

A substituição do velho capitalismo, no qual reinava a livre concorrência, pelo novo capitalismo, no qual domina o monopólio, é expressa, entre outras coisas, pela diminuição da importância da Bolsa. "Há já algum tempo - diz a revista *Die Bank* - que a Bolsa deixou de ser o intermediário indispensável da circulação que era dantes, quando os bancos não podiam ainda colocar a maior parte das emissões nos seus clientes.[11]

"'Todo o banco é uma Bolsa'. Este aforismo moderno é tanto mais exato quanto maior é o banco, quanto maiores são os êxitos da concentração nos negócios bancários.[12] "Se anteriormente, nos anos 70, a Bolsa, com os seus excessos de juventude" (alusão "delicada" ao craque bolsista de 1873, aos escândalos gründeristas, etc.) "abriu a época da industrialização da Alemanha, no momento atual os bancos e a indústria 'podem arranjar as coisas por si mesmos'. A dominação dos nossos grandes bancos sobre a Bolsa ... não é outra coisa senão a expressão do Estado industrial alemão completamente organizado. Se restringirmos deste modo o campo de ação das leis econômicas, que funcionam automaticamente, e dilatarmos extraordinariamente o da regulação consciente através dos bancos, aumenta, em relação com isso, em proporções gigantescas a responsabilidade que, quanto à economia nacional, recai sobre umas poucas cabeças dirigentes"- diz o Prof. alemão Schulze-Gaevernitz[13], esse apologista do imperialismo alemão, que é uma autoridade entre os imperialistas de todos os países, e que se esforça por dissimular um "pequeno pormenor": que essa "regulação

---

[11] *Die Bank*, 1914, 1, S. 316

[12] Dr. Oscar Stiffich, *Geld-und Bankwesen*, Berlin, 1907, S. 169.

[13] SchuIze-Gaevernitz, *"Die deutsche Krediffiank", em Grundriss der Sozialõkonomik*, Tüb., 1915, S. 101.

consciente" através dos bancos consiste na espoliação do público por meia dúzia de monopolistas "completamente organizados". O que o professor burguês se propõe não é pôr a descoberto todo o mecanismo, não é desmascarar todas as artimanhas dos monopolistas bancários, mas apresentá-los sob inocentes roupagens.

Do mesmo modo, Riesser, economista ainda mais autorizado e "personalidade" do mundo das finanças, evita a questão com frases que nada dizem, falando de fatos que é impossível negar: "A Bolsa vai perdendo cada dia mais a qualidade, absolutamente indispensável para toda a economia e para a circulação dos valores, de ser não só o instrumento mais fiel de avaliação, mas também um regulador quase automático dos movimentos econômicos que convergem para ela.[14]

Por outras palavras: o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, com o seu regulador absolutamente indispensável, a Bolsa, desaparece para sempre. Em seu lugar apareceu o novo capitalismo, que tem os traços evidentes de um fenômeno de transição, que representa uma mistura da livre concorrência com o monopólio. Surge a pergunta: em que desemboca a "transição" do capitalismo moderno? Esta pergunta, entretanto, os homens de ciência burgueses têm medo de formular.

"Há trinta anos, os empresários que livremente competiam entre si realizavam 9/10 da atividade econômica que não pertence à esfera do trabalho físico dos 'operários'. Na atualidade, são os funcionários que realizam os 9/10 desse trabalho intelectual na economia. Os bancos encontram-se à frente desta evolução."[15]

---

[14] Riesser, Ob. cit, 4ª ed., S. 629.

[15] Schulze-Gaevernitz. *"Die deunche Kreditbank,em Grundriss der Sozialõkonomik*,, Tüb., 1915, S. 151.

Esta confissão de Schulze-Gaevernitz conduz novamente ao problema de saber onde desemboca esta transição do capitalismo moderno, do capitalismo na sua fase imperialista.

Os poucos bancos que, em consequência do processo de concentração, ficam à frente de toda a economia capitalista, tendem cada vez mais, como é natural, a chegar a um acordo monopolista, ao truste dos bancos. Nos Estados Unidos, não são nove, mas dois grandes bancos, dos multimilionários Rockefeller e Morgan, que dominam um capital de 11,0 bilhões de marcos[16]. Na Alemanha, a absorção a que anteriormente aludimos da Aliança Bancária Schaffhausen pela Sociedade de Desconto levou o jornal de Frankfurt, que defende os interesses bolsistas, a fazer as seguintes reflexões:

"O crescente aumento da concentração dos bancos restringe o círculo de instituições a que nos podemos dirigir em busca de crédito, com o que aumenta a dependência da grande indústria relativamente a um reduzido número de grupos bancários. Como resultado da estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro, a liberdade de movimentos das sociedades industriais que necessitam do capital bancário vê-se assim restringida. Por isso, a grande indústria assiste com certa perplexidade à trustificação (unificação ou transformação em trustes) dos bancos, cada vez mais intensa; com efeito, tem-se podido observar com frequência o germe de acordos realizados entre consórcios de grandes bancos, acordos cuja finalidade é limitar a concorrência.[17]

---

[16] Die Bank, 1912, 1, S. 435.

[17] Citado por Schulze-Caevernitz em Grdr. d. S. - Ök, S. 155.

Verifica-se mais uma vez que a última palavra no desenvolvimento dos bancos é o monopólio.

No que diz respeito à estreita relação existente entre os bancos e a indústria, é precisamente nesta esfera que se manifesta, talvez com mais evidência do que em qualquer outro lado, o novo papel dos bancos. Se o banco desconta as letras de um empresário, abre-lhe conta corrente, etc., essas operações, consideradas isoladamente, não diminuem em nada a independência do referido empresário, e o banco não passa de um modesto intermediário. Mas se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais firmes, se o banco "reúne" nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco - e é assim que acontece - conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica do seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco.

Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. O economista alemão Jeidels reuniu dados extremamente minuciosos sobre esta forma de concentração dos capitais e das empresas. Os seis maiores bancos berlinenses estavam representados, através dos seus diretores, em 344 sociedades industriais, e, através dos membros dos seus conselhos de administração, noutras 407, ou seja, num total de 751 sociedades. Em 289 sociedades tinham dois dos seus membros nos conselhos de administração ou ocupavam a presidência dos mesmos. Entre essas

sociedades comerciais e industriais encontramos os ramos industriais mais diversos: companhias de seguros, vias de comunicação, restaurantes, teatros, indústrias de objetos artísticos, etc. Por outro lado, nos conselhos de administração desses seis bancos havia (em 1910) 51 grandes industriais, e entre eles o diretor da firma Krupp, o da gigantesca companhia de navegação Hapag (Hamburg-Amerika), etc., etc. Cada um dos seis bancos, de 1895 a 1910, participou na emissão de ações e obrigações de várias centenas de sociedades industriais, cujo número passou de 281 para 419[18].

A "união pessoal" dos bancos com a indústria completa-se com a "união pessoal", de umas e outras sociedades com o governo. "Lugares nos conselhos de administração - escreve Jeidels - são confiados voluntariamente a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar (!!) em grau considerável as relações com as autoridades"... "No conselho de administração de um banco importante encontramos geralmente algum membro do Parlamento ou da vereação de Berlim.

Por conseguinte, os grandes monopólios capitalistas vão surgindo e desenvolvendo-se, por assim dizer, aperfeiçoando-se a todo o vapor, seguindo todos os caminhos "naturais" e "sobrenaturais". Estabelece-se sistematicamente uma determinada divisão do trabalho entre várias centenas de reis das finanças da sociedade capitalista atual:

"Paralelamente a este alargamento do campo de ação de certos grandes industriais" (que entram nos conselhos de administração dos bancos, etc.) "e ao fato de se confiar aos diretores

---

[18] Jeidels e Riesser, Ob. cit.

dos bancos de província unicamente a administração de uma zona industrial determinada, produz-se um certo aumento da especialização dos dirigentes dos grandes bancos. Tal especialização, falando em geral, só é concebível no caso de toda a empresa bancária, e particularmente as suas relações industriais, serem de grandes proporções. Esta divisão do trabalho efetua-se em dois sentidos: por um lado, as relações com a indústria no seu conjunto confiam-se, como ocupação especial, a um dos diretores; por outro lado, cada diretor encarrega-se do controle de empresas separadas ou de grupos de empresas afins pela produção ou pelos interesses". ... (O capitalismo está já em condições de exercer o controle organizado das empresas separadas)... "A especialidade de um é a indústria alemã, ou mesmo simplesmente a da Alemanha Ocidental" (que é a parte mais industrial do país), "a de outros, as relações com outros Estados e com as indústrias do estrangeiro, os. relatórios sobre a personalidade dos industriais, etc., sobre as questões da Bolsa, etc. Além disso, cada um dos diretores de banco fica frequentemente encarregado de uma zona ou de um ramo especial da indústria; um dedica-se principalmente aos conselhos de administração das sociedades elétricas, outro às fabricas de produtos químicos, de cerveja ou de açúcar, um terceiro a um certo número de empresas separadas, figurando paralelamente no conselho de administração de sociedades de seguros ... Numa palavra, é indubitável que, nos grandes bancos, à medida que aumenta o volume e a variedade das suas operações, estabelece-se uma divisão do trabalho cada vez maior entre os diretores, com o fim (que conseguem) de os elevar um pouco, por assim dizer, acima dos negócios puramente bancários, de os tornar mais aptos para julgarem, mais competentes nos problemas gerais da indústria e nos problemas especiais dos seus diversos ramos, com o objetivo de os

preparar para a sua atividade no setor industrial da esfera de influência do banco. Este sistema dos bancos é completado pela tendência que neles se observa de serem eleitos para os seus conselhos de administração pessoas que conheçam bem a indústria, empresários, antigos funcionários, particularmente os que vêm das redes ferroviárias, minas", etc.[19]

Nos bancos franceses encontramos instituições semelhantes, apenas sob uma forma um pouco diferente. Por exemplo, um dos três grandes bancos franceses, o *Crédit Lyonnais*, tem montada uma "seção especial destinada a recolher informações financeiras" (*service des études financières*). Na referida seção trabalham permanentemente mais de 50 engenheiros, especialistas de estatística, economistas, advogados, etc. Custa anualmente entre 600.000 e 700.000 francos. A seção encontra-se por sua vez dividida em oito subseções: uma recolhe dados sobre empresas industriais, outra estuda a estatística geral, a terceira as companhias ferroviárias e de navegação, a quarta os fundos, a quinta os relatórios financeiros, etc.[20]

Dai resulta, por um lado, uma fusão cada vez maior ou, segundo a acertada expressão de N. I. Bukhárine, a junção dos capitais bancário e industrial, e, por outro, a transformação dos bancos em instituições com um verdadeiro "caráter universal." Julgamos necessário reproduzir os termos exatos que a este respeito emprega Jeidels, o escritor que melhor estudou o problema:

---

[19] Jeidels. Ob. cit., S. 156-157.

[20] Artigo de Eugen Kaufmann sobre os bancos franceses, em *Die Bank*, 1909,2, S. 851 e segs.

"O exame das relações industriais no seu conjunto permite constatar o *caráter universal* dos estabelecimentos financeiros que trabalham para a indústria. Contrariamente a outras formas de bancos, contrariamente às exigências formuladas por vezes na literatura, de que os bancos devem especializar-se numa esfera determinada de negócios ou num ramo industrial determinado a fim de pisarem terreno firme, os grandes bancos tendem para que as relações com os estabelecimentos industriais sejam o mais variadas possível, tanto do ponto de vista do lugar como do ponto de vista do gênero de produção: procuram eliminar a distribuição desigual do capital entre as diferentes zonas ou ramos da indústria, desigualdade que encontra a sua explicação na história de diferentes estabelecimentos". "Uma tendência consiste em converter as relações com a indústria num fenômeno de ordem geral; outra em torná-las sólidas e intensivas; ambas se encontram realizadas nos seis grandes bancos não de forma completa, mas lá em proporções consideráveis e num grau igual."

Nos meios comerciais e industriais ouvem-se com freqüência lamentações contra o "terrorismo" dos bancos. E nada tem de surpreendente que essas lamentações surjam quando os grandes bancos "mandam" da maneira que nos mostra o exemplo seguinte. Em 19 de Novembro de 1901, um dos bancos berlinenses chamados bancos d (o nome dos quatro bancos mais importantes começa pela letra d) dirigiu ao conselho de administração do Sindicato do Cimento da Alemanha do Noroeste e do Centro a seguinte carta: "Segundo a nota que tornaram pública em 18 do corrente no jornal tal, parece que devemos admitir a eventualidade de a assembleia geral do vosso sindicato, a celebrar em 30 do corrente, adotar resoluções susceptíveis de determinarem na vossa

empresa modificações que não podemos aceitar. Por isso, lamentamos profundamente ver-nos obrigados a retirar-vos o crédito de que até agora gozavam... Porém, se a referida assembleia geral não tomar resoluções inaceitáveis para nós, e se nos derem garantias a este respeito para o futuro, estamos dispostos a entabular negociações com vista a abrir um novo crédito."[21]

Na verdade, trata-se das mesmas lamentações do pequeno capital relativamente ao jugo do grande, com a diferença de, neste caso, a categoria de "pequeno" capital corresponder a todo um sindicato! A velha luta entre o pequeno e o grande capital reproduz-se num grau de desenvolvimento novo e incomensuravelmente mais elevado. É compreensível que, dispondo de milhares de milhões, os grandes bancos podem também apressar o progresso técnico utilizando meios incomparavelmente superiores aos anteriores. Os bancos criam, por exemplo, sociedades especiais de investigação técnica, de cujos resultados só aproveitam, naturalmente, as empresas industriais "amigas". Entre elas figuram a Sociedade para o Estudo do Problema das Ferrovias Elétricas, o Gabinete Central de Investigações Científicas e Técnicas, etc.

Os próprios dirigentes dos grandes bancos não podem deixar de ver que estão a aparecer novas condições na economia nacional, mas são impotentes perante as mesmas:

"Quem tiver observado durante os últimos anos - diz Jeideis - as mudanças de diretores e membros dos conselhos de administração dos grandes bancos, não terá podido deixar de se aperceber de que o poder passa paulatinamente para as mãos dos que pensam que o objetivo necessário, e cada vez mais vital, dos

[21] Dr. Oscar Stillich, *Geld und Bakwesen*, Berlin 1907, S. 147.

grandes bancos consiste em intervir ativamente no desenvolvimento geral da indústria; entre eles e os velhos diretores dos bancos surgem, por tal motivo, divergências no campo profissional, e frequentemente no campo pessoal. Trata-se, no fundo, de saber se essa ingerência no processo industrial da produção não prejudica os bancos, na sua qualidade de instituições de crédito, se os princípios firmes e o lucro seguro não são sacrificados a uma atividade que não tem nada de comum com o papel de intermediário para a concessão de créditos, e que coloca os bancos num terreno em que se encontram ainda mais expostos do que antes ao domínio cego da conjuntura industrial. Assim afirmam muitos dos velhos diretores, de bancos, enquanto a maioria dos jovens considera a intervenção ativa nos problemas da indústria como uma necessidade semelhante à que fez nascer, juntamente com a grande indústria moderna, os grandes bancos e a empresa bancária industrial moderna. A única coisa em que as duas partes estão de acordo é em que não existem princípios firmes nem fins concretos para a nova atividade dos grandes bancos.[22]

O velho capitalismo caducou. O novo constitui uma etapa de transição para algo diferente. Encontrar "princípios firmes e fins concretos" para a "conciliação" do monopólio com a livre concorrência é, naturalmente, uma tentativa votada ao fracasso. As confissões dos homens práticos ressoam de maneira muito diferente dos elogios do capitalismo "organizado", entoados, pelos seus apologistas oficiais, tais como Schulze-Gaevernitz, Liefmann e outros "teóricos" do mesmo estilo.

---

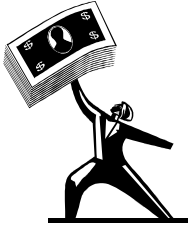
[22] Jeidels. Ob. cit., S. 183-194.

Jeidels dá-nos uma resposta bastante exata ao importante problema de saber em que período se situam, com precisão, os começos da "nova atividade" dos grandes bancos:

"As relações entre as empresas industriais, com o seu novo conteúdo, as suas novas formas e os seus novos órgãos, quer dizer, os grandes bancos organizados de um modo ao mesmo tempo centralizado e descentralizado, não se estabelecem talvez, como fenômeno caraterístico da economia nacional, antes do último decênio do século XIX; em certo sentido, pode-se mesmo tomar como ponto de partida o ano de 1897, com as suas grandes 'fusões' de empresas, que implantaram pela primeira vez a nova forma de organização descentralizada, de acordo com a política industrial dos bancos. Este ponto de partida pode talvez remontar mesmo a um período mais recente, pois só a crise de 1900 acelerou em proporções gigantescas o processo de concentração, tanto da indústria como dos bancos, consolidou, converteu pela primeira vez as relações com a indústria num verdadeiro monopólio dos grandes bancos e deu a essas relações um caráter incomparavelmente mais estreito e mais intenso"[23].

O século XX marca, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.

---

[23] Jeidels. Ob. cit,, S. 181.

III. O CAPITAL FINANCEIRO E A OLIGARQUIA FINANCEIRA

"Uma parte cada vez maior do capital industrial - escreve Hilferding - não pertence aos industriais que o utilizam. Estes podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a investir na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário – isto é, capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro." "Capital financeiro é o capital que os bancos dispõem e que os industriais utilizam."[1]

Esta definição é incompleta porque não indica um dos aspectos mais importantes: o aumento da concentração da produção

[1] Hilferding, *O Capital Financeiro*, M., 1912, pp. 338-339.

e do capital em grau tão elevado que dá origem, e tem conduzido, ao monopólio. Mas toda a exposição de Hilferding em geral, e em particular os dois capítulos que precedem aquele de onde retiramos esta definição, salientam o papel dos *monopólios capitalistas*.

Concentração da produção, tendo como consequência os monopólios; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e do conteúdo que este conceito encerra.

Impõe-se, neste momento, que mostremos como a "gestão" dos monopólios capitalistas se transforma inevitavelmente, nas condições gerais da produção mercantil e da propriedade privada, na dominação da oligarquia financeira. Assinalemos que as figuras representativas da ciência burguesa alemã - e não só da alemã -, tais como Riesser, Schulze-Gaevernitz, Liefmann, etc., são todos eles apologistas do imperialismo e do capital financeiro. Longe de desvelarem o mecanismo da formação das oligarquias, os seus processos, a importância dos seus rendimentos "lícitos e ilícitos", as suas relações com os parlamentos, etc., etc. nada mais fazem que ocultá-los e dissimulá-los. Camuflam as "questões malditas" por meio de frases altissonantes e obscuras, e de apelos ao "sentido da responsabilidade" dos diretores dos bancos, de elogios ao "sentimento de dever" dos funcionários prussianos, da análise doutoral e pormenorizada das futilidades contidas nos ridículos projetos de lei sobre a "inspeção" e a "regulamentação", por meio de infantis jogos teóricos, tais como a seguinte definição "científica" a que chegou o professor Liefinann: "... *o comércio é uma atividade profissional destinada a reunir bens, conservá-los e pô-los à*

disposição"[2] (em itálico e em negro na obra do professor)... Disso resulta que o comércio existia entre os homens primitivos, que não conheciam ainda a troca, e que também existirá na sociedade socialista!

Os monstruosos fatos relativos à monstruosa dominação da oligarquia financeira são tão evidentes que, em todos os países capitalistas - na América, na França, na Alemanha – apareceu uma literatura que, embora adotando o ponto de vista burguês, pinta um quadro aproximadamente exato, e formula uma crítica - pequeno-burguesa, evidentemente - da oligarquia financeira.

Na base, encontra-se primeiramente o "sistema de participação", sobre o qual já falamos anteriormente. Eis a exposição que expõe a essência do assunto pelo economista alemão Heymann, que foi um dos primeiros, senão o primeiro, a prestar-lhe atenção:

"Um diretor controla a sociedade fundamental (literalmente, a "sociedade-mãe"); esta, por sua vez, reina sobre as sociedades que dependem dela ("sociedades-filhas"); estas últimas, sobre as "sociedades-netas", etc. É possível, deste modo, sem possuir um capital muito grande, dominar ramos gigantescos da produção. Com efeito, se a posse de 50% do capital é sempre suficiente para controlar uma sociedade anônima, basta que o dirigente possua apenas 1 milhão para estar em condições de controlar 8 milhões do capital das "sociedades-netas". E se este "entrelaçamento" for levado ainda mais longe, com 1 milhão podem-se controlar 16 milhões, 32 milhões, etc.[3]

---

[2] R. Licfmann, Ob. cit., S. 476.

[3] Hans Gideon Heymann. Die gemischten Werke im deutschen Grosseisengwerbe, St., 1904, S. 268-269.

Com efeito, a experiência demonstra que basta possuir 40% das ações para dirigir os negócios de uma sociedade anônima[4], pois um certo número de pequenos acionistas, que se encontram dispersos, não tem na prática possibilidade alguma de assistir às assembleias gerais, etc. A "democratização" da posse das ações, de que os sofistas burgueses e os pretensos "sociais-democratas" oportunistas esperam (ou dizem que esperam) a "democratização do capital", o aumento do papel e importância da pequena produção, etc., é na realidade um dos meios de reforçar o poder da oligarquia financeira. Por isso, entre outras coisas, nos países capitalistas mais adiantados ou mais velhos e "experimentados", as leis autorizam a emissão de ações mais pequenas. Na Alemanha, a lei não permite que uma ação seja inferior a mil marcos, e os magnatas financeiros do país lançam os olhos com inveja para a Inglaterra, onde a lei permite ações até de uma libra esterlina (quer dizer, 20 marcos, ou cerca de 10 rublos). Siemens, um dos industriais e "reis financeiros" mais poderosos da Alemanha, declarou em 7 de junho de 1900, no *Reichtag*, que "a ação de 1 libra esterlina é a base do imperialismo britânico"[5]. Este negociante tem uma concepção consideravelmente mais profunda, mais "marxista", do que é o imperialismo do que certo escritor incongruente que se considera fundador do marxismo russo e supõe que o imperialismo é um defeito próprio de um determinado povo...

O "sistema de participação", entretanto, não só serve para aumentar em proporções gigantescas o poderio dos monopolistas, como, além disso, permite levar a cabo impunemente toda a espécie de negócios escuros e sujos e o roubo do público, pois

---

[4] Liefmann, Beteifigungsges. etc., S. 258 (1.ª ed.).

[5] SchuIze-Gaevernitz, em Grdr. d. S.-Ök, V, 2, S. 110.

os dirigentes das “sociedades-mães”, formalmente, segundo a lei, não respondem pela “sociedade-filha”, que é considerada “independente” e através da qual se pode tudo é possível “fazer passar”. Eis um exemplo tirado da revista alemã *Die Bank*, no seu número de Maio de 1914:

“A Sociedade Anônima de Aço para Molas, de Cassel, era considerada há uns anos como uma das empresas mais lucrativas da Alemanha. Em consequência da má administração, os dividendos desceram de 15 % para 0 %. Segundo se pôde comprovar depois, a administração, sem informar os acionistas, tinha feito um empréstimo de 6 milhões de marcos a uma das suas 'sociedades-filhas', a Hassia, cujo capital nominal era de apenas algumas centenas de milhares de marcos. Esse empréstimo, quase três vezes superior que o capital em ações da 'sociedade-mãe', não figurava no balanço desta: juridicamente, tal silêncio estava perfeitamente de acordo com a lei e pôde durar dois anos inteiros, pois não infringia nem um único artigo da legislação comercial. O presidente do conselho de administração, a quem incumbia a responsabilidade de assinar os balanços falsos, era e continua a ser presidente da Câmara de Comércio de Cassei. Os acionistas só se inteiraram desse empréstimo à Hassia muito tempo depois, quando se verificou que o mesmo tinha sido um erro...” (o autor deveria ter posto esta palavra entre aspas)... “e quando as ações do 'aço para molas', após operações de venda realizadas por aqueles que tinham conhecimento disto, resultando na redução do seu valor em aproximadamente 100 % ...

“(...) Este exemplo típico de malabarismo nos balanços, o mais comum nas sociedades anônimas, explica-nos por que motivo os seus conselhos de administração empreendem negócios arriscados com muito mais facilidade do que os particulares. A

técnica moderna de elaboração dos balanços não só lhes oferece a possibilidade de ocultar a operação arriscada ao acionista médio, como permite aos principais interessados livrarem-se da responsabilidade mediante a venda oportuna das suas ações no caso da experiência fracassar, ao passo que o empresário privado arrisca a sua pele em tudo quanto faz.

"Os balanços de muitas sociedades anônimas lembram os palimpsestos da Idade Média, dos quais era preciso apagar o que estava escrito para se descobrir, debaixo dele, os sinais que revelavam o conteúdo real do documento." (O palimpsesto era um pergaminho do qual um texto primitivo tinha sido apagado para escrever um novo.)

"O meio mais simples e por isso mais vulgarmente utilizado para tornar um balanço indecifrável consiste em dividir uma empresa em várias partes por meio da criação de filiais ou a incorporação de estabelecimentos do mesmo gênero. As vantagens deste sistema, do ponto de vista dos diversos fins - legais e ilegais -, são tão evidentes que na atualidade as grandes sociedades que não o adotam constituem exceção."[6]

O autor cita como exemplo de empresa monopolista de grande importância, que aplica em grande escala o referido sistema, a famosa Sociedade Geral de Eletricidade (AEG, da qual voltaremos a falar mais adiante). Em 1912 calculava-se que esta sociedade participava noutras 175 a 200, dominando-as, é claro, e controlando assim um capital total de cerca de 1,5 bilhões de marcos[7].

---

[6] L. Eschwege, *"Tochtergesellschaften"*, *Die Bank*, 1914, 1, S. 545.

[7] Kurt Heinig, *"Der Weg des Elektrotrustes", Neue Zeit,* 1912, 30 Jahrg. 2, S. 484.

Todas as regras de controle, de publicação de balanços, de estabelecimento de esquemas precisos para os mesmos, de instituição de inspeção, etc., com que os professores e funcionários bem intencionados, isto é, que têm a boa intenção de defender e embelezar o capitalismo, perde aqui todo o seu valor. Com efeito, a propriedade privada é sagrada, e ninguém pode impedir ninguém de comprar, vender, permutar, hipotecar ações, etc.

Podem-se avaliar as proporções que o "sistema de participação" alcançou nos grandes bancos russos pelos dados fornecidos por E. Agahd, que durante quinze anos foi empregado do Banco Russo-Chinês e que em Maio de 1914 publicou uma obra com o título, não de todo exato, *Os Grandes Bancos e o Mercado Mundial*[8]. O autor divide os grandes bancos russos em dois grupos fundamentais: a) os que funcionam segundo o "sistema de participação" e b) os que são "independentes", entendendo por "independência", arbitrariamente, a independência em relação aos bancos estrangeiros. O autor divide o primeiro grupo em três subgrupos: 1) com participação alemã, 2) com participação inglesa e 3) e francesa, referindo-se à "participação" e ao domínio dos grandes bancos estrangeiros da nação em causa. Divide os capitais dos bancos em capitais de investimento "produtivo" (no comércio e na indústria) e de investimento "especulativo" (nas operações bolsistas e financeiras), supondo, de acordo com o ponto de vista pequeno-burguês reformista que lhe é próprio, que é possível sob o

---

[8] E. Agahd, *Grossbanken und Weltmarkt. Die wirtschaftliche und politische Bedeutung der Grossbanken im Weltmarkt unter Berücksichtigung ibres Einflusses auf Russlands Volkswirtschaft und die deutsch-russischen Beziebungen* ("Os grandes bancos e o mercado mundial. importância econômica e política dos grandes bancos no mercado mundial e a sua influência na economia nacional da Rússia e nas relações germano-russas". - N. Ed.), Berlin.

capitalismo separar a primeira forma de investimento da segunda e suprimir esta última.

Os dados do autor são os seguintes:

ATIVO DOS BANCOS

Segundo os balanços de Outubro-Novembro de 1913
(*Em milhões de rublos*)

Grupos de bancos russos	*Capitais investidos*		
	Produtivamente	*Especulativamente*	*Total*
a1) 4 bancos: Comercial Siberiano, Russo, Internacional, de Desconto	413,7	859,1	1272,8
a2) 2 bancos: Comercial e Industrial, Russo-Inglês	239,3	169,1	408,4
a3) 5 bancos: Russo-Asiático, Privado de São Petersburgo, Azov-Don, União de Moscovo, Russo-Francês de Comércio	711,8	661,2	1373,0
(11 bancos) Total a) =	1364,8	1689,4	3054,2
b) 8 bancos: Comerciantes de Moscovo, Volga-Kama, Junker & C.ª,Comercial São Petersburgo (ant. Wawelberg), de Mosco (ant. Riabut - chinski), de Desconto de Moscovo, Banco Comercial de Moscovo e Privado de Moscovo	504,2	391,1	895,3
(19 bancos) Total	1869,0	2080,5	3949,5

Estes dados mostram que, do total aproximado de 4,0 bilhões de rublos que constituem o capital "ativo" dos grandes bancos, mais de 3/4, mais de 3,0 bilhões, correspondem a bancos que, no fundo, são filiais dos bancos estrangeiros, em primeiro lugar dos parisienses (o famoso trio bancário União Parisiense, Banco de Paris e Países Baixos e Sociedade Geral) e dos berlinenses (particularmente o Banco Alemão e a Sociedade de Desconto). Dois dos bancos russos mais importantes, o Russo (Banco Russo de Comércio Externo) e o Internacional (Banco Comercial Internacional de São Petersburgo), aumentaram os seus capitais, no período

compreendido entre 1906 e 1912, de 44 para 98 milhões de rublos, e os fundos de reserva de 15 para 39 milhões, "trabalhando em três quartas partes com capitais alemães"; o primeiro banco pertence ao "consórcio" do Banco Alemão de Berlim; o segundo pertence à Sociedade de Desconto, da mesma capital. O excelente Agahd indigna-se profundamente que os bancos berlinenses tenham nas suas mãos a maioria das ações, e que, em consequência disso, os acionistas russos sejam impotentes. E, naturalmente, o país que exporta capitais fica com a nata: por exemplo, o Banco Alemão de Berlim, encarregado de vender nesta cidade as ações do Banco Comercial Siberiano, guardou durante um ano as referidas ações em carteira, e depois vendeu-as a 193% a mais, quer dizer, quase o dobro, "obtendo" deste modo um lucro de cerca de 6 milhões de rublos, que Hilferding denomina de "benefício de fundação".

O autor calcula em 8,235 bilhões de rublos, isto é, quase 8,25 bilhões, a "potência" total dos bancos petersburgueses mais importantes. Quanto à "participação" ou, melhor dizendo, ao domínio dos bancos estrangeiros, estabelece-o nas proporções seguintes: bancos franceses, 55%; ingleses, 10%; alemães, 35%. Deste total, isto é, dos 8,235 bilhões, 3,687 bilhões de capital ativo, ou seja, mais de 40%, correspondem, segundo os cálculos do autor, aos sindicatos Prodougol e Prodamet[9] e aos sindicatos do petróleo, da metalurgia e do cimento. Por conseguinte, a fusão do capital bancário e industrial, derivada da constituição dos monopólios capitalistas, deu também na Rússia passos gigantescos.

---

[9] Prodúgol: Sociedade Russa de Comércio do Combustível Mineral da Bacia do Donetz. Foi fundada em 1900. Prodamet; Sociedade para a Venda de Artigos das Fábricas Metalúrgicas Russas. Foi fundada em 1901. - (N. Ed.)

O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e exercendo um monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas. Eis um dos exemplos dos métodos de "administração" dos trustes americanos, citado por Hilferding: em 1887, Havemeyer constituiu o truste do açúcar mediante a fusão de 15 pequenas companhias, cujo capital total era de 6.500.000 dólares. Mas o capital do truste, "aguado", segundo a expressão americana, fixou-se em 50 milhões de dólares. A "recapitalização" tinha em conta de antemão os futuros lucros monopolistas, do mesmo modo que o truste do aço - também na América - tem em conta os futuros lucros monopolistas ao adquirir cada vez mais jazigos de minério de ferro. E, com efeito, o truste do açúcar fixou preços de monopólio e recebeu lucros tais que pôde pagar um dividendo de 10 % ao capital sete vezes "aguado", quer dizer, quase 70% sobre o capital efetivamente investido no momento da constituição do truste! Em 1909, o seu capital era de 90 milhões de dólares. Em vinte e dois anos o capital foi mais do que decuplicado.

Na França, a dominação da "oligarquia financeira" (Contra a Oligarquia Financeira em França é o título do conhecido livro de Lysis, cuja quinta edição apareceu em 1908) adotou uma forma apenas um pouco diferente. Os quatro bancos mais importantes gozam não do monopólio relativo, mas "do monopólio absoluto" na emissão de valores. De fato, trata-se de um "truste dos grandes bancos". E o monopólio garante lucros monopolistas das emissões. Ao fazerem-se os empréstimos, o país que os negocia não recebe habitualmente mais que 90 % do total: os restantes 10 % vão

parar aos bancos e demais intermediários. O lucro dos bancos no empréstimo russo-chinês de 400 milhões de francos foi de 8%; no russo (1904) de 800 milhões, foi de 10%; no marroquino (1904) de 62,5 milhões, foi de 18,75%. O capitalismo, que iniciou o seu desenvolvimento servindo-se da usura em pequena escala, chega ao fim deste desenvolvimento com a usura em grande escala. “Os franceses são os usurários da Europa” - diz Lysis. Todas as condições da vida econômica sofrem uma modificação profunda em consequência desta degeneração do capitalismo. Num estado de estagnação da população, da indústria, do comércio e dos transportes marítimos, o “país” pode enriquecer por meio das operações usurárias. “Cinqüenta pessoas, que representam um capital de 8 milhões de francos, podem dispor de dois mil milhões colocados em quatro bancos.” O sistema de “participação”, que já conhecemos, conduz às mesmas consequências: um dos bancos mais importantes, a Sociedade Geral (*Société Générale*), emitiu 64.000 obrigações da sociedade-filha, as Refinarias de Açúcar do Egito. O curso da emissão era de 150%, quer dizer, o banco embolsava um lucro de 50 cêntimos por cada franco. Os dividendos da referida sociedade revelaram-se fictícios, o “público” perdeu de 90 a 100 milhões de francos; “um dos diretores da Sociedade Geral era membro do conselho de administração das Refinarias”. Nada tem de surpreendente que o autor se veja obrigado a chegar à seguinte conclusão: “A República francesa é uma monarquia financeira”; a onipotência da oligarquia financeira é absoluta, domina a imprensa e o governo”[10].

---

[10] Lysis, *Contre Voligarchie en France*, 5.ª ed., P., 1908, pp. 11, 12, 26, 39, 40, 48.

Os lucros excepcionais proporcionados pela emissão de valores, como uma das operações principais do capital financeiro, contribuem muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira. “No interior do país não há nenhum negócio que dê, nem aproximadamente, um lucro tão elevado como servir de intermediário para a emissão de empréstimos estrangeiros” - diz a revista alemã *Die Bank*[11].

"Não há nenhuma operação bancária que produza lucros tão elevados como as emissões.” Na emissão de valores das empresas industriais, segundo os dados de O Economista Alemão, o lucro médio anual foi o seguinte:

1895	38,6%
1896	36,1%
1897	66,7%
1898	67,7%
1899	66,9%
1900	55,2%

“Em dez anos, de 1891 a 1900, a emissão de valores industriais alemães produziu um lucro de mais de um bilhão.”[12]

Se em períodos de expansão os lucros do capital financeiro são desmedidos, durante os períodos de depressão arruínam as pequenas empresas e as empresas pouco fortes, enquanto os grandes bancos “participam” na aquisição das mesmas a baixo preço, ou no seu lucrativo “saneamento” e “reorganização”. Ao efetuar-se o “saneamento” das empresas deficitárias, “o capital em ações sofre uma baixa, isto é, os lucros são distribuídos sobre um

---

[11] Die Bank, 1913, n.º 7, S. 630.

[12] Stillich, Ob. Cit., S. 143; e W. Sombart, *Die deutsch Volksteirtschaft im 19. Jabrbundert*, 2. Aufl., 1909, S. 526, Anlage 8.

capital menor, e calculam-se depois com base nesse capital. Se a rendibilidade fica reduzida a zero, incorpora-se novo capital que, ao unir-se com o capital velho, menos lucrativo, produz já um lucro suficiente. Convém dizer - acrescenta Hilferding - que todos esses saneamentos e reorganizações têm uma dupla importância para os bancos: primeiro como operação lucrativa, e segundo como oportunidade propícia para colocar sob a sua tutela essas sociedades necessitadas"[13].

Eis um exemplo: o da sociedade anônima mineira *Union*, de Dortmund, fundada em 1872. Foi emitido um capital em ações de cerca de 40 milhões de marcos, e, quando no primeiro ano se recebeu um dividendo de 12%, a cotação das ações elevou-se até 170%. O capital financeiro ficou com a nata, embolsando a bagatela de uns 28 milhões de marcos. O papel principal na fundação da referida sociedade foi desempenhado por esse mesmo grande banco alemão, a Sociedade de Desconto, que, sem contratempos, alcançou um capital de 300 milhões. Os dividendos da *Umon* desceram depois até desaparecerem. Os acionistas tiveram de aceder a liquidar uma parte do capital, isto é, a sacrificar uma parte para não perderem tudo. Como resultado de uma série de "saneamentos", desapareceram dos livros da sociedade *Union*, no decurso de trinta anos, mais de 73 milhões de marcos. "Atualmente, os acionistas fundadores dessa sociedade têm nas suas mãos apenas 5 % do valor nominal das suas ações"[14]; mas os bancos não deixaram nunca de "ganhar" em cada novo "saneamento".

Uma das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é a especulação com terrenos situados nos

---

[13] O Capital Financeiro, p. 172.

[14] Stillich, ob. cit., S. 138; Liefmann, S. 51.

subúrbios das grandes cidades e que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio da renda da terra e com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços dos terrenos, a possibilidade de os vender vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias, ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e de distribuição dos cargos diretivos. Resulta de tudo isso o que o autor alemão L. Eschwege, colaborador da revista *Die Bank*, que estudou especialmente as operações de venda e hipoteca de terrenos, qualifica de "pântano": a desenfreada especulação com os terrenos dos subúrbios das cidades, as falências das empresas de construção, como, por exemplo, a firma berlinense Boswau & Knauer, que tinha embolsado uma quantia tão elevada como 100 milhões de marcos por intermédio do banco "mais importante e respeitável", o Banco Alemão (Deutsche Bank), que, naturalmente, atuava segundo o sistema de "participação", isto é, em segredo, na sombra, e livrou-se da situação perdendo "apenas" 12 milhões de marcos; depois, a ruína dos pequenos proprietários e dos operários, que não recebem nem um centavo das fictícias empresas de construção; as negociatas fraudulentas com a "honrada" polícia berlinense e com a administração urbana para ganhar o controle do serviço de informação sobre os terrenos e das autorizações do município para construir, etc., etc[15].

Os "costumes americanos", de que tão hipocritamente se lamentam os professores europeus e os burgueses bem

---

[15] Die Bank, 1913, S. 952; L. Eschwege, "Der Sumpf", ibid, 1912, 1, S. 223 e segs.

intencionados, converteram-se na época do capital financeiro, em costumes comuns a toda a cidade importante de qualquer país.

Em Berlim, em princípios de 1914, falava-se da fundação de um "truste dos transportes", isto é, de uma "comunidade de interesses" das três empresas berlinenses de transportes: as ferrovias elétricas urbanos, a sociedade de carros elétricos e a de autocarros. "Que este propósito existe - diz a revista *Die Bank* - já o sabíamos, desde que se tornou do domínio público, que a maioria das ações da sociedade de ônibus tinha sido adquirida pelas outras duas sociedades de transportes... Não se pode por em dúvida a boa-fé dos animadores destes projetos que tinham a esperança de obter economias, de uma parte das quais, no fim de contas, o público poderia beneficiar. Mas a questão complica-se em virtude de, por detrás desse truste dos transportes em formação, estarem os bancos, que, se quiserem, podem subordinar as vias de comunicação que monopolizam aos interesses do seu tráfico de terrenos. Para nos convencer do bom fundamento desta suposição basta recordar que, ao ser fundada a Sociedade da Ferrovia Elétrica Urbana, já se encontravam ligados a ela os interesses do grande banco que patrocinou esse empreendimento. Isto é: os interesses da referida empresa de transportes entrelaçavam-se com os do tráfico de terrenos. O cerne da questão era que a linha oriental da referida via férrea devia passar por terrenos que, mais tarde, quando a construção da via férrea já estava assegurada, o banco vendeu com enorme lucro para si e para algumas pessoas que intervieram no negócio.[16]

---

[16] "Verkehrstruste ", Die Bank, 1914, 1, S. 89.

O monopólio, logo que tenha se constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra “particularidade”. Nas publicações alemãs sobre economia, são habituais os elogios servis à honradez dos funcionários prussianos e as alusões ao Panamá francês[367] ou à venalidade política americana. Mas o fato é que até as publicações burguesas consagradas aos assuntos bancários da Alemanha são obrigadas a sair dos limites das operações puramente bancárias e a escrever, por exemplo, sobre a aspiração para entrar nos bancos”, a propósito dos casos, cada vez mais frequentes, de funcionários que passam para o serviço destes. “Que se pode dizer da incorruptibilidade do funcionário do Estado cuja secreta aspiração consiste em encontrar uma sinecura na Behrenstrasse?”[17] (rua de Berlim onde se encontra a sede do Banco Alemão). Alfred Lansburgh, diretor da revista *Die Bank*, escreveu em 1909 um artigo intitulado “A Significação Econômica do Bizantinismo”, a propósito, entre outras coisas, da viagem de Guilherme II à Palestina e do “resultado direto dessa viagem, a construção da ferrovia de Bagdad, essa fatal 'grande obra do espírito empreendedor alemão', que é mais culpada do nosso 'cerco' do que todos os nossos pecados políticos juntos”[18] (por “cerco” entende-se a política de Eduardo VII, que visava isolar a Alemanha e rodeá-la de uma aliança imperialista anti-alemã). Eschwege, colaborador dessa mesma revista e referido mais acima, escreveu em 1911 um artigo intitulado “A Plutocracia e os Funcionários”, no qual denunciava, por exemplo, o caso do funcionário alemão Volker, que era membro da comissão de cartéis e

---

[17] “Der Zug zur Bank”, Die Bank, 1909, 1, S. 79.

[18] Ibidem, S. 301.

se distinguia pela sua energia, mas pouco tempo depois ocupou um cargo lucrativo no cartel mais importante, o sindicato do aço. Os casos desse gênero, que não são de modo nenhum excepcionais, obrigaram esse mesmo escritor burguês a reconhecer que “a liberdade econômica garantida pela Constituição alemã se converteu, em muitas esferas da vida econômica, numa frase sem sentido” e que, com a dominação a que chegou a plutocracia, “nem a liberdade política mais ampla nos pode salvar de nos convertermos num povo de homens privados de liberdade”[19].

No que se refere à Rússia, limitar-nos-emos a um só exemplo: há alguns anos, todos os jornais deram a notícia de que Davídov, diretor do Departamento de Crédito, abandonava o seu lugar nesse organismo do Estado para entrar ao serviço de um banco importante, com um vencimento que, ao fim de alguns anos, deveria representar, segundo o contrato, uma soma de mais de 1 milhão de rublos. O Departamento de Crédito é uma instituição destinada a “unificar a atividade de todos os estabelecimentos de crédito do Estado” e que fornece subsídios aos bancos da capital no valor de 800 a 1000 milhões de rublos[20].

Como é próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do capital industrial ou produtivo, separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital

[19] Ibid, 1911, S. 825; 1913, 2, S. 962.

[20] E. Agahd, p. 202.

financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentista* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de “poder” financeiro em relação a todos os restantes. Pode-se avaliar a dimensão deste processo através dos dados estatísticos das emissões de toda a espécie de valores.

No Boletim do Instituto Internacional de Estatística, A. Neymarck[21] publicou os dados mais pormenorizados, completos e susceptíveis de comparação sobre as emissões em todo o mundo, dados que depois foram reproduzidos muitas vezes parcialmente nas publicações econômicas. Eis os dados correspondentes a quatro decênios:

TOTAL DAS EMISSÕES

(Em bilhões de francos em cada dez anos)

1871-1880	76,1
1881-1890	64,5
1891-1900	100,4
1901-1910	197,8

Na década de 1870 o total das emissões aumentou em todo o mundo, particularmente pelos empréstimos resultantes da guerra franco-prussiana e com a *Gründerzeit* que se lhe seguiu na Alemanha. Em geral, o aumento foi relativamente lento durante os três últimos decênios do século XIX, e só no primeiro decênio do século XX atingiu grandes proporções, quase duplicando em dez anos. O começo do século XX constitui uma época de viragem, não só

[21] *Bulletin de I'Institut international de statistique*, r, XIX, livr. II, La Haye, 1912. Os dados sobre os Estados pequenos, segunda coluna, foram tomados aproximadamente segundo as normas de 1902 e aumentados cerca de 20 %.

do ponto de vista do crescimento dos monopólios (cartéis, sindicatos, trustes), de que já falamos, mas também do ponto de vista do crescimento do capital financeiro.

O total de valores emitidos no mundo era, em 1910, segundo os cálculos de Neymarck, de uns 815 mil milhões de francos. Deduzindo aproximativamente as duplicações, o número desce para 575 ou 600 mil milhões. Eis a distribuição por países (com base no número de 600 mil milhões):

TOTAL DOS VALORES EM 1910

(Em bilhões de francos)

Inglaterra	142	**479**
Estados Unidos	132	
França	110	
Alemanha	95	
Rússia	31	
Áustria-Hungria	24	
Itália	14	
Japão	12	
Holanda	12,5	
Bélgica	7,5	
Espanha	7,5	
Suíça	6,25	
Dinamarca	3,75	
Suécia, Noruega, Romênia, etc.	2,5	
Total	***600***	

Estes dados possibilitam que se veja imediatamente com que força se destacam os quatro países capitalistas mais ricos, que dispõem aproximadamente de 100 a 150 bilhões de francos em valores. Desses quatro, dois - Inglaterra e França - são os países

capitalistas mais velhos e, como veremos, os mais ricos em colônias; os outros dois - os Estados Unidos e a Alemanha - são países capitalistas avançados pela rapidez de desenvolvimento e pelo grau de difusão dos monopólios capitalistas na produção. Os quatro juntos têm 479 mil milhões de francos, isto é, cerca de 80 % do capital financeiro mundial. Quase todo o resto do mundo exerce, de uma forma ou de outra, funções de devedor e tributário desses países, banqueiros internacionais, desses quatro "pilares" do capital financeiro mundial.

Convém determo-nos, particularmente, no papel que desempenha a exportação de capital na criação da rede internacional de dependências e de relações do capital financeiro.

IV. A EXPORTAÇÃO DE CAPITAL

O que caraterizava o velho capitalismo, onde reinava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que carateriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca, tanto no interior como, em especial, no campo internacional, é um traço distintivo e caraterístico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria e dos diferentes países é inevitável sob o capitalismo. A Inglaterra foi a primeira que se transformou em país capitalista, e em meados do século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a "oficina de todo o mundo", o fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, os quais deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas. Mas este monopólio da Inglaterra se enfraqueceu já no

último quartel do século XIX, pois alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários "protecionistas", tinham se transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme "excedente de capital" nos países avançados.

Certamente, se o capitalismo tivesse podido desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se tivesse podido elevar o nível de vida das massas da população, a qual continua a arrastar, apesar do vertiginoso progresso da técnica, uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este "argumento" é constantemente utilizado para tudo, pelos críticos pequeno-burgueses do capitalismo. Mas se assim fosse, o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já

incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação "lucrativa".

Eis dados aproximados sobre o volume dos capitais investidos no estrangeiro pelos três países mais importantes[1]:

CAPITAL INVESTIDO NO ESTRANGEIRO

(Em bilhões de francos)

Anos	*Inglaterra*	*França*	*Alemanha*
1862	3,6		
1872	15	10 (1869)	
1882	22	15 (1880)	?
1893	42	20 (1890)	?
1902	62	27-37	12,5
1914	75-100	60	44

Estes dados nos mostram que a exportação de capitais só adquire um desenvolvimento gigantesco em princípios do século XX. Antes da guerra, o capital investido no estrangeiro pelos três

[1] Hobson, *Imperialism*, L., 1902, p. 58; Riesser, Ob. cit., pp. 395 e 404; P. Amdt, em *Weltwirtschaftliches Archiv*, Bd. 7, 1916, S. 35; Neymark em *Bulletin*; Hilferding, *O Capital Financeiro*, p. 492; Lloyd George, discurso na Câmara dos Comuns de 4 de Maio de 1915, Daily Telegraph de 5 de Maio de 1915; B. Harms, *Probleme der Weltwirtschaft*, Jena, 1912, S. 235 e segs.; Dr. Siegmund Schilder, *Entwilcklungstendenzen der Weltwirtschafit*, Berlin, 1912, Bd. 1, S. 150; George Paish, "Great Britain's Capital Investments, etc.", em *Journal of the Royal Statistical Society*, vol. LXXIV, 1910-11, p. 167 e seg; Georges Diouritch, *L'Expansion des Banques Allemandes à l'Etranger, ses Rapports avec le Développement Econornique de l'Allemagne*, P., 1909, p. 84.

países principais era de 175 a 200 bilhões de francos. O rendimento desta soma, tornando como base a modesta taxa de 5 %, deve ascender a 8 ou 10 bilhões de francos anuais, Uma sólida base para o jugo e exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos!

Como se distribuem entre os diferentes países esse capital investido no estrangeiro? Onde está colocado? A estas perguntas apenas se pode dar uma resposta aproximada, a qual, no entanto, pode esclarecer algumas relações e laços gerais do imperialismo moderno:

PARTES DO MUNDO ENTRE AS QUAIS ESTÃO DISTRIBUÍDOS (APROXIMADAMENTE) OS CAPITAIS INVESTIDOS NO ESTRANGEIRO (POR VOLTA DE 1910)

(Em bilhões de marcos)

	Inglaterra	*França*	*Alemanha*	*Total*
Europa	4	23	18	4
América	37	4	10	51
Ásia, África e Austrália	29	8	7	44
Total	***70***	***35***	***35***	***140***

No que se refere à Inglaterra, estão em primeiro plano as suas possessões coloniais, que são muito grandes também na América (por exemplo o Canadá), sem falar as da Ásia, etc. A gigantesca exportação de capitais encontra-se, no caso da Inglaterra, estreitamente relacionada com as colônias gigantescas, de cuja significação para o imperialismo voltaremos a falar mais adiante. Diferente é o caso da França, cujo capital colocado no estrangeiro se encontra investido principalmente na Europa, e em primeiro lugar

na Rússia (10 mil milhões de francos pelo menos), com a particularidade de que se trata sobretudo de capital de empréstimo, de empréstimos públicos e não de capital investido em empresas industriais. Diferentemente do imperialismo inglês, que é colonial, o imperialismo francês pode ser qualificado de usurário. A Alemanha oferece uma terceira variedade: as suas colônias não são grandes, e o capital colocado no estrangeiro está investido em proporções mais iguais entre a Europa e a América.

A exportação de capitais repercute-se no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente. Se, em consequência disso, a referida exportação pode, até certo ponto, ocasionar uma estagnação do desenvolvimento nos países exportadores, isso só pode ter lugar em troca de um alargamento e de um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo.

Os países que exportam capitais podem quase sempre obter certas "vantagens", cujo caráter lança luz sobre as particularidades da época do capital financeiro e do monopólio. Eis, por exemplo, o que dizia em Outubro de 1913 a revista berlinense *Die Bank*:

"No mercado internacional de capitais está a representar-se desde há pouco tempo uma comédia digna de um Aristófanes. Um bom número de Estados, desde a Espanha até aos Balcãs, desde a Rússia até à Argentina, ao Brasil e à China, apresentam-se, aberta ou veladamente, perante os grandes mercados de dinheiro, exigindo, por vezes com extraordinária insistência, a concessão de empréstimos. Os mercados de dinheiro não se encontram atualmente numa situação muito brilhante, e as

perspectivas políticas não são animadoras. Mas nenhum dos mercados monetários se decide a negar um empréstimo com receio de que o vizinho se adiante, o conceda e, ao mesmo tempo, obtenha certos serviços em troca do serviço que presta. Nas transações internacionais deste gênero o credor obtém quase sempre algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, uma mina de carvão, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões."[2]

O capital financeiro criou a época dos monopólios. E os monopólios introduzem os seus métodos em toda a parte: a utilização das "relações" para as transações proveitosas substitui a concorrência no mercado aberto. É muito corrente que entre as cláusulas do empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos ao país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. A França tem recorrido frequentemente a este processo no decurso das duas últimas décadas (1890-1910). A exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. As transações têm um caráter tal que, segundo diz Schilder "delicadamente"[3], "confinam com o suborno". Krupp na Alemanha, Schneider em França e Armstrong em Inglaterra constituem outros tantos modelos de firmas intimamente ligadas com os bancos gigantescos e com os governos, das quais é difícil "prescindir" ao negociar um empréstimo.

A França, ao mesmo tempo que concedia empréstimos à Rússia, "impôs-lhe", no tratado de comércio de 16 de Setembro de 1905, certas concessões válidas até 1917: o mesmo se pode dizer do tratado comercial subscrito em 19 de Agosto de 1911 com o Japão. A

[2] Die Bank, 1913, n.º 2, 1024-1025.

[3] Schilder, Ob. cit., pp. 346, 350 e 371.

guerra alfandegária entre a Áustria e a Sérvia, que se prolongou, com um intervalo de sete meses, de 1906 a 1911, foi devida em parte à concorrência entre a Áustria e a França no fornecimento de material de guerra à Sérvia. Paul Deschanel declarou no Parlamento, em janeiro de 1912, que entre 1908 e 1911 as firmas francesas tinham fornecido material de guerra à Sérvia no valor de 45 milhões de francos.

Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: “A construção das estradas de ferro brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção de ferrovias, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária.”

O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo. Neste aspecto desempenham um papel importante os bancos fundados nas colônias, bem como as suas sucursais. Os imperialistas alemães olham com inveja os “velhos” países coloniais que gozam, neste aspecto, de condições particularmente “vantajosas”. A Inglaterra tinha em 1904 um total de 50 bancos coloniais com 2279 sucursais (em 1910 eram 72 bancos com 5449 sucursais); a França tinha 20 com 136 sucursais; a Holanda possuía 16 com 68; enquanto a Alemanha tinha “apenas” 13 com 70 sucursais[4]. Os capitalistas americanos invejam por sua vez os ingleses e os alemães: “Na América do Sul - lamentavam-se em 1915 - 5 bancos alemães têm 40 sucursais, 5 ingleses 70 sucursais ... A Inglaterra e a Alemanha, no decurso dos últimos vinte e cinco anos, investiram na Argentina, no

[4] Riesser, Ob. cit., p. 375 (4.ª ed.), e Diouritch, p. 283.

Brasil e no Uruguai mil milhões de dólares aproximadamente; como resultado disso beneficiam de 46 % de todo o comércio desses três países."[5]

Os países exportadores de capitais dividiram o mundo entre si, no sentido figurado do termo. Mas o capital financeiro também conduziu à partilha direta do mundo.

---

[5] *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. LIX, Maio de 1915, p. 301. Nesta mesma publicação, na p. 331, lemos que no último número da revista financeira Statist o conhecido especialista em estatística Paish calculava em 40 mil milhões de dólares, isto é, 200 mil milhões de francos, os capitais exportados pela Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Holanda.

V. A PARTILHA DO MUNDO ENTRE OS GRUPOS CAPITALISTAS

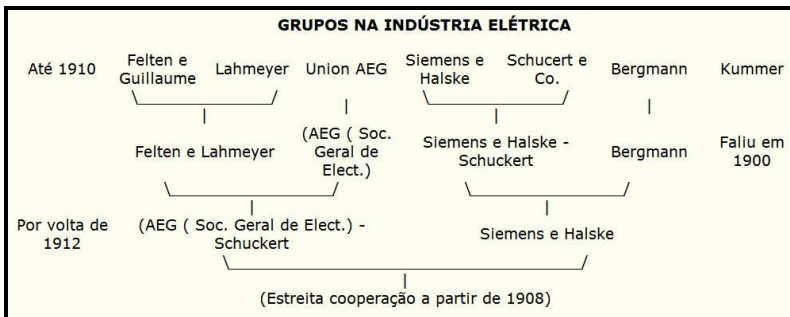
Antes de mais anda, é preciso afirmar que as associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trustes - partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do seu país. Mas sob o regime capitalista, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e foram se alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, a marcha "natural" das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais.

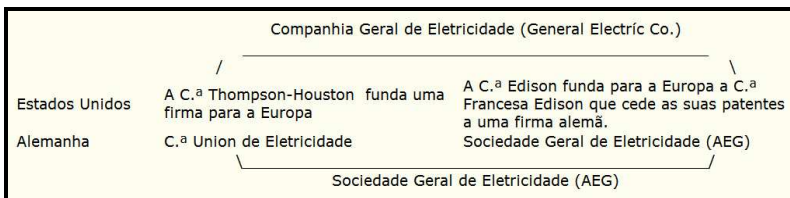
Este novo grau da concentração, em escala mundial, do capital e da produção, é um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores. Vejamos como surge este super monopólio.

A indústria elétrica é a mais típica, do ponto de vista dos últimos progressos da técnica, para o capitalismo de fins do século XIX e início do século XX. E, entre os novos países capitalistas, adquiriu maior impulso nos dois mais avançados, os Estados Unidos e a Alemanha. Na Alemanha, a crise de 1900 contribuiu particularmente para a concentração deste ramo da indústria. Os bancos, que nessa época já se encontravam bastante ligados à indústria, aceleraram e aprofundaram ao mais alto grau, durante essa crise, a ruína das empresas relativamente pequenas, a sua absorção pelas grandes. "Os bancos - diz Jeidels - negaram apoio precisamente às empresas que mais necessidade tinham dele, provocando com isso, a princípio, um ascenso vertiginoso, e depois o craque irremediável das sociedades que não estavam suficientemente ligadas a eles."[1]

Como resultado, a concentração avançou, depois de 1900, a passos de gigante. Até 1900 tinham existido 7 ou 8 "grupos" na indústria elétrica; cada um era composto por várias sociedades (um total de 28) e por detrás de cada um haviam 2 a 11 bancos. Por volta de 1908-1912 todos esses grupos se fundiram em um ou dois. Eis como se produziu o referido processo:

---

[1] Jeidels, Ob. cit., p. 232.

A famosa AEG (Sociedade Geral de Eletricidade), assim desenvolvida, exerce o seu domínio sobre 175 ou 200 sociedades (através do sistema de "participação") e dispõe de um capital total de cerca de 1,5 bilhões de marcos. Só no estrangeiro conta com 34 representações diretas, 12 das quais são sociedades anônimas estabelecidas em mais de dez países. Em 1904 calculava-se que os capitais investidos pela indústria elétrica alemã no estrangeiro ascendiam a 233 milhões de marcos, dos quais 62 milhões na Rússia. Inútil dizer que a Sociedade Geral de Eletricidade constitui uma gigantesca empresa "combinada" - só o número das suas sociedades fabris é de 16 - que produz os mais variados artigos, desde cabos e isoladores até automóveis e aparelhos de aviação.

Mas a concentração na Europa foi também um elemento integrante no processo de concentração nos Estados Unidos. Eis como ele se produziu:

Deste modo se formaram duas "potências" elétricas. "É impossível encontrar no mundo uma única sociedade elétrica que seja completamente independente delas" - diz Heinig no seu artigo *Os Caminhos do Truste da Eletricidade*. Os números seguintes dão uma ideia, que está muito longe de ser completa, das proporções do volume de negócios e da dimensão das empresas de ambos os trustes.

	Anos	***Volume de negócios (em milhões de marcos)***	***Número de empregados***	***Lucro líquido (em milhões de marcos)***
América				
Companhia Geral de	1907	252	28 000	35,4
Eletricidade (GEC)	1910	298	32 000	45,6
Alemanha				
Sociedade Geral de	1907	216	30 700	14,5
Eletricidade (AEG	1911	362	60 800	21,7

E eis que em 1907, entre o truste americano e o truste alemão se estabeleceu um acordo para a partilha do mundo. Foi suprimida a concorrência: a GEC "recebeu" os Estados Unidos e o Canadá; à AEG "couberam" a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Bálcãs. Firmaram-se acordos especiais, naturalmente secretos, em relação às filiais, que penetram em novos ramos da indústria e em países "novos", ainda não incluídos formalmente na partilha. Estabeleceu-se o intercâmbio de invenções e experiências[2].

Compreende-se perfeitamente até que ponto é difícil a concorrência com este truste, realmente único, mundial, que dispõe

---

[2] Riesser, Ob. cit.; Diouritch, Ob. cit, p. 239; Kurt Heinig, Art. cit.

de um capital de milhares de milhões, e tem as suas “sucursais”, representações, agências, relações, etc., em todos os cantos do mundo. Mas a partilha do mundo entre dois trustes fortes não exclui, naturalmente, uma nova partilha, no caso de se modificar a correlação de forças em consequência da desigualdade do desenvolvimento, das guerras, dos craques, etc.

A indústria do petróleo oferece-nos um exemplo elucidativo de tentativa de nova partilha deste gênero, da luta para o conseguir.

“O mercado mundial do petróleo - escrevia Jeidels em 1905 - encontra-se ainda atualmente dividido entre dois grandes grupos financeiros: o truste americano *Standard Oil Co*., de Rockefeller, e os donos do petróleo russo de Baku, isto é, Rothschild e Nobel. Ambos os grupos estão intimamente ligados entre si, mas a sua situação de monopólio encontra-se ameaçada há alguns anos por cinco inimigos”[3]: 1) o esgotamento dos jazigos norte-americanos de petróleo; 2) a concorrência da firma Mantáshev em Baku; 3) os jazigos da Áustria; 4) os da Romênia; 5) os jazigos de petróleo transoceânicos, particularmente nas colônias holandesas (as riquíssimas firmas Samuel e Shell, também ligadas ao capital inglês). Os três últimos grupos de empresas estão relacionados com os grandes bancos alemães, e em primeiro lugar com o Banco Alemão, o mais importante deles. Estes bancos impulsionaram de forma sistemática e independente a indústria petrolífera, por exemplo na Romênia, a fim de terem o “seu” ponto de apoio. Em 1907 calculava-se que na indústria romena do petróleo havia capitais estrangeiros

[3] Jeidels, Ob. cit., pp. 192-193.

no valor de 185 milhões de francos, dos quais 74 milhões eram alemães[4].

Começou o que nas publicações econômicas se chama luta pela "partilha do mundo". Por um lado, a *Standard Oil*, de Rockefeller, desejosa de se apoderar de tudo, fundou uma filial na própria Holanda, adquirindo os jazigos da Índia Holandesa e procurando assestar assim um golpe no seu inimigo principal: o truste anglo-holandês *Shell*. Por outro lado, o Banco Alemão e outros bancos berlinenses procuravam "conservar" a Romênia e uni-la à Rússia contra Rockefeller. Este último possuía um capital incomparavelmente mais volumoso e uma magnífica organização de transportes e abastecimento aos consumidores. A luta devia terminar, e terminou, em 1907, com a derrota completa do Banco Alemão, diante do qual se abriam dois caminhos: ou liquidar, com perdas de milhões, os seus "interesses petrolíferos", ou submeter-se. Escolheu o segundo e concluiu um acordo muito pouco vantajoso com a *Standard Oil*. No referido acordo comprometia-se "a não fazer nada em prejuízo dos interesses norte-americanos", com a ressalva, no entanto, de que o convênio perderia a sua vigência no caso de a Alemanha vir a aprovar uma lei implantando o monopólio do Estado sobre o petróleo.

Começa então a "comédia do petróleo". Von Gwinner, diretor do Banco Alemão e um dos reis financeiros da Alemanha, organiza, por intermédio do seu secretário particular, Stauss, uma campanha a favor do monopólio do petróleo. Põe-se em ação todo o gigantesco aparelho do mais importante banco berlinense, todas as vastas "relações" de que dispõe, a imprensa enche-se de clamores

---

[4] Diouritch, pp. 245-246.

“patrióticos” contra o “jugo” do truste americano, e o Reichtag decide, quase por unanimidade, em 15 de Março de 1911, convidar o governo a preparar um projeto, de monopólio do petróleo. O governo aceitou esta ideia “popular”, e o Banco Alemão, desejoso de enganar o seu rival americano e de pôr em ordem os seus negócios mediante o monopólio de Estado, parecia ter ganho a partida. Os reis alemães do petróleo esfregavam já as mãos de prazer pensando nos seus lucros fabulosos, que não seriam inferiores aos dos fabricantes de açúcar russos ... Mas em primeiro lugar, os grandes bancos alemães zangaram-se entre si por causa da partilha do saque, e a Sociedade de Desconto pôs a descoberto os objetivos interessados do Banco Alemão; em segundo lugar, o governo assustou-se com a ideia de uma luta com Rockefeller, pois era muito duvidoso que a Alemanha conseguisse obter petróleo sem contar com ele (o rendimento da Romênia não é muito considerável); em terceiro lugar, quase ao mesmo tempo, em 1913, votava-se um crédito de 1 .000 milhões para o preparativos de guerra da Alemanha. O projeto de monopólio foi adiado. De momento, a Standard Oil de Rockefeller saiu vitoriosa da luta.

A revista berlinense *Die Bank* escreveu a este respeito que a Alemanha não poderia lutar com a *Standard Oil* a não ser implantando o monopólio de eletricidade e convertendo a força hidráulica em energia elétrica barata. Mas - acrescentava – “o monopólio da eletricidade virá quando dele necessitarem os produtores: quando nos encontrarmos em vésperas de outro grande craque, desta vez na indústria elétrica, e quando já não puderem funcionar com lucro as gigantescas e caras centrais elétricas que os 'consórcios' privados da indústria elétrica estão agora construindo em toda parte e para as quais estão a obter já diversos monopólios

dos municípios dos Estados, etc. Será necessário então pôr em marcha as forças hidráulicas mas não será possível convertê-las em eletricidade barata por conta do Estado, tornando-se necessário entregá-las também a um 'monopólio privado submetido ao controle do Estado', pois a indústria privada já conclui bastantes transações e estipulou grandes indenizações ... Assim aconteceu com o monopólio do petróleo e assim será com o monopólio da eletricidade. Já é tempo de os nossos socialistas de Estado, que se deixam deslumbrar por princípios brilhantes, compreenderem finalmente que, na Alemanha, os monopólios nunca tiveram a intenção de proporcionar benefício aos consumidores ou, pelo menos, de pôr à disposição do Estado uma parte dos lucros patronais, tendo servido unicamente para sanear, à custa do Estado, a indústria privada, colocada quase à beira da falência"[5].

Tais são as valiosas confissões que se vêem obrigados a fazer os economistas burgueses da Alemanha. Por aqui vemos claramente como, na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.

Na marinha mercante, o gigantesco processo de concentração conduziu também à partilha do mundo. Na Alemanha destacaram-se duas grandes sociedades: *Hamburg-Amerika* e a *Lloyd* da Alemanha do Norte, com um capital de 200 milhões de marcos (ações e obrigações) cada uma, e possuindo barcos num valor de 185 a 189 milhões de marcos. Por outro lado, foi fundado na América, em

---

[5] Die Bank, 1912, 2, S. 629, 1036; 1913, I, S. 388.

1 de janeiro de 1903, o chamado truste Morgan, a *Companhia Internacional de Comércio Marítimo*, que agrupa nove companhias de navegação americanas e inglesas, dispondo de um capital de 120 milhões de dólares (480 milhões de marcos). Já em 1903 foi assinado um contrato sobre a partilha do mundo entre os colossos alemães e esse truste anglo-americano no que se refere à partilha dos lucros. As sociedades alemãs renunciaram a entrar em concorrência nos transportes entre a Inglaterra e a América. Fixaram-se taxativamente os portos "reservados" a cada um, criou-se um comitê de controle comum, etc. O contrato foi concluído para vinte anos, com a prudente reserva de que perderia a validade em caso de guerra[6].

É também extraordinariamente elucidativa a história da constituição do cartel internacional dos carris de ferro. A primeira vez que as fábricas de carris inglesas, belgas e alemãs tentaram constituir o referido cartel foi em 1884, num período de depressão industrial muito grave. Estabeleceram um acordo para os subscritores do pacto não competirem nos mercados internos dos respectivos países, e os mercados externos foram distribuídos na proporção seguinte: Inglaterra 66 %, Alemanha 27 % e Bélgica 7 %. A Índia ficou inteiramente à disposição da Inglaterra. Fez-se a guerra em comum a uma companhia inglesa que tinha ficado à margem do acordo. Os gastos dessa guerra foram cobertos com uma percentagem das vendas gerais. Mas em 1886, quando duas firmas inglesas se retiraram do cartel, este desmoronou-se. É eloquente o fato do acordo não ter sido possível durante os períodos de prosperidade industrial que se seguiram.

---

[6] Riesser., ob. cit, p. 125.

Em princípios de 1904 foi fundado o sindicato do aço da Alemanha. Em Novembro do mesmo ano voltou a formar-se o cartel internacional dos carris de ferro, com a seguinte proporção: Inglaterra 53,5 %, Alemanha 28,83 % e Bélgica 17,67 %. Mais tarde foi incorporada a França com 4,8 %, 5,8 % e 6,4 % no primeiro, segundo e terceiro anos respectivamente, além dos 100 %, quer dizer, calculando sobre um total de 104,8 %, e assim sucessivamente. Em 1905 aderiu o truste do aço dos Estados Unidos (Corporação do Aço); depois juntaram-se-lhe a Áustria e a Espanha. "No momento atual - dizia Vogelstein em 1910 -, a partilha do mundo está concluída, e os grandes consumidores, em primeiro lugar os estradas de ferro do Estado, podem viver - visto que o mundo está já repartido, sem ter em conta os seus interesses -, como o poeta nos céus de Júpiter[7].

Recordemos também o sindicato internacional do zinco, fundado em 1909, que fez uma distribuição exata do volume da produção entre cinco grupos de fábricas: alemãs, belgas, francesas, espanholas e inglesas; depois, o truste internacional da pólvora, essa "estreita aliança, perfeitamente moderna - segundo palavras de Liefmann -, de todas as fábricas alemãs de explosivos, que, reunidas mais tarde às fábricas de dinamite francesas e americanas, organizadas de maneira análoga, partilharam, por assim dizer, o mundo inteiro"[8].

Segundo Liefmann, em 1897 havia cerca de 40 cartéis internacionais com a participação da Alemanha; em 1910 aproximavam-se já da centena.

---

[7] VogeIstein, *Organisationsformen*, S. 100.

[8] Liefmann, Kartelle *und Trusts*, 2. A., S. 161.

Alguns escritores burgueses (aos quais se juntou agora Kautsky, que atraiçoou completamente a sua posição marxista de 1909, por exemplo) exprimiram a opinião de que os cartéis internacionais, sendo como são uma das expressões de maior relevo da internacionalização do capital, permitem acalentar a esperança de que a paz entre os povos virá a imperar sob o capitalismo. Esta opinião é, do ponto de vista teórico, completamente absurda, e do ponto de vista prático um sofisma, um meio de defesa pouco honesto do oportunismo da pior espécie. Os cartéis internacionais mostram até que ponto cresceram os monopólios, e quais são os objetivos da luta que se desenrola entre os grupos capitalistas. Esta última circunstância é a mais importante, só ela nos esclarece sobre o sentido histórico e econômico dos acontecimentos, pois a forma de luta pode mudar, e muda constantemente, de acordo com diversas causas, relativamente particulares e temporais, enquanto a essência da luta, o seu conteúdo de classe, não pode mudar enquanto subsistirem as classes. Compreende-se que os interesses da burguesia alemã, por exemplo, para a qual Kautsky se passou na realidade nos seus raciocínios teóricos (como veremos mais adiante), ditem a conveniência de ocultar o conteúdo da luta econômica atual (pela partilha do mundo), de sublinhar ora uma ora outra forma dessa luta. Kautsky incorre neste mesmo erro. E não se trata apenas, naturalmente, da burguesia alemã, mas da burguesia mundial. Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no "segundo o capital", "segundo a força"; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está

a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extraeconômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo. Substituir o conteúdo da luta e das transações entre os grupos capitalistas pela forma desta luta e destas transações (hoje pacífica, amanhã não pacífica, depois de amanhã outra vez não pacífica) significa descer ao papel de sofista.

A época do capitalismo contemporâneo mostra-nos que se estão a estabelecer determinadas relações entre os grupos capitalistas com base na partilha econômica do mundo, e que, ao mesmo tempo, em ligação com isto, se estão a estabelecer entre os grupos políticos, entre os Estados, determinadas relações com base na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na “luta pelo território econômico”.

VI. A PARTILHA DO MUNDO ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS

No seu livro sobre o "desenvolvimento territorial das colônias europeias"[1], o geógrafo A. Supan dá o seguinte resumo desse desenvolvimento nos fins do século XIX:

PERCENTAGEM DE TERRITÓRIO PERTENCENTE ÀS POTÊNCIAS COLONIAIS EUROPEIAS E AOS ESTADOS UNIDOS

	1876	*1900*	*Diferenças*
Na África	10,8 %	90,4 %	79,6 %
Na Polinésia	56,8 %	98,9 %	42,1 %
Na Ásia	51,5 %	56,6 %	5,1 %
Na Austrália	100,0 %	100,0 %	-
Na América	27,5 %	27,2 %	0,30%

[1] A. Supan, *Die territoriale Entwick1ung der europäischen KoIoníen*, 1906, S. 254.

"O traço caraterístico deste período - conclui o autor - é, por conseguinte, a partilha da África e da Polinésia." Como nem na Ásia nem na América existem terras desocupadas, isto é, que não pertençam a nenhum Estado, há que ampliar a conclusão de Supan e dizer que o traço caraterístico do período que nos ocupa é a partilha definitiva do planeta, definitiva não no sentido de ser impossível reparti-lo de novo "pelo contrário, novas partilhas são possíveis e inevitáveis", mas no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no nosso planeta. Pela primeira vez, o mundo encontra-se já repartido, de tal modo que, no futuro, só se poderão efetuar novas partilhas, ou seja, a passagem de territórios de um "proprietário" para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um "dono".

Vivemos, por conseguinte, numa época peculiar da política colonial mundial, que se encontra intimamente relacionada com a "fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo", com o capital financeiro. Por isso é necessário determo-nos mais pormenorizadamente acima de tudo nos dados concretos, para formarmos uma ideia o mais precisa possível da diferença existente entre esta época e as anteriores, assim. como da situação atual. Em primeiro lugar surgem duas questões concretas: verifica-se uma acentuação da política colonial, uma exacerbação da luta pelas colônias, precisamente na época do capital financeiro? Como precisamente se encontra repartido o mundo, na atualidade, deste ponto de vista?

O escritor americano Morris, no seu livro sobre a história da colonização[2], procura reunir os dados sobre a extensão das possessões coloniais da Inglaterra, França e Alemanha nos diferentes períodos do século XIX. Eis, brevemente expostos, os resultados obtidos.

DIMENSÃO DAS POSSESSÕES COLONIAIS

	Inglaterra		*França*		*Alemanha*	
Anos	*Superfície (em milhões de milhas quadradas)*	*População (em milhões)*	*Superfície (em milhões de milhas quadradas)*	*População (em milhões)*	*Superfície (em milhões de milhas quadradas)*	*População (em milhões)*
1815-1830	?	126,4	0,02	0,5	-	-
1860	2,5	145,1	0,2	3,4	-	-
1880	7,7	267,9	0,7	7,5	-	-
1899	9,3	309,0	3,7	56,4	1,0	14,7

Para a Inglaterra, o período de enorme intensificação das conquistas coloniais corresponde aos anos de 1860 a 1890 e muito considerável durante os últimos vinte anos do século XIX. Para a França e para a Alemanha corresponde exatamente a esses vinte anos. Vimos acima que o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo em que predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870. Agora vemos que é exatamente depois desse período que começa o enorme "ascenso" de conquistas coloniais, que se exacerba até um grau extraordinário a luta pela partilha territorial do mundo. É indubitável, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo

[2] Henry C. Morrís, *The History of Colonization*, N. Y., 1900, vol. II p. 88; I, 419; II, 304.

monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo.

Hobson destaca no seu livro sobre o imperialismo os anos que vão de 1884 a 1900 como um período de intensa "expansão" (aumento territorial) dos principais Estados europeus. Segundo os seus cálculos, a Inglaterra adquiriu durante esse período 3.700.000 milhas quadradas com uma população de 57 milhões de habitantes; a França, 3.600.000 milhas quadradas com 36,5 milhões de habitantes; a Alemanha, 1000.000 de milhas quadradas com 14,7 milhões de habitantes; a Bélgica, 900.000 milhas quadradas com 30 milhões de habitantes; Portugal, 8.000.000 milhas quadradas com 9 milhões de habitantes. Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa.

Na época de maior florescimento da livre concorrência na Inglaterra, entre 1840 e 1860, os dirigentes políticos burgueses deste país eram adversários da política colonial, e consideravam útil e inevitável a emancipação das colônias e a sua separação completa da Inglaterra. M. Beer diz, num artigo publicado em 1898 sobre o "imperialismo inglês contemporâneo"[3], que em 1852 um estadista britânico como Disraeli, tão favorável em geral ao imperialismo, declarava que "as colônias são uma mó que trazemos atada ao pescoço". Em contrapartida, em fins do século XIX os heróis do dia na Inglaterra eram Cecil Rhodes e Joseph Chamberlain, que preconizavam abertamente o imperialismo e aplicavam uma política imperialista com o maior cinismo!

---

[3] *Die Neue Zeit*, XVI, 1, 1898, S. 302.

Não deixa de ter interesse assinalar que esses dirigentes políticos da burguesia inglesa viam já então claramente a ligação existente entre as raízes puramente econômicas, por assim dizer, do imperialismo moderno e as suas raízes sociais e políticas. Chamberlain preconizava o imperialismo como uma "política justa, prudente e econômica", assinalando sobretudo a concorrência com que choca agora a Inglaterra no mercado mundial por parte da Alemanha, da América e da Bélgica. A salvação está no monopólio, diziam os capitalistas, ao fundar cartéis, sindicatos, trustes. A salvação está no monopólio, repetiam os chefes políticos da burguesia, apressando-se a apoderar-se das partes do mundo ainda não repartidas. E Cecil Rhodes, segundo conta um seu amigo íntimo, o jornalista Stead, dizia-lhe em 1895, a propósito das suas ideias imperialistas: "Ontem estive no *East-End* londrino (bairro operário) e assisti a uma assembleia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão!, pão!, e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo ... A ideia que acalento representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas."[4]

Assim falava em 1895 Cecil Rhodes, milionário, rei da finança e principal responsável da guerra anglo-boer. Esta defesa do imperialismo é simplesmente um pouco grosseira, cínica, mas, no

---

[4] Ibidem, S. 304.

fundo, não se diferencia da “teoria” dos senhores Máslov, Südekum, Potréssov, David, do fundador do marxismo russo, etc. etc. Cecil Rhodes era um social chauvinista um pouco mais honesto.

Para dar um panorama o mais exato possível da partilha territorial do globo e das mudanças havidas, sob este aspecto, durante os últimos decênios, utilizaremos os resumos que Supan fornece na obra mencionada obre as possessões coloniais de todas as potências do mundo. O autor compara os anos 1876 e 1900; nós tomaremos o ano de 1876 - ponto de referência muito acertadamente escolhido, já que se pode considerar, em termos gerais, ser precisamente então que termina o desenvolvimento do capitalismo da Europa ocidental na sua fase pré-monopolista - e o ano de 1914, substituindo os números de Supan pelos mais recentes de Hübner, que extraímos das suas Tábuas Geográfico Estatísticas Supart estuda só as colônias; nós consideramos útil (para que o quadro da partilha do mundo seja completo) acrescentar uns breves dados sobre os países não coloniais e as semicolônias, entre as quais incluímos a Pérsia, a China e a Turquia: o primeiro destes países transformou-se já quase completamente em colônia; o segundo e o terceiro estão a caminho de se converterem.

Como resultado, obteremos o seguinte:

POSSESSÕES COLONIAIS DAS GRANDES POTÊNCIAS

(Em milhões de quilômetros quadrados e em milhões de habitantes)

Países	*Colônias*				*Metrópoles*		*Total*	
	1876		*1914*		*1914*		*1914*	
	Km²	*Hab.*	*Km²*	*Hab.*	*Km²*	*Hab.*	*Km²*	*Hab.*
Inglaterra	22,5	251,9	33,5	393,5	0,3	46,5	33,8	440,0
Rússia	17,0	15,9	17,4	33,2	5,4	136,2	22,8	169,4
França	0,9	6,0	10,6	55,5	0,5	9,6	11,1	95,1
Alemanha	-	-	2,9	12,3	0,5	64,9	3,4	77,2
Estados Unidos	-	-	0,3	9,7	9,4	97,0	9,7	106,7
Japão	-	-	0,3	19,2	19,2	53,0	0,7	72,2
Total para as 6 grandes potências	40,4	273,8	65,0	523,4	16,5	437,2	81,5	960,6
Colônias das outras potências (Bélgica, Holanda, etc.)							9,9	45,3
Semicolônias (Pérsia, China, Turquia)							14,5	361,2
Outros países							28,0	289,9
Total a Terra							***133,9***	***1.657,0***

Vê-se claramente como em fins do século XIX e princípios do século XX tinha já “terminado” a partilha do mundo. As possessões coloniais aumentaram em proporções gigantescas depois de 1876: em mais de uma vez e meia, de 40 para 65 milhões de quilômetros quadrados, para as seis potências mais importantes; o aumento é de 25 milhões de quilômetros quadrados, uma vez e meia mais do que a superfície das metrópoles (16,5 milhões). Três potências não possuíam colônias em 1876 e uma quarta, a França, quase não as tinha. No ano de 1914 essas quatro potências tinham adquirido colônias com uma superfície de 14,1 milhões de quilômetros quadrados, isto é, cerca de uma vez e meia mais do que a superfície da Europa, com uma população de quase 100 milhões de

habitantes. A desigualdade na expansão colonial é muito grande. Se compararmos, por exemplo, a França, a Alemanha e o Japão, que não são muito diferentes quanto à superfície e ao número de habitantes, verificamos que o primeiro desses países adquiriu quase três vezes mais colônias (do ponto de vista da superfície) que o segundo e o terceiro juntos. Mas pela importância do capital financeiro, a França, em princípio do período considerado, era talvez também várias vezes mais rica do que a Alemanha e o Japão juntos. A extensão das possessões coloniais não depende só das condições puramente econômicas, mas também, na base destas, das condições geográficas, etc. etc. Por vigoroso que tenha sido, durante os últimos decênios, o nivelamento do mundo, a igualização das condições econômicas e de vida dos diferentes países sob a pressão da grande indústria, da troca e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, respeitável, e entre os seis países indicados encontramos, por um lado, países capitalistas jovens, que progrediram com uma rapidez extraordinária (a América, a Alemanha e o Japão); por outro lado, há países capitalistas velhos que, durante os últimos anos, progrediram muito mais lentamente do que os anteriores (a França e a Inglaterra); em terceiro lugar figura um país, o mais atrasado do ponto de vista econômico (a Rússia), no qual o imperialismo capitalista moderno se encontra envolvido, por assim dizer, numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas.

Ao lado das possessões coloniais das grandes potências colocamos as colônias menos importantes dos Estados pequenos, que são, por assim dizer, o objetivo imediato da "nova partilha" das colônias, partilha possível e provável. A maior parte desses Estados pequenos conserva as suas colônias unicamente graças ao fato de existirem interesses opostos, fricções, etc., entre as grandes

potências que dificultam um acordo para a partilha do saque. Quanto aos Estados "semicoloniais", dão-nos um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e "cômoda" para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como "caso intermédio". Compreende-se, pois, que a luta por esses países semi-dependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido.

A política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravatura, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo. Mas as considerações "gerais" sobre o imperialismo, que esquecem ou relegam para segundo, plano as diferenças radicais entre as formações econômico-sociais, degeneram inevitavelmente em trivialidades ocas ou em jactâncias, tais como a de comparar "a grande Roma com a Grã-Bretanha"[5]. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos

---

[5] C. P. Lucas, *Greater Rome and Greater Britain*, Oxf., 1912; ou *Earl of Cromer, Ancient and Modern Imperialism*, L., 1910.

grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

"Pode-se arriscar a afirmação - escreve Schilder -, que a alguns parecerá paradoxal, de que o crescimento da população urbana e industrial, num futuro mais ou menos próximo, pode encontrar mais obstáculos na insuficiência de matérias-primas para a indústria do que na de produtos alimentares." É assim que, por exemplo, se acentua a escassez de madeira, que vai encarecendo cada vez mais, de peles e de matérias-primas para a indústria têxtil. "As associações de industriais tentam estabelecer o equilíbrio entre a agricultura e a indústria no quadro de toda a economia mundial; como exemplo pode citar-se a união internacional das associações de fabricantes de tecidos de algodão, que reúne alguns dos países industriais mais importantes, fundada em 1904, e a união europeia de associações de fabricantes de tecidos de linho, constituída em 1910 à imagem da anterior."[6]

---

[6] Schilder, Ob. cit., pp. 38-42.

Claro que os reformistas burgueses, e entre eles sobretudo os kautskistas atuais, procuram atenuar a importância desses fatos, afirmando que as matérias-primas “poderiam ser” adquiridas no mercado livre sem uma política colonial “cara e perigosa”, que a oferta de matérias-primas “poderia ser” aumentada em proporções gigantescas como “simples” melhoramento das condições da agricultura em geral. Mas essas afirmações convertem-se numa apologia do imperialismo, no seu embelezamento, pois baseiam-se no esquecimento da particularidade principal do capitalismo contemporâneo: os monopólios. O mercado livre passa cada vez mais para o domínio da história, os sindicatos e trustes monopolistas o vão reduzindo de dia para dia, e o “simples” melhoramento das condições da agricultura traduz-se no melhoramento da situação das massas, na elevação dos salários e na diminuição dos lucros. Onde existem, a não ser na fantasia dos reformistas melífluos, trustes capazes de se preocuparem com a situação das massas, e não corri a conquista de colônias?

Para o capital financeiro não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem tomar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos (para cujo efeito um banco importante pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas, etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os trustes capitalizam os seus bens atribuindo-lhes

o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros "possíveis" no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas.

Os capitalistas ingleses procuram por todos os meios ampliar a produção de algodão na sua colônia, o Egito (em 1904, dos 2.300.0000 hectares de terra cultivada no Egito, 60.000, isto é, mais da quarta parte, eram já destinados a algodão); os russos fazem o mesmo no Turquestão, que é uma colônia sua. Deste modo, lhes é mais fácil vencer os seus concorrentes estrangeiros, é-lhes mais fácil monopolizar as fontes de matérias-primas, criar um truste têxtil mais econômico e mais lucrativo, com produção "combinada", que concentre numa só mão todas as fases da produção e da transformação do algodão.

Os interesses da exportação de capitais levam do mesmo modo à conquista de colônias, pois no mercado colonial é mais fácil (e por vezes só nele é possível), utilizando meios monopolistas, suprimir o concorrente, garantir encomendas, consolidar as "relações" necessárias, etc.

A superestrutura extraeconômica que se ergue sobre a base do capital financeiro, a política e a ideologia deste, reforçam a tendência para as conquistas coloniais. "O capital financeiro não quer a liberdade, mas a dominação" - diz com razão Hilferding. E um

escritor burguês da França, como se ampliasse e completasse as ideias de Cecil Rhodes que citamos acima[7], afirma que é necessário juntar as causas de ordem social às causas econômicas da política colonial contemporânea: "em consequência das crescentes dificuldades da vida, que não atingem só as multidões operárias, mas também as classes médias, em todos os países de velha civilização estão a acumular-se 'impaciência', rancores e ódios que ameaçam a paz pública; energias desviadas do seu meio social, que é preciso captar para as empregar fora do país, se não quisermos que expludam no interior'"[8].

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e a correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época são típicos não só os dois grupos fundamentais de países - os que possuem colônias e as colônias -, mas também as formas variadas de países dependentes que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática. Uma destas formas, a semicolônia, indicamo-la já anteriormente. Modelo de outra forma é, por exemplo, a Argentina.

"A América do Sul e, sobretudo a Argentina - diz Schulze-Gaevernitz no seu livro sobre o imperialismo britânico -, encontra-se em tal dependência financeira relativamente a Londres

---

[7] Ver p, 634 da presente edição. (N. Ed.)

[8] Wahl, *La France aux colonies, cit. por Henri Russier, Le Partage de l'Océanie*, P., 1905, p. 165.

que quase a devemos qualificar de colônia comercial inglesa."[9] Segundo Schilder, os capitais investidos pela Inglaterra na Argentina, de acordo com os dados fornecidos em 1909 pelo cônsul austro-húngaro em Buenos Aires, ascendiam a 8750 milhões de francos. Não é difícil imaginar as fortes relações que isto assegura ao capital financeiro - e à sua fiei "amiga", a diplomacia - da Inglaterra com a burguesia da Argentina, com os círculos dirigentes de toda a sua vida econômica e política.

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701- 1714), que está sob o protetorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colônias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. etc[10]. Este gênero de relações entre grandes e pequenos Estados sempre existiu, mas na época do imperialismo capitalista tornam-se sistema geral, entram, como um elemento entre tantos outros, na formação do conjunto de relações que regem a "partilha do mundo", passam a ser elos da cadeia de operações do capital financeiro mundial.

---

[9] Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus und englischer Freihandel zu Beginn des 20-tem Jahrbunderts*, Lpz., 1906, S. 318. 0 mesmo diz Sartorius von Waltershausen, *Das volkswirtschaftliche System der Kapitalanlage im Auslande*, Berlin, 1907, S. 46.

[10] Schilder, Ob. cit., t. I, pp. 160-161.

Para terminar com o que diz respeito à partilha do mundo devemos notar ainda o seguinte. Não só as publicações americanas depois da guerra hispano-americana, e as inglesas depois da guerra anglo-boer, apresentaram o assunto de um modo completamente aberto e definido em fins do século XIX e princípios do século XX; não só as publicações alemãs, que seguiam "de maneira mais zelosa" o desenvolvimento do "imperialismo britânico", têm vindo a apreciar sistematicamente este fato. Também as publicações burguesas de França apresentaram a questão de modo suficientemente claro e amplo, na medida em que isso é possível de um ponto de vista burguês. Referimo-nos ao historiador Driault, autor de Problemas Políticos e Sociais de Fins do Século XIX, que diz o seguinte, no capítulo sobre "As grandes potências e a partilha do mundo": "Nestes últimos anos, todos os territórios livres do globo, com exceção da China, foram ocupados pelas potências da Europa ou pela América do Norte. Produziram-se já, com base nisto, alguns conflitos e deslocações de influência, precursoras de transformações mais terríveis num futuro próximo. Porque é preciso andar depressa: as nações que não se abasteceram correm o risco de não o estarem nunca e de não tornarem parte na exploração gigantesca do globo, que será um dos fatos mais essenciais do próximo século (isto é, do século XX). Eis porque toda a Europa e a América se viram recentemente presas da febre de expansão colonial, do 'imperialismo', que é a caraterística mais notável dos fins do século XIX." E o autor acrescenta: "Com essa partilha do mundo, com essa corrida furiosa atrás das riquezas e dos grandes mercados da Terra, a força relativa dos impérios criados neste século XIX não tem já qualquer proporção com o lugar que ocupam na Europa as nações que os criaram. As potências predominantes na Europa, que são os árbitros dos seus destinos, não predominam igualmente no mundo. E

como o poderio colonial, esperança de riquezas ainda não calculadas, se repercutirá evidentemente na força relativa dos Estados europeus, a questão colonial - o 'imperialismo', se assim preferirmos chamar-lhe -, que modificou já as condições políticas da própria Europa, modifica-las-á cada vez mais.[11]

---

[11] J. E. Driault, *Problèmes politiques et sociaux*, P., 1900, p. 299.

VII - O IMPERIALISMO FASE PARTICULAR DO CAPITALISMO

É preciso, agora, tentar fazer um balanço, resumir o que dissemos acima sobre o imperialismo. O imperialismo surgiu como desenvolvimento e continuação direta das características fundamentais do capitalismo em geral. Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a caraterística fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a

transformar-se diante dos nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra ainda maior, e concentrando a produção e o capital a tal ponto que do seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os trustes e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam milhares de milhões. Ao mesmo tempo, os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela, engendrando assim contradições, fricções e conflitos particularmente agudos e intensos. O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior.

Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.

Mas as definições excessivamente breves, se bem que cômodas, pois contêm o principal, são insuficientes, já que é necessário extrair delas especialmente traços muito importantes do que é preciso definir. Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes:

> 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
>
> 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro" da oligarquia financeira;
>
> 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
>
> 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e
>
> 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Mais adiante veremos como se pode e se deve definir de outro modo o imperialismo, se tivermos em conta não só os conceitos fundamentais puramente econômicos (aos quais se limita a definição que demos), mas também o lugar histórico que esta fase do capitalismo ocupa relativamente ao capitalismo em geral, ou a relação entre o imperialismo e as duas tendências fundamentais do

movimento operário. O que agora há a considerar é que, interpretado no sentido referido, o imperialismo representa em si, indubitavelmente, uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo. Para dar ao leitor uma ideia o mais fundamentada possível do imperialismo, procuramos deliberadamente reproduzir o maior número de opiniões de economistas burgueses que se viram obrigados a reconhecer os fatos da economia capitalista moderna, estabelecidos de maneira particularmente incontroversa. Com o mesmo fim, reproduzimos dados estatísticos minuciosos que permitem ver até que ponto cresceu o capital bancário, etc., que expressão concreta teve a transformação da quantidade em qualidade, a transição do capitalismo desenvolvido para o imperialismo. Escusado é dizer, evidentemente, que na natureza e na sociedade todos os limites são convencionais e mutáveis, que seria absurdo discutir, por exemplo, sobre o ano ou a década precisos em que se instaurou definitivamente o imperialismo.

Mas sobre a definição do imperialismo vemo-nos obrigados a discutir sobretudo com K. Kautsky, o principal teórico marxista da época da chamada II Internacional, isto é, dos vinte e cinco anos compreendidos entre 1889 e 1914. Kautsky pronunciou-se decididamente em 1915, e mesmo em Novembro de 1914, contra as ideias fundamentais expressas na nossa definição do imperialismo, declarando que por imperialismo se deve entender não uma "fase" ou um grau da economia, mas uma política, e uma política determinada, a política "preferida" pelo capital financeiro; que não se pode identificar o imperialismo com o capitalismo contemporâneo , que, se a noção de imperialismo abarca "todos os fenômenos do capitalismo contemporâneo" - cartéis, protecionismo, dominação dos financeiros, política colonial -, então o problema da

necessidade do imperialismo, para o capitalismo, transforma-se na "tautologia mais trivial", pois nesse caso, "naturalmente, o imperialismo é uma necessidade vital para o capitalismo", etc. Expressaremos com a máxima exatidão o pensamento de Kautsky se reproduzirmos a sua definição do imperialismo, diametralmente oposta à essência das ideias que nós expomos (pois as objeções procedentes do campo dos marxistas alemães que defenderam ideias semelhantes durante longos anos, são já conhecidas desde há muito por Kautsky como objeções de uma corrente determinada do marxismo).

A definição de Kautsky é a seguinte:

"O imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido. Consiste na tendência de toda a nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões agrárias (o sublinhado é de Kautsky), quaisquer que sejam as nações que as povoam."[1]

Esta definição não serve para absolutamente nada, visto que destaca, de um modo unilateral, isto é, arbitrário, apenas o problema nacional (se bem que seja da maior importância, tanto em si como na sua relação com o imperialismo), relacionando-o arbitrária e erradamente só com o capital industrial dos países que anexam outras nações, e colocando em primeiro plano, da mesma forma arbitrária e errada, a anexação das regiões agrárias.

O imperialismo é uma tendência para as anexações; eis a que se reduz a parte política da definição de Kautsky. Ela é correta, mas extremamente incompleta, pois no aspecto político o

---

[1] *Die Neue Zeit*, 1914, 2 (B.32), S.909, 11 de Setembro de 1914; cf.1915, 2, S.107 e segs.

imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação. Mas o que neste caso nos interessa é o aspecto econômico que o próprio Kautsky introduziu na sua definição. As inexatidões da definição de Kautsky saltam à vista. O que é caraterístico do imperialismo não é precisamente o capital industrial, mas o capital financeiro. Não é um fenômeno casual o fato de, em França, precisamente o desenvolvimento particularmente rápido, do capital financeiro, que coincidiu com um enfraquecimento do capital industrial, ter provocado, a partir da década de 1880, uma intensificação extrema da política anexionista (colonial). O que é caraterístico do imperialismo é precisamente a tendência para a anexação não só das regiões agrárias, mas também das mais industriais (apetites alemães a respeito da Bélgica, dos franceses quanto à Lorena), pois, em primeiro lugar, já estando concluída a divisão do globo, isso obriga, para fazer uma nova partilha, a estender a mão sobre todo o tipo de territórios; em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia (para a Alemanha, a Bélgica tem uma importância especial como ponto de apoio contra a Inglaterra; para a Inglaterra, tem-na Bagdá como ponto de apoio contra a Alemanha, etc.).

Kautsky remete-se particularmente - e repetidas vezes - aos ingleses que, diz ele, formularam a significação puramente política da palavra “imperialismo”, no sentido em que ele a entende. Tomamos o inglês Hobson e lemos no seu livro O Imperialismo, publicado em 1902:

"O novo imperialismo distingue-se do velho, primeiro porque, em vez da aspiração de um só império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial; segundo, porque os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, predominam sobre os interesses comerciais"[2]

Como vemos, Kautsky não tem de fato razão alguma ao remeter-se aos ingleses em geral (os únicos a que poderia remeter-se seriam os imperialistas ingleses vulgares ou os apologistas declarados do imperialismo). Vemos que Kautsky, que pretende continuar a defender o marxismo, na realidade dá um passo atrás em relação ao social-liberal Hobson, o qual tem em conta, com mais acerto do que ele, as duas particularidades "históricas concretas" (Kautsky, com a sua definição, zomba precisamente do caráter histórico concreto!) do imperialismo contemporâneo: 1) a concorrência de vários imperialismos; 2) o predomínio do financista sobre o comerciante. Se o essencial consiste em que um país industrial anexa um país agrário, então atribui-se o papel principal ao comerciante.

A definição de Kautsky, além de ser errada e de não ser marxista, serve de base a todo um sistema de concepções que rompem em toda a linha com a teoria marxista e com a atuação prática marxista de que falaremos mais adiante. Carece absolutamente de seriedade a discussão de palavras promovida por Kautsky: como se deve qualificar a- fase atual do capitalismo: de imperialismo ou de fase do capital financeiro? Chame-se-lhe como se

[2] Hobson, *Imperialism*, L., 1902, p.324.

queira, isso é indiferente. 0 essencial é que Kautsky separa a política do imperialismo da sua economia, falando das anexações como da política preferida pelo capital financeiro, e opondo a ela outra política burguesa possível, segundo ele, sobre a mesma base do capital financeiro. Conclui-se que os monopólios, na economia, são compatíveis com o modo de atuar não monopolista, não violento, não anexionista, em política. Conclui-se que a partilha territorial do mundo, terminada precisamente na época do capital financeiro, e que é a base da peculiaridade das formas atuais de rivalidade entre os maiores Estados capitalistas, é compatível com uma política não imperialista. Daqui resulta que, deste modo, se dissimulam, se ocultam as contradições mais fundamentais da fase atual do capitalismo, em vez de as pôr a descoberto em toda a sua profundidade; daqui resulta reformismo burguês em vez de marxismo.

Kautsky discute com Cunow, apologista alemão do imperialismo e das anexações, que discorre de uma maneira grosseira e cínica: o imperialismo é o capitalismo contemporâneo; o desenvolvimento do capitalismo é inevitável e progressivo; por conseguinte, o imperialismo é progressivo; por conseguinte devemos prosternar-nos diante do imperialismo e glorificá-lo! Este raciocínio parece-se, de certo modo, com a caricatura dos marxistas russos que os populistas faziam nos anos de 1894 e 1895; se os marxistas consideram que o capitalismo é inevitável e progressivo na Rússia, diziam os populistas, devem dedicar-se a abrir tabernas e a fomentar o capitalismo.

Kautsky objeta a Cunow: não, o imperialismo não é o capitalismo contemporâneo, mas apenas uma das formas da sua política; podemos e devemos lutar contra essa política, lutar contra o

imperialismo, contra as anexações, etc. A objeção, completamente plausível na aparência, equivale, na realidade, a uma defesa mais subtil, mais velada (e por isso mesmo mais perigosa), da conciliação com o imperialismo, pois uma "luta" contra a política dos trustes e dos bancos que deixe intactas as bases da economia de uns e outros não passa de reformismo e pacifismo burgueses, não vai além das boas e inofensivas intenções. Voltar as costas às contradições existentes e esquecer as mais importantes, em vez de as descobrir em toda a sua profundidade: é isso a teoria de Kautsky, o que nada tem a ver com o marxismo. E, naturalmente, semelhante teoria não procura outro fim que não seja defender a ideia da unidade com os Cunow!

"Do ponto de vista puramente econômico - escreve Kautsky -, não é impossível que o capitalismo passe ainda por uma nova fase: a aplicação da política dos cartéis à política externa, a fase do ultra imperialismo"[3], isto é, o super imperialismo, a união dos imperialismos de todo o mundo, e não a luta entre eles, a fase da cessação das guerras sob o capitalismo, a fase da "exploração geral do mundo pelo capital financeiro, unido internacionalmente"[4].

Será preciso que nos detenhamos mais adiante nesta teoria do ultra imperialismo com o fim de demonstrar em pormenor até que ponto ela rompe irremediável e decididamente com o marxismo. O que aqui devemos fazer, de acordo com o plano geral do nosso trabalho, é passar uma vista de olhos pelos dados econômicos precisos relativos a este problema. Será possível o "ultra-

---

[3] *Die Neue Zeit*, 1914,2 (B.32), S.921, 11 de setembro de 1914; cf. 1915, 2, S. 107 e segs.

[4] Ibidem, 1915, 1, Sim, 144, 30 de abril de 1915

imperialismo" "do ponto de vista puramente econômico", ou será isto um ultra disparate?

Se, por ponto de vista puramente econômico, se entende a "pura" abstração, tudo o que se pode dizer reduz-se à tese seguinte: o desenvolvimento vai na direção do monopólio; portanto vai na direção do monopólio mundial único, de um truste mundial único. Isto é indiscutível, mas ao mesmo tempo é uma perfeita vacuidade, como seria o dizer-se que ,o "desenvolvimento vai" no sentido da produção dos artigos alimentares em laboratórios. Neste sentido, a "teoria" do ultra imperialismo é tão absurda como seria a "teoria da ultra agricultura,".

Mas se falamos das condições "puramente econômicas" da época do capital financeiro como de uma época historicamente concreta, localizada nos princípios do século XX, a melhor resposta às abstrações mortas do "ultra imperialismo" (que servem exclusivamente um propósito dos mais reacionários: desviar a atenção das profundas contradições existentes) é contrapor-lhes a realidade econômica concreta da economia mundial moderna. As ocas divagações de Kautsky sobre o ultra imperialismo estimulam, entre outras coisas, a ideia profundamente errada, que leva a água ao moinho dos apologistas do imperialismo, de que a dom Inação do capital financeiro atenua a desigualdade e as contradições da economia mundial, quando, na realidade, o que faz é acentuá-las.

R. Calwer, no opúsculo *Introdução à Economia Mundial*[5], procurou resumir os principais dados puramente econômicos que permitem ter uma ideia concreta das relações dentro da economia mundial em fins do século XIX e princípios do

---

[5] Calwer, Einführung *in die Weltwirtschaft*, Berlin, 1906

século XX. Calwer divide o mundo em cinco regiões econômicas principais: 1) a da Europa Central (toda a Europa, com exceção da Rússia e da Inglaterra); 2) a britânica; 3) a da Rússia; 4) a oriental asiática, e 5) a americana, incluindo as colônias nas "regiões" dos Estados a que pertencem e "deixando de lado", alguns países não incluídos nas regiões, por exemplo: a Pérsia, o Afeganistão e a Arábia, na Ásia; Marrocos e a Abissínia, na África, etc.

O seguinte quadro reflete, de forma resumida, os dados econômicos sobre as regiões citadas, fornecidos pelo referido autor.

Principais regiões econômicas do mundo	*Superf. (milhões de km²)*	*População (milhões de habitantes)*	***Meios de Comunicação***		***Comércio***	***Indústria***		
			Vias férreas (milhares de Km)	*Marinha Mercante (milhões de tons.)*	*Import. e Export. (bilhões de marcos)*	*Hulha (milhões de tons.)*	*Gusa (milhões de tons.)*	*Fusos na ind. algodoeira (em milhões)*
1) da Europa Central.	27,6	388	204	8	41	251	15	26
	(23,6)*	(146)*						
2) Britânica	28,8	398	140	11	25	249	9	51
	(28,6)*	(355)*						7
3) da Rússia	22	131	63	1	3	16	3	2
4) Orient. Asiática	12	389	8	1	2	8	0,02	19
5) Americana	30	148	379	6	14	245	14	

*Os números entre parênteses indicam a extensão e população das colônias.

Vemos três regiões com um capitalismo altamente desenvolvido (alto desenvolvimento dos meios de comunicação, do comércio e da indústria): a da Europa Central, a britânica e a americana. Entre elas, três Estados que exercem o domínio do mundo: a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. A rivalidade imperialista e a luta entre esses Estados encontram-se extremamente exacerbadas em virtude de a Alemanha dispor de uma região insignificante e de poucas colônias; a criação de uma "Europa

Central” é ainda coisa do futuro e nasce por meio de uma luta desesperada. No momento, o traço caraterístico de toda a Europa é o fracionamento político. Nas regiões britânica e americana, pelo contrário, é muito elevada a concentração política, mas há uma desproporção enorme entre a imensidão das colônias da primeira e a insignificância das que a segunda possui. E nas colônias o capitalismo apenas começa a desenvolver-se. A luta pela América do Sul vai-se exacerbando cada dia mais.

Há duas regiões nas quais o capitalismo está fracamente desenvolvido: a da Rússia e a asiática oriental. Na primeira, a densidade da população é extremamente fraca; na segunda, é elevadíssima; na primeira, a concentração política é grande; na segunda não existe. A partilha da China mal começou, e a luta entre o Japão, os Estados Unidos, etc., para se apoderarem dela é cada vez mais intensa.

Comparai esta realidade - a variedade gigantesca de condições econômicas e políticas, a desproporção extrema na rapidez de desenvolvimento dos diferentes países, etc., a luta furiosa entre os Estados imperialistas - com a ingênua fábula de Kautsky sobre o ultra imperialismo “pacífico”. Não será isto a tentativa reacionária de um filisteu assustado que quer esconder-se da terrível realidade? Será que os cartéis internacionais, nos quais Kautsky vê os germes do “ultra imperialismo” (do mesmo modo que a produção de comprimidos nos laboratórios “poderia” qualificar-se de embrião da ultra agricultura), não nos mostram o exemplo da divisão e de uma nova partilha do mundo, a transição da partilha pacífica para a não pacífica, e inversamente). Será que o capital financeiro americano e o de outros países, que dividiram pacificamente entre eles todo o mundo, com a participação da Alemanha, por exemplo, no

sindicato internacional dos carris de ferro ou no truste internacional da marinha mercante, não redividem hoje em dia o mundo com base na nova correlação de forças, correlação que se modifica de uma maneira que nada tem de pacífica?

O capital financeiro e os trustes não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de crescimento dos diferentes elementos da economia mundial. E se a correlação de forças mudou, como podem resolver-se as contradições, sob o capitalismo, a não ser pela força? A estatística das vias férreas[6] proporciona dados extraordinariamente exatos sobre a diferença de ritmo quanto ao crescimento do capitalismo e do capital financeiro em toda a economia mundial. Durante as últimas décadas de desenvolvimento imperialista, a extensão das vias férreas alterou-se do modo seguinte:

VIAS FÉRREAS

(Em milhares de quilômetros)

	1890	*1913*	*Aumento*
Europa	224	346	122
Estados Unidos da América	268	411	143
Conjunto das Colônias	82	210	128
Estados independentes ou	125	347	222
semi-independentes da Ásia e América	43	137	94
Total	***617***	***1104***	***487***

6 *Statistisches Jahrbuch für das Deutsche Reich*, 1915; *Archiv für Eisenbahnwesen*, 1892. No que se refere a 1890, foi preciso determinar aproximadamente algumas pequenas particularidades sobre a distribuição das vias férreas entre as colônias dos diferentes países.

As vias férreas desenvolveram-se, pois, com a maior rapidez nas colônias e nos Estados independentes (e semi-independentes) da Ásia e da América. É sabido que o capital financeiro dos quatro ou cinco Estados capitalistas mais importantes ordena e manda ali de modo absoluto. Duzentos mil quilômetros de novas vias férreas nas colônias e noutros países da Ásia e América significam mais de 40.000 milhões de marcos de novos investimentos de capital em condições particularmente vantajosas, com garantias especiais de rendimento, com encomendas lucrativas para as fundições de aço etc. etc.

Onde o capitalismo cresce mais rapidamente é nas colônias e nos países do ultramar. Entre eles aparecem novas potências imperialistas (o Japão). A luta entre os imperialistas mundiais agudiza-se. Aumenta o tributo que o capital financeiro recebe das empresas coloniais e do ultramar, particularmente lucrativas. Na partilha deste saque, uma parte excepcionalmente grande vai parar a países que nem sempre ocupam um dos primeiros lugares do ponto de vista do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. Nas potências mais importantes, consideradas juntamente com as suas colônias, a extensão das vias férreas era a seguinte:

VIAS FÉRREAS

(Em milhares de quilômetros)

	1890	***1913***	***Aumento***
Estados Unidos	268	413	145
Império Britânico	107	208	101
Rússia	32	78	46
Alemanha	43	68	25
França	41	63	22
Total para as 5 potências	***491***	***830***	***339***

Portanto, cerca de 80% de todas as vias férreas encontram-se concentradas nas cinco potências mais importantes. Mas a concentração da propriedade das referidas vias, a concentração do capital financeiro, é ainda incomparavelmente maior, porque, por exemplo, a imensa maioria das ações e obrigações das estradas de ferro americanos, russos e de outros países pertence aos milionários ingleses e franceses.

Graças às suas colônias, a Inglaterra aumentou a sua rede ferroviária em 100 000 quilômetros, quatro vezes mais do que a Alemanha. Contudo, toda a gente sabe que o desenvolvimento das forças produtivas da Alemanha neste mesmo período, e sobretudo o desenvolvimento da produção hulhífera e siderúrgica, foi incomparavelmente mais rápido do que na Inglaterra, sem falar já na França e na Rússia. Em 1892, a Alemanha produziu 4,9 milhões de toneladas de gusa, contra 6,8 da Inglaterra, enquanto em 1912 produzia já 17,6 contra 9,0, isto é, uma superioridade gigantesca sobre a Inglaterra![7] Perante isto, é de perguntar: no terreno do capitalismo, que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro lado, a partilha das colônias e das esferas de influência- do capital financeiro?

---

[7] Compara-se também com Edgar Crammondd, *"The Economic Relations of the British and German Empires"*, em *Journal of the Royal Statistical Society*, 1914, July, p. 777 e segs.

VIII. O PARASITISMO E A DECOMPOSIÇÃO DO CAPITALISMO

Precisamos ainda examinar um outro aspecto muito importante do imperialismo, ao qual, ao fazerem-se considerações sobre este tema, não se concede, na maior parte dos casos, a atenção devida. Um dos defeitos do marxista Hilferding consiste em ter dado, neste campo, um passo atrás em relação ao não marxista Hobson. Referimo-nos ao parasitismo caraterístico do imperialismo.

Como vimos, a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio. Trata-se do monopólio capitalista, isto é, que nasceu do capitalismo e que se encontra no ambiente geral do capitalismo, da produção mercantil, da concorrência, numa contradição constante e insolúvel com esse ambiente geral. Mas, não obstante, como todo monopólio, o monopólio capitalista gera inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida em que se fixam, ainda que

temporariamente, preços monopolistas, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim, além disso, a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico. Exemplo: nos Estados Unidos, um certo Owen inventou uma máquina que provocava uma revolução no fabrico de garrafas. O cartel alemão de fabricantes de garrafas comprou essas patentes e guardou-as à chave, atrasando a sua aplicação. Naturalmente que, sob o capitalismo, o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência (esta é, diga-se de passagem, uma das razões pelas quais a teoria do ultra imperialismo é um absurdo). Naturalmente, a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, atua a favor das modificações. Mas a tendência para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se.

O monopólio da posse de colônias, particularmente das mais vastas, ricas ou favoravelmente situadas, atua no mesmo sentido.

Continuemos. O imperialismo é uma imensa acumulação num pequeno número de países de um capital-dinheiro que, como vimos, atinge a soma de 100 a 150 mil milhões de francos em títulos. Daí o incremento extraordinário da classe ou, melhor dizendo, da camada dos *rentistas*, ou seja, de indivíduos que vivem do “corte de cupões”, que não participam em nada em nenhuma empresa, e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do imperialismo, acentua

ainda mais este divórcio completo entre o setor dos *rentistas* e a produção, imprime urna marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de uns quantos países e colônias do ultramar.

"Em 1893 - diz Hobson -, o capital britânico investido no estrangeiro representava cerca de 15 % de toda a riqueza do Reino Unido."[1] Recordemos que, no ano de 1915, esse capital tinha aumentado aproximadamente duas vezes e meia. "O imperialismo agressivo - acrescenta mais adiante Hobson -, que tão caro custa aos contribuintes e tão pouca importância tem para o industrial e para o comerciante..., é fonte de grandes lucros para o capitalista que procura a maneira de investir o seu capital" ... (em inglês, esta noção exprime-se numa só palavra: investidor, *rentista*) ... "Giffen especialista em problemas de estatística, estima em 18 milhões de libras esterlinas (uns 170 milhões de rublos), calculando à razão de uns 2,5% sobre um movimento total de 800 milhões de libras, o rendimento anual que a Grã-Bretanha recebeu em 1899 do seu comércio externo e colonial". Por muito grande que seja esta soma, não chega para explicar o imperialismo agressivo da Grã-Bretanha. O que o explica são os 90 ou 100 milhões de libras esterlinas que representam o rendimento do capital "investido" o rendimento da camada dos *rentistas*.

O rendimento dos *rentistas* é cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais "comercial" do mundo! Eis a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista!

Por este motivo, a noção de "Estado-rentista" (*Rentnerstaat*), ou Estado usurário, está a tornar-se de uso geral nas

---

[1] Hobson, Ob. Cit., pp.59 e 62

publicações econômicas sobre o imperialismo. O mundo ficou dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores. "Entre o capital investido no estrangeiro - escreve Schulze-Gaevernitz - encontra-se, em primeiro lugar, o capital colocado nos países politicamente dependentes ou aliados: a Inglaterra faz empréstimos ao Egito, ao Japão, à China e à América do Sul. Em casos extremos, a sua esquadra desempenha as funções de oficial de diligências. A força política da Inglaterra coloca-a a coberto da indignação dos seus devedores".[2] Sartorius von Waltershausen, no seu livro *O Sistema Econômico de Investimentos de Capital no Estrangeiro*, apresenta a Holanda como modelo de "Estado-rentista" e indica que a Inglaterra e a França vão tomando também esse caráter[3]. Na opinião de Schilder, existem cinco países industriais que são "Estados credores bem definidos": Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Suíça. Se não inclui a Holanda nesse grupo é unicamente por ser "pouco industrial".[4] Os Estados Unidos são credores apenas em relação à América.

"A Inglaterra - diz Schulze-Gaevernitz - converte-se paulatinamente de Estado industrial em Estado credor. Apesar do aumento absoluto da produção e da exportação industriais, cresce a importância relativa para toda a economia nacional das receitas procedentes dos juros e dividendos, das emissões, das comissões e da especulação. Em minha opinião é precisamente isto que constitui a base econômica do assenso imperialista. O credor está mais solidamente ligado ao devedor do que o vendedor ao comprador"[5].

---

[2] Schulze-Gaevernitz, *Britischer Imperialismus*, S. 320 e outras

[3] Sartorius vom Waltershausen, *Das Volkswirtschaftliche System*, etc., Berlin, 1907, Buch IV.

[4] Schilder, p. 393

[5] Schulze-Gaevernitz, Britischer Imperialismus, S. 122.

Em relação à Alemanha, A. Lansburgh, diretor da revista berlinense *Die Bank*, escrevia o seguinte, em 1911, no artigo "A Alemanha, Estado-rentista": "Na Alemanha, as pessoas riem-se facilmente da tendência verificada em França para se transformar em *rentista*. Mas esquecem-se que, no que se refere à burguesia, as condições da Alemanha parecem-se cada vez mais com as da França".[6]

O Estado-rentista é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição, e esta circunstância não pode deixar de se refletir, tanto em todas as condições políticas e sociais dos países respectivos em geral, como nas duas tendências fundamentais do movimento operário em particular. Para o mostrar da maneira mais palpável possível, demos a palavra a Hobson, a testemunha mais "segura", já que não pode ser suspeito de parcialidade pela "ortodoxia marxista"; por outro lado, sendo inglês, conhece bem a situação do país mais rico em colônias, em capital financeiro e em experiência imperialista.

Ao descrever, sob a impressão viva da guerra anglo-boer, os laços que unem o imperialismo aos interesses dos financeiros, o aumento dos lucros resultantes dos contratos, dos fornecimentos, etc., Hobson dizia: "Os orientadores desta política nitidamente parasitária são os capitalistas; mas os mesmos motivos atuam também sobre categorias especiais de operários. Em muitas cidades, os ramos mais importantes da indústria dependem das encomendas do governo; o imperialismo dos centros da indústria metalúrgica e da construção naval depende em grande parte deste fato". Circunstâncias de duas ordens, na opinião do autor, reduziram a força dos velhos impérios: 1) o "parasitismo econômico" e 2) a

---

[6] Die Bank, 1911, 1, S. 10-11

formação de exércitos com soldados dos povos dependentes. "A primeira é o costume do parasitismo econômico, pelo qual o Estado dominante utiliza as suas províncias, colônias e países dependentes, para enriquecer a sua classe dirigente e subornar as classes inferiores para conseguir a sua aquiescência". Para que esse suborno se torne economicamente possível, seja qual for a forma pela qual se realize, é necessário - acrescentaremos por nossa conta - um elevado lucro monopolista.

No que se refere à segunda circunstância, Hobson diz: "Um dos sintomas mais estranhos da cegueira do imperialismo é a despreocupação com que a Grã-Bretanha, a França e outras nações imperialistas tomem este caminho. A Grã-Bretanha foi mais longe do que ninguém. A maior parte das batalhas com que conquistamos o nosso Império Indiano foram travadas por tropas indígenas; na índia, como ultimamente no Egito, grandes exércitos permanentes encontram-se sob o comando de britânicos; quase todas as nossas guerras de conquista na África, com exceção do Sul, foram feitas para nós pelos indígenas".

A perspectiva da partilha da China suscita em Hobson a seguinte apreciação econômica: A maior parte da Europa ocidental poderia adquirir então o aspecto e o caráter que têm atualmente certas partes dos países que a compõem: o Sul da Inglaterra, a Reviera e as regiões da Itália e da Suíça mais frequentadas pelos turistas e que são residência de gente rica, isto é: um punhado de ricos aristocratas que recebem dividendos e pensões do Extremo Oriente, com um grupo um pouco mais numeroso de empregados profissionais e comerciantes, e um número maior de serventes e de operários ocupados nos transportes e na indústria voltada para o acabamento de artigos manufaturados. Em contrapartida, os

principais ramos da indústria desapareceriam, e os produtos alimentares de grande consumo e os artigos semiacabados correntes afluiriam como um tributo da Ásia e da África". "Eis as possibilidades que abre diante de nós uma aliança mais vasta dos Estados ocidentais, urna federação europeia das grandes potências: tal federação, longe de impulsionar a civilização mundial, poderia implicar um perigo gigantesco de parasitismo ocidental: formar um grupo de nações industriais avançadas, cujas classes superiores receberiam enormes tributos da Ásia e da África; isto permitir-lhes-ia manter grandes massas de empregados e criados submissos, ocupados não já na produção agrícola e industrial de artigos de grande consumo, mas no serviço pessoal ou no, trabalho industrial secundário, sob o controle de uma nova aristocracia financeira. Que os que estão dispostos a menosprezar esta teoria, (deveria dizer-se perspectiva) "como indigna de ser examinada reflitam sobre as condições econômicas e sociais das regiões do Sul da Inglaterra atual, que se encontram já nessa situação. Que pensem nas proporções enormes que poderia adquirir esse sistema se a China fosse submetida ao controle econômico de tais grupos financeiros, dos investidores de capital, dos seus agentes políticos e empregados comerciais e industriais, que retirariam lucros do maior depósito potencial que o mundo jamais conheceu com o fim de os consumirem na Europa. Naturalmente, a situação é excessivamente complexa, o jogo das forças mundiais é demasiado difícil de calcular para que seja muito verosímil essa ou outra previsão do futuro numa única direção. Mas as influências que governam o imperialismo da Europa ocidental na atualidade orientam-se nesse sentido, e se não chocarem com uma resistência, se não forem desviadas para outra

direção, avançarão precisamente para deste modo culminar este processo."[7]

O autor tem toda a razão: se as forças do imperialismo não deparassem com resistência, conduziriam inevitavelmente a isso mesmo. A significação dos "Estados Unidos da Europa", na situação atual, imperialista, compreende-a Hobson acertadamente. Conviria apenas acrescentar que também dentro do movimento operário, os oportunistas, de momento vencedores na maioria dos países "trabalham" de uma maneira sistemática e firme nesta direção. O imperialismo, que significa a partilha do mundo e a exploração não apenas da China, e implica lucros monopolistas elevados para um punhado de países muito ricos, gera a possibilidade econômica de subornar as camadas superiores do proletariado, e alimenta assim o oportunismo, dá-lhe corpo e reforça-o. Não se devem, contudo, esquecer as forças que se opõem ao imperialismo em geral e ao oportunismo em particular, e que, naturalmente, o social liberal Hobson não pode ver.

O oportunista alemão Gerhard Hildebrand, em tempos expulso do partido pela sua defesa do imperialismo, e que na atualidade poderia ser chefe do chamado Partido Social-Democrata, da Alemanha, completa muito bem Hobson ao preconizar os "Estados Unidos da Europa Ocidental" (sem a Rússia) para empreender ações "comuns"... contra os negros africanos e contra o "grande movimento islamita", para manter "um forte exército e uma esquadra poderosa" contra a "coligação sino-japonesa".[8] etc.

---

[7] Hobson, Ob. Cit., pp. 103, 205, 144, 335, 386.

[8] Gehrard Hildebrand. *Die Erschütterung der Industrieherrschaft und des Industriesozialismus*, 1910, S. 229 e segs.

A descrição que Schulze-Gaevernitz faz do "imperialismo britânico" mostra-nos os mesmos traços de parasitismo. O rendimento nacional da Inglaterra duplicou aproximadamente entre 1865 e 1898, enquanto as receitas provenientes "do estrangeiro", durante esse mesmo período, aumentaram nove vezes. Se o "mérito" do imperialismo consiste em "educar o negro para o trabalho" (pois é impossível evitar a coerção...), o seu "perigo" consiste em que a "Europa descarregue o trabalho físico - a princípio o agrícola e mineiro, depois o trabalho industrial mais rude, sobre os ombros da população negra e se reserve o papel de rentista, preparando talvez desse modo a emancipação econômica, e depois política, das raças negra e vermelha".

Em Inglaterra retira-se à agricultura uma parte de terra cada vez maior para a entregar ao desporto, às diversões dos ricaços. No que se refere à Escócia - o lugar mais aristocrático para a caça e outros desportos -, diz-se que "vive do seu passado e de mister Carnegie" (um multimilionário norte-americano). Só nas corridas de cavalos e na caça às raposas gasta anualmente a Inglaterra 14 milhões de libras esterlinas (uns 130 milhões de rublos). Na Inglaterra o número de rentistas aproxima-se do milhão. A percentagem da população produtora diminui:

Anos	***População da Inglaterra (em milhões)***	***Número de operários das principais indústrias (em milhões)***	***Percentagem em relação à população***
1851	17,9	4,1	23%
1901	32,5	4,9	15%

O investigador burguês do “imperialismo britânico dos princípios do século XX” ao falar da classe operária inglesa, vê-se obrigado a estabelecer sistematicamente uma diferença entre as “camadas superiores” dos operários e a “camada inferior, proletária propriamente dita”. A camada superior constitui a massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas. O direito eleitoral encontra-se adaptado ao nível dessa categoria, “continua a ser na Inglaterra suficientemente limitado para excluir a camada inferior proletária propriamente dita”! Para dar uma ideia favorável da situação da classe operária inglesa, fala-se em geral só dessa camada superior, a qual constitui a minoria do proletariado: por exemplo, “o problema do desemprego é algo que afeta principalmente Londres e a camada proletária inferior, da qual os políticos fazem pouco caso...”[9]. Dever-se-ia dizer: da qual os politiqueiros burgueses e os oportunistas “socialistas” fazem pouco caso.

Entre as particularidades do imperialismo relacionadas com os fenômenos que descrevemos figura a redução da emigração dos países imperialistas e o aumento da imigração (afluência de operários e migrações) para estes últimos; a massa humana que a eles chega vem dos países mais atrasados, onde o nível dos salários é mais baixo. A emigração da Inglaterra, como o faz notar Hobson, diminui a partir de 1884: neste ano, o número de emigrantes foi de 242 000, e de 169 000 em 1900. A emigração da Alemanha alcançou o máximo entre 1881 e 1890: 1453 000, descendo, nos dois decênios seguintes, para 544 000 e 341000. Em contrapartida, aumentou o número de operários chegados à Alemanha da Áustria, da Itália, da Rússia e doutros países. Segundo o censo de 1907, havia na

---

[9] Schulze-Gaevernitz. *Britischer Imperialismus*, S. 301.

Alemanha 1 342 294 estrangeiros, dos quais 440 800 eram operários industriais e 257 329 agrícolas[10]. Em França, "uma parte considerável" dos operários mineiros são estrangeiros: polacos, italianos, espanhóis.[11] Nos Estados Unidos, os imigrados da Europa oriental e meridional ocupam os lugares mais mal remunerados, enquanto os operários norte-americanos fornecem a maior percentagem de capatazes e de pessoal que tem um trabalho mais bem remunerado[12]. O imperialismo tem tendência para formar categorias privilegiadas também entre os operários, e para as divorciar das grandes massas do proletariado.

É preciso notar que, na Inglaterra, a tendência do imperialismo para dividir os operários e para acentuar o oportunismo entre eles, para provocar uma decomposição temporária do movimento operário, se manifestou muito antes dos fins do século XIX e princípios do século XX. Isto explica-se porque desde meados do século passado existiam em Inglaterra dois importantes; traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial. Durante dezenas de anos Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês. Engels escrevia, por exemplo, a Marx, em 7 de Outubro de 1858: "O proletariado inglês vai se aburguesando de fato cada vez mais; pelo que se vê, esta nação, a mais burguesa de todas, aspira a ter, no fim de contas, ao lado da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, por parte de uma nação que explora o

---

[10] *Statistik des Deutschen Reichs*, Bd. 211.

[11] Henger, *Die Kapitalsandlage der Franzosen*, ST. 1913.

[12] Hourwich, *Immigration and Labour*, N.Y., 1913

mundo inteiro, isto é, até certo ponto, lógico". Quase um quarto de século depois, na sua carta de 11 de Agosto de 1881, fala das "piores *trade-unions i*nglesas que permitem que gente vendida à burguesia, ou, pelo menos, paga por ela, as dirija". E em 12 de Setembro de 1882, numa carta a Kautsky, Engels escrevia: "Pergunta-me o que pensam os operários ingleses acerca da política colonial. O mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido operário, há apenas partido conservador e liberal radical e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranquilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial."[13] (Engels expõe a mesma ideia no prefácio à segunda edição de *A Situação da Classe Operária em Inglaterra*, 1892.)

Aqui figuram, claramente indicadas, as causas e as consequências. As causas: 1) a exploração do mundo inteiro pela Inglaterra; 2) o seu monopólio sobre o mercado mundial; 3) o seu monopólio colonial. As consequências: 1) aburguesamento de uma parte do proletariado inglês; 2) uma parte dele permite que a dirijam pessoas compradas pela burguesia ou, pelo menos, pagas por ela. 0 imperialismo de princípios do século XX completou a partilha do mundo entre um punhado de Estados, cada um dos quais explora atualmente (no sentido da obtenção de superlucros) uma parte do mundo inteiro, um pouco menor do que aquela que a Inglaterra explorava em 1858; cada um deles ocupa uma posição de monopólio no mercado mundial graças aos trustes, aos cartéis, ao capital financeiro, às relações de credor e devedor; cada um deles dispõe,

[13] *Briefwechsel von Marx und Engels*, Bd II, S.290; IV, 433; K Kautsky. *Sozialismus und Kolonialpolitik*, Berlin, 1907, S. 79. Este opúsculo foi escrito nos tempos, já tão remotos, em que Kautsky era marxista.

até certo ponto, de um monopólio colonial (segundo vimos, de 75 milhões de quilômetros quadrados de todas as colônias do mundo, 65 milhões, isto é 86%, estão concentrados nas mãos de seis potências; 61 milhões, isto é, 81%, estão concentrados nas mãos de três potências).

O traço distintivo da situação atual é a existência de condições econômicas e políticas que não podiam deixar de tornar o oportunismo ainda mais incompatível com os interesses gerais e vitais do movimento operário: o imperialismo embrionário transformou-se no sistema dominante; os monopólios capitalistas passaram para o primeiro plano na economia nacional e na política; a partilha do mundo foi levada ao seu termo; mas, por outro lado, em vez do monopólio indiviso da Inglaterra, vemos a luta que um pequeno número de potências imperialistas trava para participar nesse monopólio, luta que caracteriza todo o começo do século XX. O oportunismo não pode ser agora completamente vitorioso no movimento operário de um país, durante dezenas de anos, como aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XIX, mas em alguns países atingiu a sua plena maturidade, passou essa fase e decompôs-se, fundindo-se completamente, sob a forma do social chauvinismo, com a política burguesa[14].

[14] O social-chauvinismo russo dos senhores Potréssov, Tchkhenkéli, Máslov, etc., tanto na sua forma declarada como na sua forma encoberta (os senhores Tchkheídze, Skóbelev, Axelrod, Mártov, etc.), também nasceu do oportunismo, na sua variedade russa: o liquidacionismo.

IX. CRÍTICA DO IMPERIALISMO

Entendemos a crítica do imperialismo, no sentido amplo da palavra, como a atitude das diferentes classes da sociedade, de acordo com a ideologia geral de cada uma delas, com a política do imperialismo.

A dimensão gigantesca do capital financeiro, concentrado em poucas mãos e dando origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos, e que subordinou ao seu poder não só a massa dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes, por um lado, e a exacerbação, por outro lado, da luta contra outros grupos nacionais-estatais de financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países, tudo isto origina a passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo. O sinal do nosso tempo é o entusiasmo "geral" pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios e formas. A ideologia imperialista penetra mesmo no seio

da classe operária, que não está separada das outras classes por uma muralha da China. Se os chefes daquilo a que agora chamam de partido alemão, dito "Social-Democrata" da Alemanha, foram justamente qualificados de "sociais-imperialistas", isto é, de socialistas de palavra e imperialistas de fato, Hobson assinalava já em 1902 a existência de "Imperialistas fabianos" na Inglaterra, pertencentes à oportunista "Sociedade Fabiana".

Os cientistas e os publicistas burgueses defendem geralmente o imperialismo de uma forma um tanto encoberta, ocultando a dominação absoluta do imperialismo e as suas raízes profundas, procurando colocar em primeiro plano as particularidades e os pormenores secundários, esforçando-se por desviar a atenção do essencial por meio de projetos de "reformas" completamente desprovidos de seriedade, tais como o controle policial dos trustes ou dos bancos, etc. São menos frequentes as manifestações dos imperialistas cínicos, declarados, que têm o mérito de reconhecer o absurdo da ideia de reformar as características fundamentais do imperialismo.

Apresentaremos um exemplo. Os imperialistas alemães esforçam-se por seguir de perto, em *Arquivo da Economia Mundial*, os movimentos de libertação nacional das colônias, e particularmente, como é natural, das não alemãs. Assinalam a efervescência e os protestos na índia, o movimento no Natal (África do Sul), na Índia Holandesa, etc. Um deles, num apontamento a propósito de uma publicação inglesa que informava sobre a conferência de nações e raças submetidas que se realizou de 28 a 30 de junho de 1910, e na qual participaram representantes de diversos povos da Ásia, África e Europa que se encontram sob dominação estrangeira, exprime-se assim ao comentar os discursos ali

proferidos: “Há que lutar contra o imperialismo, dizem-nos; os Estados dominantes devem reconhecer o direito à independência dos povos submetidos; um tribunal internacional deve velar pelo cumprimento dos tratados concluídos entre as grandes potências e os povos fracos. A conferência não vai além destes votos piedosos. Não vemos o menor indício de compreensão da verdade de que o imperialismo está indissoluvelmente ligado ao capitalismo na sua forma atual e que por isso(!!) a luta direta contra o imperialismo está condenada ao fracasso, a não ser que se limite a protestos contra alguns excessos particularmente odiosos”.[1] Como a regulamentação reformista das bases do imperialismo é um engano, um “voto piedoso”, como os elementos burgueses das nações oprimidas não vão “mais além” para diante, os burgueses da nação opressora vão “mais além” para trás, para o servilismo em relação ao imperialismo encoberto com pretensões “científicas”. Bela “lógica”!

O essencial na crítica do imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas as bases do imperialismo, se há que seguir para diante, agudizando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se há que retroceder, atenuando essas contradições. Como as particularidades políticas do imperialismo são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional - consequência da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência, a oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas em princípios do século XX. E a ruptura com o marxismo, por parte de Kautsky e da vasta corrente internacional do kautskismo, consiste precisamente em que Kautsky, além de não se preocupar, de não

---

[1] Weltwirtschaftliches *Archiv*, BD. II, S. 193.

saber enfrentar, essa oposição pequeno-burguesa, reformista, fundamentalmente reacionária do ponto de vista econômico, se fundiu praticamente com ela.

Nos Estados Unidos, a guerra imperialista de 1898 contra a Espanha provocou a oposição dos "anti–imperialistas", os últimos moicanos da democracia burguesa, que qualificavam essa guerra de "criminosa", consideravam anticonstitucional a anexação de terras alheias, denunciavam como "um engano dos chauvinistas" a atitude para com Aguinaldo, o chefe dos indígenas filipinos (depois de lhe prometerem a liberdade do seu país, desembarcaram tropas americanas e anexaram as Filipinas), e citavam as palavras de Lincoln: "Quando o branco se governa a si mesmo, isto é autogoverno; quando se governa a si mesmo e, ao mesmo tempo, governa outros, isto já não é autogoverno, é despotismo".[2] Mas enquanto toda essa crítica tinha medo de reconhecer os vínculos indissolúveis existentes entre o imperialismo e os trustes, e por conseguinte entre o imperialismo e os fundamentos do capitalismo, enquanto receava unir-se às forças geradas pelo grande capitalismo e pelo seu desenvolvimento, não era mais do que um "voto piedoso".

Tal é, também, a posição fundamental de Hobson na sua crítica ao imperialismo. Hobson antecipou-se a Kautsky ao erguer-se contra a inevitabilidade do imperialismo, e ao invocar a necessidade de "elevar a capacidade de consumo" da população (sob o regime capitalista!). Mantêm uma posição pequeno-burguesa na crítica do imperialismo, da omnipotência dos bancos, da oligarquia financeira, etc.: Agahd, A. Lansburgh e L. Eschwege, que citamos repetidas vezes, e, entre os escritores franceses, Victor Bérard, autor de uma obra

[2] J. Patouiller, L'impérialisme *américain*, Dijon, 1904, p. 272.

superficial que apareceu em 1900 com o título *A Inglaterra e o Imperialismo*. Todos eles, sem qualquer pretensão de marxismo, opõem ao imperialismo a livre concorrência e a democracia, condenam a aventura da ferrovia de Bagdá, que conduz a conflitos e à guerra, manifestam o "voto piedoso" de viver em paz, etc.; assim o faz mesmo A. Neymarck, cuja especialidade é a estatística das emissões internacionais, que, calculando as centenas de milhares de milhões de francos de valores "internacionais", exclamava em 1912: "Como é possível supor que a paz possa ser posta em perigo ... arriscar-se, dada a existência de números tão consideráveis, a provocar a guerra".[3]

Nos economistas burgueses essa ingenuidade nada tem de surpreendente: tanto mais que lhes convém parecer tão ingênuos e falar, a sério, da paz sob o imperialismo. Mas o que resta a Kautsky de marxismo quando, em 1914, 1915 e 1916, adota essa mesma posição burguesa reformista e afirma que "toda a gente está de acordo" (imperialistas, pseudosocialistas e sociais-pacifistas) no que se refere à paz? Em vez de analisar e pôr a descoberto, em toda a sua profundidade, as contradições do imperialismo, não vemos mais que o ,desejo piedoso- reformista de as evitar, de as ignorar.

Eis aqui uma pequena amostra da crítica econômica que Kautsky faz do imperialismo. Toma os dados sobre o movimento de exportação e importação entre a Inglaterra e o Egito em 1872 e 1912: acontece que essa exportação e importação aumentou menos do que a exportação e importação gerais da Inglaterra. E Kautsky infere: "Não temos fundamento algum para supor que, sem a ocupação militar do Egito, o comércio com ele teria crescido menos,

[3] *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, t. XIX, livre II, p. 225.

sob a influência do simples peso dos fatores econômicos". "A melhor maneira de o capital realizar a sua tendência para a expansão" "não é por meio dos métodos violentos do imperialismo, mas pela democracia pacífica"[4].

Este raciocínio de Kautsky repetido em todos os tons pelo seu escudeiro russo (e encobridor russo dos sociais-chauvinistas), Sr. Spectator, é a base da crítica kautskista do imperialismo, e por isso devemos deter-nos nele mais pormenorizadamente. Comecemos por citar Hilferding, cujas conclusões Kautsky declarou muitas vezes, por exemplo em Abril de 1915, serem "aceites unanimemente por todos os teóricos socialistas".

"Não compete ao proletariado - diz Hilferding - opor à política capitalista mais progressiva a política passada da época do livre-câmbio e da atitude hostil para com o Estado. A resposta do proletariado à política econômica do capital financeiro, ao imperialismo, não pode ser o livre-câmbio, mas apenas o socialismo. O objetivo da política proletária não pode ser atualmente a restauração "da livre concorrência - que se converteu agora num ideal reacionário -, mas unicamente a destruição completa da concorrência mediante a supressão do capitalismo."[5]

Kautsky rompeu com o marxismo ao defender, para a época do capital financeiro, um "ideal reacionário", a "democracia pacífica", o "simples peso dos fatores econômicos", pois este ideal

---

[4] Kautsky, *Nationalstaat, imperialistischer Staat und Staatenbund*, Nürnberg, 1915, S. 72, 70.

[5] *O Capital Financeiro*, p. 567

arrasta objetivamente para trás, do capitalismo monopolista para o capitalismo não monopolista, e é um engano reformista.

O comércio com o Egito (ou com outra colônia ou semicolônia) “teria crescido” mais sem a ocupação militar, sem o imperialismo, sem o capital financeiro. Que significa isto? Que o capitalismo se desenvolveria mais rapidamente se a livre concorrência não conhecesse a limitação que lhe impõem os monopólios em geral, as “relações” ou o jugo (Isto também é monopólio) do capital financeiro e a posse monopolista das colônias por parte de alguns países?

Os raciocínios de Kautsky não podem ter outro sentido, e este “sentido” é um sem sentido. Admitamos que sim, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, poderia desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Mas quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a concentração da produção e do capital que gera o monopólio. E os monopólios nasceram já, precisamente da livre concorrência! Mesmo se os monopólios refrearam atualmente o seu desenvolvimento, isto não é, apesar de tudo, um argumento a favor da livre concorrência, que se tornou impossível depois de ter gerado os monopólios.

Por mais voltas que se dê aos raciocínios de Kautsky, não se encontrará neles mais do que reacionarismo e reformismo burguês.

Se corrigirmos esse raciocínio, e dissermos, como o faz Spectator, que o comércio das colônias inglesas com a metrópole progride, na atualidade, mais lentamente do que com outros países, nem isto salva Kautsky, pois a Inglaterra é batida também pelo

monopólio, também pelo imperialismo, mas de outros países (os Estados Unidos, a Alemanha). Sabe-se que os cartéis conduziram ao estabelecimento de direitos aduaneiros protecionistas de um tipo novo, original: protegem-se (como o fez notar já Engels no tomo III de *O Capital*) precisamente os produtos susceptíveis de ser exportados. É também conhecido o sistema, próprio dos cartéis e do capital financeiro, de "exportação a preço ínfimo", o *dumping*, como dizem os ingleses: no interior do país, o cartel vende os seus produtos a um preço monopolista elevado, e no estrangeiro coloca-os a um preço baixíssimo, com o objetivo de arruinar o concorrente, ampliar ao máximo a sua própria produção, etc. Se a Alemanha desenvolve o seu comércio com as colônias inglesas mais rapidamente do que a Inglaterra, isso demonstra apenas que o imperialismo alemão é mais fresco, mais forte, mais bem organizado do que o inglês, superior a este, mas não demonstra, longe disso, a "superioridade" do livre-câmbio, porque não é o livre-câmbio que luta contra o protecionismo e contra a dependência colonial, mas um imperialismo que luta contra outro, um monopólio contra outro, um capital financeiro contra outro. A superioridade do imperialismo alemão sobre o inglês é mais forte do que a muralha das fronteiras coloniais ou dos direitos alfandegários protecionistas: tirar daí um "argumento" a favor do livre-câmbio e da "democracia pacífica " equivale a dizer banalidades, a esquecer os traços e as propriedades fundamentais do imperialismo, a substituir o marxismo pelo reformismo filisteu.

É interessante notar que mesmo o economista burguês A. Lansburgh, que critica o imperialismo de uma maneira tão filistina como Kautsky, abordou mais cientificamente do que ele a ordenação dos dados da estatística comercial. Lansburgh não comparou um país

tomado ao acaso, e precisamente uma colônia, com os restantes países, mas as exportações de um país Imperialista: 1) para os países que dependem financeiramente dele, que receberam empréstimos, e 2) para os países financeiramente independentes. O resultado obtido é o que a seguir apresentamos:

EXPORTAÇÕES DA ALEMANHA

(Em milhões de marcos)

Para os países financeiramente dependentes da Alemanha			
Países	***1889***	***1908***	***Aumento em percentagem***
Romênia	48,2	70,8	47%
Portugal	19,0	32,8	73%
Argentina	60,7	147,0	143%
Brasil	48,7	84,5	73%
Chile	28,3	52,4	85%
Turquia	29,9	64,0	114%
Total	***234,8***	***451,5***	***92%***

Para os países financeiramente independentes da Alemanha			
Países	***1889***	***1908***	***Aumento em percentagem***
Grã-Bretanha	651,8	997,4	53%
França	210,2	437,9	108%
Bélgica	137,2	322,8	135%
Suíça	177,4	401,1	127%
Austrália	21,2	64,5	205%
Índias Holandesas	88,8	40,7	363%
Total	***1206,6***	***2264,4***	***87%***

Lansburgh não fez a soma, e por isso, coisa estranha, não se deu conta de que se estes números provam alguma coisa é só contra ele, pois a exportação para os países financeiramente

dependentes cresceu, apesar de tudo, muito mais rapidamente, embora não de maneira muito considerável, do que a exportação para os países financeiramente independentes (sublinhamos o nosso "se" porque a estatística de Lansburgh está muito longe de ser completa).

Referindo-se à relação entre a exportação e os empréstimos, Lansburgh diz:

"Em 1890-1891, foi acordado o empréstimo romeno por intermédio dos bancos alemães, que nos anos anteriores adiantaram já dinheiro por conta do mesmo. 0 empréstimo serviu principalmente para aquisição de material ferroviário que se recebia da Alemanha. Em 1891, a exportação alemã para a Romênia foi de 55 milhões de marcos. No ano seguinte desceu para 39,4 e, com intervalos, até 25,4 milhões em 1900. Só nestes últimos anos, graças a outros dois novos empréstimos, foi restabelecido o nível de 1891.

"A exportação alemã para Portugal aumentou, em consequência dos empréstimos de 1888 e 1889, para 21,1 milhões de marcos (1890); depois, nos dois anos seguintes, desceu para 16,2 e 7,4 milhões, e só alcançou o seu antigo nível em 1903.

"São ainda mais expressivos os dados do comércio germano-argentino. Em consequência dos empréstimos de 1888 e 1890, a exportação alemã para a Argentina atingiu em 1889 o montante de 60,7 milhões de marcos. Dois anos mais tarde era de apenas 18,6 milhões, isto é, menos de um terço. Só em 1901 é atingido e ultrapassado o nível de 1889, o que se deve aos novos empréstimos do Estado e municipais, à entrega de dinheiro para a construção de fábricas de eletricidade e a outras operações de crédito.

"A exportação para o Chile aumentou, em consequência do empréstimo de 1889, para 45,2 milhões de marcos (1892), descendo um ano depois para 22,5 milhões. Após novo empréstimo, concedido por intermédio dos bancos alemães em 1906, a exportação subiu para 84,7 milhões de marcos (1907), descendo de novo para 52,4 milhões em 1908."[6]

Lansburgh deduz destes fatos uma divertida moral filistina: como é inconsistente e desigual a exportação ligada aos empréstimos, como é mau exportar capitais para o estrangeiro em vez de fomentar a indústria nacional de forma "natural" e "harmônica", como ficam "caras", para Krupp, as gratificações de milhões e milhões que acompanham a concessão dos empréstimos estrangeiros, etc. Mas os fatos falam com clareza: o aumento da exportação está relacionado precisamente com as fraudulentas maquinações do capital financeiro, que não se preocupa com a moral burguesa e esfola o boi duas vezes: primeiro o lucro do empréstimo, e depois o lucro desse mesmo empréstimo investido na aquisição de artigos da Krupp ou material ferroviário do sindicato do aço, etc.

Repetimos que estamos longe de considerar perfeita a estatística de Lansburgh, mas era indispensável reproduzi-la, porque é mais científica do que a de Kautsky e de Spectator, já que Lansburgh indica uma maneira acertada de abordar o problema. Para raciocinar sobre a significação do capital financeiro no que se refere à exportação, etc., é indispensável saber destacá-la de maneira especial e unicamente na sua relação com as maquinações dos financeiros, de maneira especial e unicamente na sua relação com a venda dos produtos dos cartéis, etc. Limitar-se a comparar

---

[6] *Die Bank*, 1909, 2, S. 819 e segs.

simplesmente as colônias em geral com as não colônias, um imperialismo com outro, uma semicolônia ou colônia (Egito) com todos os restantes países, significa deixar de lado e escamotear precisamente a essência da questão.

A crítica teórica do imperialismo que Kautsky faz não tem nada de comum com o marxismo; apenas serve como ponto de partida para preconizar a paz e a unidade com os oportunistas e os sociais-chauvinistas, porque deixa de lado e oculta precisamente as contradições mais profundas e fundamentais do imperialismo: as contradições entre os monopólios e a livre concorrência que existe paralelamente a eles, entre as "operações" gigantescas (e os lucros gigantescos) do capital financeiro e o comércio -honesto- no mercado livre, entre os cartéis e trustes, por um lado, e a indústria não cartelizada por outro, etc.

Tem absolutamente o mesmo caráter reacionário a famosa teoria do "ultraimperialismo" inventada por Kautsky. Comparemos os seus raciocínios sobre este tema em 1915 com os de Hobson em 1902:

Kautsky: "... Não poderá a política imperialista atual ser suplantada por outra nova, ultra- imperialista, que em vez da luta dos capitais financeiros entre si estabelecesse a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente? Tal nova fase do capitalismo, em todo o caso, é concebível. A inexistência de premissas suficientes não permite resolver se é realizável ou não."[7]

Hobson: "O cristianismo consolidado num número limitado de grandes impérios federais, cada um deles com colônias

[7] *Neue Zeit,* 30 de abril de 1915, S. 144.

não civilizadas e países dependentes, parece a muitos a evolução mais legítima das tendências atuais, uma evolução que, além disso, permitiria alimentar as maiores esperanças numa paz permanente sobre a base sólida do interimperialismo.

Kautsky qualifica de ultraimperialismo ou superimperialismo aquilo que Hobson qualificava, treze anos antes, de interimperialismo. Se excetuarmos a formação de uma nova e sapientíssima palavra mediante a substituição de um prefixo latino por outro, o progresso do pensamento "científico" em Kautsky reduz-se à pretensão de fazer passar por marxismo aquilo que Hobson descreve, em essência, como manifestação hipócrita dos padres ingleses. Depois da guerra anglo-boer era natural que esta respeitável casta dedicasse os seus maiores esforços a consolar os filisteus e operários ingleses, que tinham sofrido um bom número de mortos nas batalhas sul-africanas e tiveram de pagar impostos elevados para garantirem maiores lucros aos financeiros ingleses. E que melhor poderia consolá-los do que a ideia de que o imperialismo não era assim tão mau, que se encontrava muito próximo do inter ou ultraimperialismo, capaz de assegurar a paz permanente. Quaisquer que fossem as boas intenções dos padres ingleses ou do melífluo Kautsky, o sentido objetivo, isto é, o verdadeiro sentido social da sua "teoria" é um e só um: a consolação arquireacionária das massas com a esperança na possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo, desviando a atenção das agudas contradições e dos agudos problemas da atualidade, para a dirigir para as falsas perspectivas de um pretenso novo o ultraimperialismo- futuro. Para além do engano das massas, a teoria "marxista" de Kautsky nada mais contém.

Com efeito, basta comparar com clareza os fatos notórios, indiscutíveis, para nos convencermos até que ponto são falsas as perspectivas que Kautsky se esforça por inculcar nos operários alemães (e nos de todos os países). Tomemos o exemplo da Índia, da Indochina e da China. É sabido que essas três colônias e semicolônias, com uma população de 600 a 700 milhões de habitantes, se encontram submetidas à exploração do capital financeiro de várias potências imperialistas: a Inglaterra, a França, o Japão, os Estados Unidos, etc. Suponhamos que esses países imperialistas formam alianças, uma contra outra, com o objetivo de defender ou alargar as suas possessões, os seus interesses e as suas ,esferas de influência- nos referidos países asiáticos. Essas alianças serão alianças "interimperialistas" ou "ultraimperialistas". Suponhamos que todas as potências imperialistas constituem uma aliança para a partilha "pacífica" desses países asiáticos: essa será uma aliança do "capital financeiro unido internacionalmente". Na história do século XX encontramos casos concretos de alianças desse tipo: tais são, por exemplo, as relações entre as potências no que se refere à China. E será "concebível", perguntamos, pressupondo a manutenção do capitalismo (e é precisamente esta condição que Kautsky apresenta), que as referidas alianças não sejam efêmeras, que excluam as fricções, os conflitos e a luta em todas as formas imagináveis?

Basta formular claramente a pergunta para que seja impossível dar-lhe uma resposta que não seja negativa, pois sob o capitalismo não se concebe outro fundamento para a partilha das esferas de influência, dos interesses, das colônias, etc., além da força de quem participa na divisão, a força econômica geral, financeira, militar, etc. E a força dos que participam na divisão não se modifica

de forma idêntica, visto que sob o capitalismo é impossível o desenvolvimento igual das diferentes empresas, trustes, ramos industriais e países. Há meio século, a Alemanha era uma absoluta insignificância comparando a sua força capitalista com a da Inglaterra de então; o mesmo se pode dizer do Japão se o compararmos com a Rússia. Será "concebível" que dentro de dez ou vinte anos permaneça invariável a correlação de forças entre as potências imperialistas? E absolutamente inconcebível.

Por isso, as alianças "interimperialistas" ou , ultra-imperialistas,, no mundo real capitalista, e não na vulgar fantasia filistina dos padres ingleses ou do "marxista" alemão Kautsky - seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de todas as potências imperialistas -, só podem ser, inevitavelmente, "tréguas" entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando urna sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais. E o sapientíssimo Kautsky, para tranquilizar os operários e os reconciliar com os sociais-chauvinistas que se passaram para a burguesia, separa os elos de uma única e mesma cadeia, separa a atual aliança pacífica (que é ultra-imperialista e mesmo ultra-ultra-imperialista) de todas as potências, criada para a "pacificação" da China (recordai o esmagamento da insurreição dos *boxers*), do conflito não pacífico de amanhã, que preparará para depois de amanhã outra aliança "pacífica" geral para a partilha, suponhamos, da Turquia, etc., etc. Em vez da ligação viva entre os períodos de paz imperialista e de guerras imperialistas,

Kautsky oferece aos operários uma abstração morta, a fim de os reconciliar com os seus chefes mortos.

O americano Hill indica, no prefácio à sua *História da Diplomacia no Desenvolvimento Internacional da Europa,* os seguintes períodos da história contemporânea da diplomacia: 1) era da revolução; 2) movimento constitucional; 3) era do "imperialismo comercial"[8] dos nossos dias. Outro escritor divide a história da "política mundial" da Grã-Bretanha a partir de 1870 em quatro períodos: 1) primeiro período asiático (luta contra o movimento da Rússia na Ásia Central em direção à índia); 2) período africano (de 1885 a 1902 aproximadamente): luta contra a França pela partilha da África (incidente de Fachoda em 1898, a ponto de dar origem à guerra com a França); 3) segundo período asiático (tratado com o Japão contra a Rússia); 4) período "europeu", dirigido principalmente contra a Alemanha"[9]. "As escaramuças políticas dos destacamentos de vanguarda travam-se no terreno financeiro", escrevia em 1905 Riesser, "personalidade" do mundo bancário, indicando como o capital financeiro francês preparou, com as suas operações na Itália, a aliança política desses países, como se desenvolvia a luta entre a Alemanha e a Inglaterra pela Pérsia, a luta entre todos os capitais europeus para ficarem com empréstimos chineses, etc. Tal é a realidade viva das alianças "ultra-imperialistas" pacíficas, ligadas indissoluvelmente aos conflitos simplesmente imperialistas.

A atenuação que Kautsky faz das contradições mais profundas do imperialismo, e que se transforma inevitavelmente

---

[8] David Jayne Hill, *A History of the Diplomacy in the international development of Europe*, vol. I, p. X.

[9] Schilder, Ob. Cit., p.178.

num embelezamento do imperialismo, deixa também marcas na crítica que este escritor faz às propriedades políticas do imperialismo. O imperialismo é a época do capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda a linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência. Intensifica-se também particularmente a opressão naciona1 e a tendência para as anexações, isto é, para a violação da independência nacional (pois a anexação não é senão a violação do direito das nações à autodeterminação). Hilferding faz notar acertada mente a relação entre o imperialismo e a intensificação da opressão nacional: "No que se refere aos países recentemente descobertos - diz -, o capital importado intensifica as contradições e provoca contra os intrusos uma crescente resistência dos povos, cuja consciência nacional desperta; esta resistência pode transformar-se facilmente em medidas perigosas contra o capital estrangeiro. Revolucionam-se completamente as velhas relações sociais, destrói-se o isolamento agrário milenário das 'nações à margem da história', que se veem arrastadas para o torvelinho capitalista. O próprio capitalismo proporciona pouco a pouco, aos submetidos, meios e processos adequados de emancipação. E as referidas nações formulam o objetivo que noutros tempos foi o mais elevado entre as nações europeias: a criação de um Estado nacional único como instrumento de liberdade econômica e cultural. Este movimento pela independência ameaça o capital europeu nas suas zonas de exploração mais preciosas, que prometem as perspectivas mais

brilhantes, e o capital europeu só pode manter a dominação aumentando continuamente as suas forças militares"[10]

A isto há que acrescentar que, não só nos países recentemente descobertos mas também nos velhos, o imperialismo conduz às anexações, à intensificação da opressão nacional, e, por conseguinte, intensifica também a resistência. Ao negar que o imperialismo intensifica a reação política, Kautsky deixa na sombra o que se refere à impossibilidade da unidade com os oportunistas na época do imperialismo, questão que adquiriu particular importância vital. Ao opor-se às anexações, dá aos seus argumentos a forma mais inofensiva e mais aceitável para os oportunistas. Kautsky dirige-se diretamente ao leitor alemão, e, contudo, oculta precisamente o mais essencial e mais atual, por exemplo, que a Alsácia-Lorena é uma anexação da Alemanha. Para apreciar esta ,aberração mental - de Kautsky, tomemos um exemplo. Suponhamos que um japonês condena a anexação das Filipinas pelos Americanos. Pode-se perguntar: serão muitos os que atribuem isto à oposição feita às anexações em geral, e não ao desejo do Japão de anexar ele próprio as Filipinas? E não será de admitir que a "luta" do japonês contra as anexações só pode ser sincera, e politicamente honesta, no caso de se erguer também contra a anexação da Coreia pelo Japão, de reivindicar a liberdade da Coreia de se separar do Japão?

Tanto a análise teórica como a crítica econômica e política que Kautsky faz do imperialismo encontram-se totalmente impregnadas de um espírito absolutamente incompatível com o marxismo, de um espírito que oculta e lima as contradições mais essenciais, impregnadas da tendência para manter a todo o custo a

---

[10] *O Capital financeiro*, p. 487

unidade em desintegração com o oportunismo no movimento operário europeu.

X. O LUGAR DO IMPERIALISMO NA HISTÓRIA

Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Basta isto para determinar o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. Há que assinalar particularmente quatro variedades essenciais do monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características do período que nos ocupa.

Em primeiro lugar: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Formam-se, então, as associações monopolistas dos capitalistas, os cartéis, os sindicatos e os trustes. Vimos o seu enorme papel na vida econômica contemporânea. Nos princípios do século XX atingiram completo predomínio nos países avançados, e se

os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra, com o seu sistema de livre-câmbio, mostrou, embora um pouco mais tarde, esse mesmo fato fundamental: o nascimento de monopólio como consequência da concentração da produção.

Em segundo lugar: os monopólios conduziram ao controle, cada vez maior, das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulhífera e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Em terceiro: os monopólios surgiram através dos bancos, os quais, de modestas empresas intermediárias que eram antes, se transformaram em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a "união pessoal" do capital industrial e bancário, e concentraram nas suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira, que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: os monopólios nasceram da política colonial. Aos numerosos "velhos" motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela

exportação de capitais, pelas "esferas de influência", isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências europeias em África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela "livre conquista", poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando 9/10 da África estavam já ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

Ninguém ignora até que ponto o capitalismo monopolista agudizou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como urna das tendências do imperialismo, a formação de "Estados rentistas", de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do "corte de cupões". Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não. Certos ramos industriais, certos setores da

burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências.

O capitalismo, no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra).

No que se refere à rapidez do desenvolvimento econômico da Alemanha, Riesser, autor de uma investigação sobre os grandes bancos alemães, diz: “O progresso, não demasiado lento, da época precedente (1848 a 1870) está, relativamente ao rápido desenvolvimento de toda a economia na Alemanha, e particularmente dos seus bancos na época atual (1870 a 1905), na mesma proporção aproximadamente que as diligências dos bons velhos tempos relativamente ao automóvel moderno, o qual se desloca a tal velocidade que representa um perigo para o transeunte despreocupado e para as próprias pessoas que vão no automóvel”. Por sua vez, esse capital financeiro que cresceu com uma rapidez tão extraordinária, precisamente porque cresceu desse modo, não tem qualquer inconveniente em passar a uma posse mais “tranquila” das colônias, as quais devem ser conquistadas, não só por meios pacíficos, às nações mais ricas. E nos Estados Unidos, o desenvolvimento econômico tem sido, nestes últimos decênios, ainda mais rápido do que na Alemanha, e é precisamente graças a esta circunstância que os traços parasitários do capitalismo americano contemporâneo ressaltam com particular relevo. Por outro lado, a comparação, por exemplo, entre a burguesia republicana americana e a burguesia monárquica japonesa ou alemã, mostra que as maiores

diferenças políticas se atenuam ao máximo na época do imperialismo; e não porque essa diferença não seja importante em geral, mas porque em todos esses casos se trata de uma burguesia com traços definidos de parasitismo.

A obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países, etc., oferece-lhes a possibilidade econômica de subornarem certos setores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o "lado" da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros. O acentuado antagonismo das nações imperialistas pela partilha do mundo aprofunda essa tendência. Assim se cria a ligação. entre o imperialismo e o oportunismo, ligação que se manifestou, antes que em qualquer outro lado e de uma forma mais clara, na Inglaterra, devido ao fato de vários dos traços imperialistas de desenvolvimento aparecerem nesse país muito antes de aparecerem noutros. Alguns escritores, por exemplo L. Mártov, comprazem se em negar a ligação entre o imperialismo e o oportunismo no movimento operário - fato que salta agora aos olhos com particular evidência - por meio de argumentos impregnados de "otimismo oficial" (à Kautsky e Huysmans) do gênero do seguinte: a causa dos adversários do capitalismo seria uma causa perdida se o capitalismo avançado conduzisse ao reforço do oportunismo, ou se os operários mais bem remunerados mostrassem inclinação para o oportunismo, etc. Não nos deixemos enganar quanto à significação desse "otimismo"; é um otimismo em relação ao oportunismo, é um otimismo que serve de capa ao oportunismo. Na realidade, a particular rapidez e o caráter singularmente repulsivo do desenvolvimento do oportunismo não lhe garantem de modo nenhum uma vitória sólida, do mesmo modo

que a rapidez de desenvolvimento de um tumor maligno num corpo são só pode contribuir para que o referido tumor rebente mais cedo, livrando assim dele o organismo. O maior perigo, neste sentido, são as pessoas que não querem compreender que a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo.

De tudo o que dissemos sobre a essência econômica do-imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante. Neste sentido é extremamente instrutiva a circunstância de os termos mais usuais que os economistas burgueses empregam ao descrever o capitalismo moderno serem "entrelaçamento", "ausência de isolamento", etc., os bancos são "empresas que, pelos seus fins e pelo seu desenvolvimento, não têm um caráter de economia privada pura, mas cada vez mais vão saindo da esfera da regulação da economia puramente privada". E esse mesmo Riesser, a quem pertencem estas últimas palavras, declara, com a maior seriedade do mundo, que as "profecias" dos marxistas a respeito da "socialização" "não se cumpriram"!

Que significa então a palavra "entrelaçamento"? Exprime unicamente o traço que mais salta aos olhos do processo que se está desenvolvendo diante dos nossos olhos. Mostra que o observador conta as árvores e não vê a floresta. Que copia servilmente o que é exterior, o aparente, o acidental, o caótico; indica que o observador é um homem esmagado pelos materiais em bruto e que não compreende nada do seu sentido e significação. "Entrelaçam-se acidentalmente" a posse de ações, as relações entre os proprietários particulares. Mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações

sociais de produção que mudam continuamente. Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exato duma grande massa de dados, o abastecimento de 2/3 ou 3/4 das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cômodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilômetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo truste do petróleo americano), então percebe-se com evidência que nos encontramos face uma socialização da produção, e não perante um simples "entrelaçamento", percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se e, se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida.

Schulze-Gaevernitz, admirador entusiasta do imperialismo alemão, exclama:

"Se, no fim de contas, a direção dos bancos alemães se encontra nas mãos de uma dúzia de pessoas, a sua atividade é já, atualmente, mais importante para o bem público do que a atividade da maioria dos ministros" (neste caso é mais vantajoso esquecer o

"entrelaçamento" existente entre banqueiros, ministros, industriais, rentistas, etc.). ... Se refletirmos até o fim sobre o desenvolvimento das tendências que apontamos, chegamos à seguinte conclusão: o capital-dinheiro da nação está unido nos bancos; os bancos estão unidos entre si no cartel; o capital da nação, que procura a maneira de ser aplicado, tomou a forma de títulos de valor. Então cumprem-se as palavras geniais de Saint-Simon: "A anarquia atual da produção, consequência do fato das relações econômicas se desenvolverem sem uma regulação uniforme, deve dar lugar à organização da produção. A produção não será dirigida por empresários isolados, independentes uns dos outros, que ignoram as necessidades econômicas dos homens; a produção encontrar-se-á nas mãos de uma instituição social determinada. O comitê central de administração, que terá a possibilidade de observar a vasta esfera da economia social de um ponto de vista mais elevado, regulará da maneira mais útil para toda a sociedade, entregará os meios de produção nas mãos apropriadas para isso, e preocupar-se-á, sobretudo, com a existência de uma harmonia constante entre a produção e o consumo. Existem instituições que incluíram entre os seus fins uma determinada organização da atividade econômica: os bancos. Estamos ainda longe do cumprimento destas palavras de Saint-Simon, mas encontramo-nos já em vias de o conseguir: será um marxismo diferente do que Marx imaginava, mas diferente apenas na forma."[1]

Não há dúvida: excelente "refutação" de Marx, que dá um passo atrás, que retrocede da análise científica exata de Marx para a conjectura - genial, mas mesmo assim conjectura - de Saint-Simon.

---

[1] Grundrisses *der Sozialökonomik*, S. 146.